



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

VINICIUS FURLAN

**A HISTÓRIA DE DAVI: METAMORFOSES NA IDENTIDADE E O
(PÓS)ABRIGAMENTO**

**FORTALEZA
2015**

VINICIUS FURLAN

A HISTÓRIA DE DAVI: METAMORFOSES NA IDENTIDADE E O
(PÓS)ABRIGAMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima.

FORTALEZA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F985h Furlan, Vinicius.
A história de Davi : metamorfoses na identidade e o (pós) abrigo / Vinicius Furlan. – 2015.
129 f. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: Psicologia.
Orientação: Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima.
1. Identidade. 2. Identidade Social. 3. História de vida. 4. Abrigo. 5. Reconhecimento. I. Título.

VINICIUS FURLAN

A HISTÓRIA DE DAVI: METAMORFOSES NA IDENTIDADE E O
(PÓS)ABRIGAMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovado em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Juracy Armando Mariano de Almeida

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

Prof^ª. Dra. Angela de Alencar Araripe Pinheiro

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Deborah Christina Antunes

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a todos que vivem ou viveram em situação de abrigo, em especial às crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Nestes agradecimentos gostaria de fazer um movimento um tanto diferente do que comumente vejo em outras dissertações e, assim, começar agradecendo a uma pessoa em particular: meu orientador, hoje inclusive grande amigo, Prof.º Dr. Aluísio Ferreira de Lima.

Agradeço por, desde o início, ter acolhido meu projeto e se envolvido de fato com sua construção, tornando-o também uma de suas preocupações pessoais, bem como a minha formação. Agradeço-lhe, professor, por sempre se preocupar em estar bem próximo de seus orientandos, permitindo-nos, com esta relação de proximidade, que avancemos em nossas preocupações e na construção do conhecimento e por sempre nos dar autonomia e liberdade de pensamento.

Sigo demarcando meus agradecimentos à minha família: minha mãe Maria Inez, meu pai Ismael, minha irmã Thais, meu cunhado Leandro e minha linda sobrinha Julia. Sempre estiveram comigo durante toda minha trajetória e fizeram o possível para que eu pudesse dar conta de minhas atividades acadêmicas e de minha vida. Aproveito para agradecer e fazer memória a meu avô Julio (em memória), que morou conosco desde que nasci e foi uma pessoa única nesta vida e que me inspirou desde sempre. E estendo meus agradecimentos a todos os demais membros de minha família, que, de uma forma ou de outra, são importantes em minha vida.

É mais do que justo lembrar aqui algumas pessoas de Fortaleza, e todos eles bem sabem que hoje são mais do que especiais em minha vida.

Agradeço à Renata e Emanuel, cujas palavras não encontro no momento desta redação para dizer-lhes do quão grande é meu sentimento de irmão por vocês. À Jéssica, pela força que me deste e a amizade sincera. Agradeço a Caio, amigo cearense que mora no peito. A Pedro, cuja intensidade da amizade foi mais do que verdadeira, apesar do pouco tempo de convivência. Todos se tornaram meus irmãos do coração, cuja amizade faz elevar meu espírito.

Agradeço à Denise, cujo carinho e irmandade marcam nossa relação. À Thais, por me dar forças para suportar o insuportável. Agradeço a José, amigo do peito. À Gabi, querida amiga. A Diego, parceiro que compartilhou as mesmas dificuldades de morar fora. Agradeço à Bia, sempre preocupada em saber se eu estava bem. A Yuri, grande parceiro de quarto.

Agradeço à Meire, pela acolhida em Fortaleza. À Brígia e Thiago, pelo carinho e consideração. Agradeço à Jéssica Pessoa, pela sincera amizade e pelo apoio. À Ingrid pelo carinho. A Umbelino, pelas conversas sobre nossas preocupações acerca da identidade.

E estendo meus agradecimentos a todos que fazem parte do Paralaxe, nosso núcleo, que para nós constitui-se como segundo lar, devido à união que marca nosso grupo. A todos vocês deixo aqui meu mais sincero sentimento de gratidão. Sentia certo medo quando me mudei para Fortaleza, mas vocês mostraram que eu não estava sozinho, e bem sei que seguiremos juntos.

Aproveito ainda para agradecer a meus colegas da turma de mestrado, bem como ao grupo que estive no Centro Acadêmico de Psicologia da UFC-Fortaleza durante o ano de 2014. Todos se tornaram grandes amigos.

Gostaria também de fazer meus agradecimentos às pessoas especiais que tenho em minha vida e que são de São Paulo.

Quero agradecer de modo especial a um grande amigo, grande irmão e afilhado de crisma, meu querido parceiro Rodrigo (em memória), que hoje não está mais entre nós, mas cuja falta ainda sinto a cada dia. E agradeço a seus pais por sempre me terem como segundo filho.

Agradeço à Carol, amiga fiel de todas as horas. Ao Léo, grande parceiro e amigo. Agradeço ao Paulinho, que, mesmo quando morei em Fortaleza, manteve o mesmo contato. A Victor e Roméro, amigos de escola desde o pré. Agradeço à Mariana e Henrique, Clodo e Simone, e aos amigos do teatro. E a todos os demais amigos que, de uma forma ou de outra, estão próximos.

Quero ainda agradecer aos amigos da UNIMEP, universidade onde me formei e onde tive a oportunidade de estar professor.

Início agradecendo a meus professores, os quais me ensinaram os primeiros passos neste campo que é a Psicologia.

Agradeço à minha professora e mentora Peli, que me iniciou na pesquisa e me apresentou a Psicologia Social, tornando-se uma grande amiga por quem tenho um carinho imensurável. Aproveito ainda para agradecer à professora Lucília, com quem não tive aula,

mas construímos um carinho especial devido à Peli, e que me é inspiração em meu percurso na Psicologia Social.

Agradeço à minha professora e também mentora Telma, que continuou comigo na pesquisa e com quem partilhava algumas preocupações na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, em especial na luta pelos direitos das crianças e adolescentes. Foi Telma quem me levou para o tema do acolhimento institucional e dos direitos de crianças e adolescentes; a você deixo meu mais profundo sentimento de gratidão.

Agradeço ainda aos demais professores do curso, que tiveram papel significativo em minha formação. Ao coordenador do curso, Prof.º Pedro, que sempre se preocupou com minha formação e esteve próximo quando fiz parte do Centro Acadêmico. Aos professores César, Dolores (em memória), Nilce, Dal Pogeto, Karina, Kato, Magali, Osvaldo, Jonas, Conceição, Disete e Edgar.

Na mesma medida gostaria de agradecer a alguns dos muitos amigos da graduação. Sei que muitos nomes poderão passar, mas citarei alguns.

Agradeço à Ruanna, cujo olhar sempre me fez pensar na vida. À Taynah, nossa pequena-grande irmã. Agradeço a Felipe, parceiro de muitas angústias e risadas. À Laís, cuja serenidade sempre acalmava as tensões. Agradeço à Amanda Zanelato, cuja alegria sempre contagiou. À Gisele, que sempre transmitia bem-estar. Agradeço à Gabi; partilhamos do mesmo amor aos animais. Também se tornaram grandes irmãos do coração e os carregou comigo. E estendo os agradecimentos a todas da minha turma de graduação, vocês fizeram parte de um momento especial de minha vida e que me levou a este mestrado.

Agradeço ainda às (aos) amigas (os) de outras turmas. À Thais Mela, que se tornou uma grande amiga. Agradeço à Larissa, que me apoiou e deu forças nesse tempo. À Gabi S., Pâmela, Wallace, Guilherme, grandes companheiros. Agradeço à Déba, grande amiga. À Lucelena, minha analista. Agradeço à Cacau, Juliana, Priscila, Thayná B., Laís, Vivi, Marcus, Marcelo, Suélen, Amália, Jana, Fernanda, Diego Godoy, Amanda Valloto, Gabi Guidolin, Cacau, Amanda Braga, Thais Andreoli, Anderson, Paula, Danielle Assunção, Raíza, Ramon, Pablo, Fernando, Magu, Thiago Marracini, Marcelo Coury; e a todos os amigos e amigas que estiveram comigo no Centro Acadêmico, onde tive o privilégio de conhecer pessoas incríveis neste coletivo. Sei que muitos nomes me escapam, mas vocês bem sabem quem são, e lhes deixo aqui minha sincera gratidão.

Aproveito ainda para agradecer a alguns colegas que têm partilhado de mesmas preocupações em suas pesquisas na pós e com quem tenho articulado alguns momentos de discussão em congressos e eventos. Agradeço à Catarina, José Fernando, Bárbara e Emilie.

Gostaria de agradecer também a meus professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, os quais mais diretamente estiveram envolvidos com minha formação neste momento.

Agradeço ao Prof.º Célio, por tão bem coordenar nosso programa. Ao Prof.º Pablo, por sempre nos inspirar ao saber e pela leitura do meu trabalho na disciplina de Seminário de Pesquisa, em que me deu boas sugestões. Agradeço ainda às (aos) professoras (es) Walberto, Idilva, Zulmira, Luciana, Fátima, Cássio e Veriana, em nome dos quais estendo o agradecimento aos demais professores do programa.

Também quero agradecer a uma pessoa muito importante na formação dos mestrandos do Programa, nosso secretário Hélder, o qual nunca mediu esforços para atender às necessidades de nós mestrandos. Creio que falo em nome de todos: nosso muito obrigado, Hélder!

Agradeço ainda a uma figura que contribui para que o prédio do Departamento de Psicologia sempre esteja limpo e em ordem, e que contagia a todos com sua alegria em todas as manhãs, o querido Cícero, em nome do qual estendo meus agradecimentos a todos os funcionários que trabalham no Departamento, bem como agradeço aos trabalhadores do Restaurante Universitário, que contribuem para que nós estudantes possamos bem nos alimentar.

Quero fraternalmente agradecer aos componentes de minha banca: às professoras doutoras Ângela Pinheiro e Deborah Antunes e ao professor doutor Juracy Almeida. Todos fizeram contribuições muito ricas durante a qualificação, as quais considero e entendo que, se atendidas, possibilitariam dar um salto significativo de qualidade em meu texto e minhas análises. Busquei atendê-las e espero que tenha chegado perto do que gostaria. Quero demarcar que, com os apontamentos que me fizeram, senti que não apenas compuseram a banca de avaliadores deste trabalho, mas os considero como co-orientadores deste processo de reorganização e análise do trabalho e do texto, pois em muito contribuíram os apontamentos de cada um. Meu muitíssimo obrigado!

Quero também agradecer ao Prof.º Antonio da Costa Ciampa, por ter sido inspiração desde a graduação, assim como foi Aluísio, pelo interesse nos estudos sobre identidade, e por suas contribuições constituírem meu referencial teórico. Tive a oportunidade de alguns encontros para conversar sobre identidade, que me esclareceram muitas questões.

Agradeço ainda às (aos) colegas do abrigo onde iniciei minhas primeiras pesquisas sobre acolhimento institucional; foram imprescindíveis em minha formação. Também agradeço às (aos) colegas que militam no Fórum dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Piracicaba; este coletivo me é motivador na luta pelas crianças e adolescentes.

Agradeço ao Davi, sujeito da pesquisa, por narrar-me sua história de vida e buscar contribuir da melhor forma possível com meu trabalho. Desejo que esta dissertação possa ser mais um meio de sua história se perpetuar no tempo.

Agradeço à CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, que me concedeu a bolsa de estudos para desenvolver este projeto.

Finalizo dizendo que nunca comunguei muito da ideia de que era necessário fazer agradecimentos; em meus relatórios na graduação me privei de todos eles, mas achei justo fazê-los nesta dissertação, pois senti o desejo de publicizar o quanto foi importante a ajuda de todos vocês.

Demarco que termino estes agradecimentos no suor e nas lágrimas. Não foi nada fácil. Mudar para longe, tentar nova vida, inserir-me na árdua tarefa de fazer um mestrado. Hoje, fazendo os agradecimentos, as lembranças passam como um filme. Não foi fácil, mas foi possível, e devo isso a vocês, que estiveram comigo.

A todos, obrigado por acreditarem em mim!

O humano é sempre “uma porta abrindo-se em
mais saídas”. (Antonio da Costa Ciampa)

RESUMO

Esta dissertação trata de um estudo que visou compreender as metamorfoses da identidade de quem viveu em situação de abrigamento. Para tanto, recorreremos à metodologia de narrativa de história de vida, a fim de que o sujeito participante da pesquisa pudesse narrar sua história. Deste modo, o material empírico deste estudo refere-se à narrativa de uma pessoa chamada aqui de Davi. A construção do texto da dissertação foi organizada em três grandes momentos: primeiro foi realizado um estudo bibliográfico acerca das produções e discussões sobre o tema, e, a partir disso, construímos o primeiro capítulo, que se constitui de uma contextualização histórica acerca da temática pesquisada, que conforma uma explanação das práticas e políticas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil até os dias de hoje; o segundo momento apresenta a discussão teórica que sustenta esta dissertação. Nesse sentido, trazemos as discussões sobre identidade propostas por Ciampa (1987), bem como as atualizações desta perspectiva com colaborações de Almeida (2005) e Lima (2010), além de outros autores alinhados à Psicologia Social Crítica; e o último momento trata da narrativa da história de Davi, bem como das análises e discussões produzidas a partir dela. Nessa etapa buscamos entretecer os dois momentos anteriores à narrativa, como os fios de um tecido que se entrelaçam entre a trama e o urdume. A história de Davi marca a singularidade de uma vida de muita luta e labuta na busca constante da construção de sua autonomia. Viveu no abrigo durante sua infância e retorna ao convívio familiar aos 10 anos, depois de viver 7 anos sem contato com a família. Ao retornar à família, precisou trabalhar desde menino para ajudar no sustento da casa, além de ter de pedir dinheiro no semáforo e ter ficado em situação de rua em alguns momentos. No decorrer da história vão emergindo e aparecendo outras tantas personagens: o cuidador-responsável-pela-família, que aparece na infância, o menino-trabalhador-catador-de-sucata e o menino-que-faz-malabares-no-semáforo, o grafiteiro, o escritor-de-letra-rap, o dançarino-que-promove-a-cultura-hip-hop, o atleta, o marido-e-pai-de-família, o educador-social, o publicitário e o militante-dos-direitos-de-crianças-e-adolescentes. Davi revela uma história de luta pela construção da autonomia e que, embora singular, possibilita expressar ainda outras tantas histórias silenciadas de pessoas que vivem ou viveram em situação de abrigamento.

PALAVRAS-CHAVE: História de Davi; Abrigo; Identidade; Reconhecimento; Emancipação.

ABSTRACT

This dissertation is about a study to understand the identity metamorphosis of those who lived in shelters. It used the life story narrative methodology, so the subject of this research could tell his story. The empirical material of this study is about the narrative of a person we will call Davi. The construction of this dissertation text was divided in three big moments: first, it was realized a bibliographic study about the production and discussions about this theme, and, from there, was built the first chapter, a historical contextualization about the theme, that conforms an explanation of the practices and policies of the residential care for children and adolescents over the history of Brazil until nowadays. The second part shows the theoretical discussion that supports this dissertation. In this sense, it was brought the discussions about identity proposed by Ciampa (1987), and their updates, with collaborations of Almeida (2005) and Lima (2010), besides others Critical Social Psychology authors. The last part is about Davi's narrative story, as well as the analysis and discussions built from it. In this stage, an attempt was made to interweave the two moments before the narrative, like the threads of a fabric that intertwine between the plot and the warp. Davi's story sets the singularity of a life full of struggle, in the constant search of building his autonomy. He lived in the shelter throughout his childhood and returned to his family when he was 10-years-old, after 7 years without getting in touch with them. After returning to his family, he had to work since he was a little boy to help to sustain his home, as well as asking for money at traffic lights and living in the streets sometimes. Throughout his story, some other characters appear: the caregiver-responsible-for-the-family, who shows up during his childhood, the worker-scrap-collector-boy and the traffic-light-juggler-boy, the graffiti, the rap-song-writer, the hip-hop-culture-dancer, the athlete, the husband-and-family-father, the social-educator, the advertising-person and the activist-for-the-rights-of-children-and-adolescents. Davi reports a story of struggle for the construction of his autonomy, a story that, although singular, expresses so many other silenced stories of people who live or lived in shelters.

KEYWORDS: Story of Davi; Shelter; Identity; Recognition, Emancipating.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O ABRIGAMENTO	23
2.1 Breve histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: as malhas do abandono	23
2.2 A Institucionalização após o reconhecimento da Criança e Adolescente como Sujeitos de Direitos no Brasil	32
3 REFERENCIAL TEÓRICO	46
3.1 Identidade como Metamorfose em Busca de Emancipação	46
3.2 Reconhecimento e Políticas de Identidade	62
4 A HISTÓRIA	74
4.1 A História de Davi	74
4.2 Que pra falar quem é, demarca que é preciso recorrer àquilo que vivenciou e resgatar a história que o levou a ser afastado de sua família	75
4.3 Quando o abrigo possibilita encontrar aquilo que não se tinha em casa na família	77
4.4 Quando conta das memórias de algumas histórias no abrigo	79
4.5 Quando o abrigo garante a possibilidade do apadrinhamento afetivo e a construção de uma nova família afetiva que lhe resguarda afeto e cuidado	83
4.6 Quando a família não é aquilo que se espera ao retornar do abrigo	84
4.7 Quando o retorno à família exige que Davi trabalhe ainda menino para garantir a sobrevivência do grupo familiar	86
4.8 Quando a rua se torna opção de sobrevivência e, mesmo tendo que submeter-se ao trabalho infantil em situação de rua, faz projetos de vida para o futuro	88
4.9 Que busca não reproduzir o mundo da mesmice e seguir a política de identidade que marca a família e a comunidade onde vive, na luta pela constituição da própria autonomia	90
4.10 Quando se vê o mundo da mesmice reproduzindo-se na história da família de Davi	92

5.11 Quando a personagem cuidador-responsável exige que Davi desempenhe a função de protetor para garantir a sobrevivência da família, e vemos um processo de modulação da personagem.....	97
4.12 Quando a escola constitui o que não encontra na família, e começam a emergir novas personagens.....	101
4.13 Que acaba sendo preso e se vê na impossibilidade de seguir com a vida e inserir-se no mercado de trabalho, mas encontra pessoas que lhe possibilitam construir novos projetos.....	103
4.14 Quando surge o desejo de tornar-se educador social e grafiteiro.....	107
4.15 Que narra sobre um projeto desenvolvido na escola e que possibilitou ter uma formação universitária.....	109
4.16 Que conta como conheceu sua esposa e tornou-se marido e pai.....	114
4.17 Que recorre à vivência no abrigo e à sua história de vida para a militância nos direitos das crianças e adolescentes.....	118
4.18 Que abre um espaço para falar da articulação das condições subjetivas e objetivas de Davi e dos outros significativos.....	120
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

À guisa de primeiras notas, julgamos interessante fazer jus à metodologia com a qual temos trabalhado: a narrativa. Deste modo, narraremos, em breves linhas e com modo menos formal de escrita do que nos capítulos seguintes, a trajetória deste pesquisador, que reverbera no desdobramento deste projeto de mestrado, bem como o interesse e justificativa de seu desenvolvimento.

Esta trajetória tem início com a entrada deste narrador no curso de Psicologia, e, posteriormente, com os primeiros passos em pesquisa de iniciação científica (IC) em Psicologia Social, em que nos debruçamos sobre a tarefa de tentar compreender como se tem configurado o campo da Psicologia Social no século XXI.

O interesse pela Psicologia Social, todavia, não está relacionado ao contato com a pesquisa, o que em geral costuma acontecer com os orientandos de ICs. Relaciona-se, sim, ao incômodo deste pesquisador com a Psicologia, pois, a partir de leituras de autores alinhados a uma vertente crítica, começamos a entender algumas de suas ramificações como ciências a serviço da ideologia da classe dominante e reprodutora dos interesses desta classe. Isto por conta de, em seu desenvolvimento como ciência e profissão, sua prática hegemônica estar ao lado da elite da sociedade, colaborando para adaptar os indivíduos à ordem vigente, ao *status quo*, com vistas a contribuir para seu controle, tornando-os passivos e submissos frente às injustiças da estrutura social, legitimadoras do poder e da exclusão. Foi deste modo que, de acordo com Patto (2003, p. 14), “a Psicologia fez-se discurso ideológico que justifica a desigualdade social transformando-a em desigualdade psíquica individual”.

Este incômodo levou-nos à Psicologia Social Crítica, de base marxiana no início, por sustentar-se no materialismo histórico e dialético, e que, em suas origens, carregava uma marca preponderante por seu caráter político frente às injustiças do sistema do governo ditatorial, bem como esta vertente se pautava em um compromisso ético e político com as classes subalternas e a transformação da realidade social brasileira. Deste modo, propunha-se rever a produção daquela Psicologia, a fim de revelar como o sofrimento psíquico individual está intimamente ligado ao modo de produção da estrutura social.

Posteriormente (e é nesse momento que nos aproximamos do tema deste estudo), envolvemo-nos em uma pesquisa em que objetivamos compreender a realidade de um abrigo de crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem, articulando esta realidade com as políticas públicas de acolhimento institucional presentes no Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA, 1990), no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (2006), nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), e na Lei 12.010/09 (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como visamos compreender os sentidos das ações dos profissionais que trabalham em abrigos.

Como desdobramento desta pesquisa acerca da relação entre a realidade do abrigo e as políticas de acolhimento institucional, desenvolvemos outra pesquisa, a qual visou conhecer a realidade das famílias que têm filhos em situação de abrigamento e sua relação com as políticas sociais dirigidas a essas famílias, principalmente as políticas municipais¹.

No desenrolar dessas pesquisas, pudemos notar que pouco se tem produzido acerca da problemática do abrigamento no Brasil, principalmente sobre o pós-abrigamento. Desse modo, fizemos um levantamento, já durante o desenrolar do mestrado, a partir das bases do Scielo e Periódicos Capes (levantamento realizado no final de 2013, e um último ainda em março de 2015), e verificamos que se encontram poucos estudos que se debruçam sobre a tarefa de conhecer a realidade das pessoas que viveram em abrigos e as repercussões destas instituições em suas vidas, e menos ainda os possíveis impactos destas instituições nos processos de constituição da identidade.

A maioria das pesquisas que têm se debruçado sobre a questão do abrigamento busca entender como se dão os processos internos do abrigo, as políticas de acolhimento e as histórias de vida das crianças e adolescentes. Assim, os estudos que visam compreender as histórias de vida de sujeitos que não vivem mais em abrigos e as repercussões do abrigo em suas vidas ainda estão por ser realizados, e tais histórias permanecem silenciadas no universo acadêmico, além de em outros contextos.

Dentre os trabalhos que se detém na temática do pós-abrigamento de crianças e adolescentes, um deles é a dissertação de mestrado desenvolvida na área de Psicologia Social, no programa da PUC-SP, por Thalita Catarina Decome Poker (2014), em que realizou um estudo da história de vida de uma pessoa real denominada Molly, que viveu um período de sua infância e adolescência em abrigos. Nesse trabalho foi possível identificar como Molly

¹ Essas pesquisas foram desenvolvidas na época da graduação como pesquisas de iniciação científica, na Universidade Metodista de Piracicaba. Ambas foram desenvolvidas no abrigo da cidade e, embora houvesse três abrigos, foi escolhido um que passava pelo processo de reordenamento institucional, conforme previsto pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, 2006). Julgamos ainda importante demarcar que, juntamente com o desenvolvimento dessas pesquisas, sempre tivemos o compromisso ético-político com a luta pela garantia e construção dos direitos de crianças e adolescentes, tendo a participação social e política como elementos norteadores neste processo, estando envolvidos com o Fórum Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes do município.

vivenciou processos de metamorfoses de sua identidade, na busca por emancipação frente às políticas de identidade que comportam as instituições de abrigo e às condições históricas a que foi submetida.

Outra pesquisa foi realizada por Santos e Boucinha (2010; 2011), em que analisaram as narrativas de três jovens que viveram em um abrigo público, a fim de entender as práticas dentro do abrigo, o cotidiano institucional, a disciplina institucional, os motivos que levaram ao abrigo e a relação dos entrevistados com as figuras representativas do Estado (Conselho Tutelar e Poder Judiciário), as relações internas no abrigo, os corpos institucionalizados, e, por fim, o processo de saída do abrigo.

E há ainda outros estudos, como é o caso dos projetos de mestrado de Martinez (2006) e Honorato (2011), no qual acompanharam o momento em que os adolescentes, sujeitos da pesquisa, se desligavam do abrigo por completarem dezoito anos, visando compreender os sentidos do processo de desligamento para estes adolescentes.

Deste modo, podemos ver que ainda se faz necessário conhecer o pós-abrigo, para se entender quais os impactos da instituição-abrigo na vida destes sujeitos e na constituição de suas identidades. Bem como faz-se importante desenvolver estudos que se debrucem sobre tal temática com vistas a trazer contribuições para melhor compreensão sobre a vida dos egressos de abrigos e, assim, possivelmente colaborar com a construção das políticas sociais para crianças e adolescentes acolhidos em instituições e ex-moradores.

Parte da literatura que se preocupa em discutir as consequências da vivência no abrigo na vida de um sujeito sustenta-se na Teoria do Apego de Bowlby e alguns outros autores; nesta esteira, tais autores tendem a entender que, devido a privações com as figuras paternas biológicas durante a infância, os sujeitos que viveram em instituições como as de abrigo são terreno fértil para o adoecimento psíquico e desenvolvimento de patologias no futuro (COSTA e ROSSETI-FERREIRA, 2009).

Do mesmo modo, percebemos que ainda vigora no imaginário social um discurso de que a ausência de uma família “estruturada” (discurso sustentado no ideal de família nuclear burguesa) pode acarretar na criação de um potencial criminoso e delinquente.

Em pesquisa realizada por Furlan e Souza (2013), os pesquisadores puderam identificar que ainda é forte o estigma dirigido a pessoas que vivem em situação de abrigo e que o modelo institucional de abrigo tem comportado um estigma social que impõe a estes sujeitos uma identidade pública depreciativa e vitimizadora.

Assim, foi com base nesta escassez de estudos acerca do pós-abrigamento, no incômodo por conta do estigma dirigido às pessoas que viveram em abrigos e na ausência de políticas para os egressos dos abrigos, que decidimos desenvolver um estudo que contribuísse na compreensão do processo de constituição da identidade de pessoas que viveram em situação de abrigo na infância e/ou juventude a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica, tendo como referencial teórico as discussões sobre identidade propostas por Antonio da Costa Ciampa, que tem como principal marco a publicação de seu livro *A Estória de Severino e a História de Severina*, em 1987.

Esta proposta nos permitirá entender como os sujeitos vão vivenciando o processo de constituição de suas identidades, o modo como vão lidando com as políticas de identidade que estão dirigidas a quem viveu em abrigos, as repercussões do abrigo em suas vidas, os ideais de projetos futuros etc..

Entendemos que o processo de constituição da identidade desses sujeitos não está exclusivamente determinado pelas possíveis vivências com suas famílias e nos abrigos, mas que sofreram momentos de metamorfoses ao longo da vida, bem como momentos de emancipação. Isto, por sua vez, pode contribuir para que mudemos o olhar acerca dos determinismos impingidos nos discursos que colocam esses sujeitos no lugar de sujeitos com potencial para desenvolver patologias psíquicas e/ou delinquência. A institucionalização, embora constitua uma condição concreta que fornece experiências e dá sentidos e significados àqueles que ali viveram, não se impõe como o único fator determinante no processo de constituição dos sujeitos, e pode ainda possibilitar as condições para sua autodeterminação.

Conforme destaca Decome Poker (2014, p. 06),

Pensar no ex-abrigado, e na formação da sua identidade, como um processo social norteado pelas políticas públicas e condutas institucionais, pode nos auxiliar a refletir sobre as práticas atuais, e compreender o processo do ponto de vista do sujeito, devolvendo-lhe de certo modo seu lugar pela sua expressão.

E enfatiza que, com base neste referencial a que recorreremos, é “possível elucidar a problemática daqueles que se socializaram dentro de uma instituição de acolhimento, e foram afastados do seu núcleo familiar, com o objetivo de compreender quais recursos foram utilizados para a sua individuação após romper com os laços institucionais” (DECOME POKER, 2014, p. 07).

Assim, para dar conta de nossa proposta, valemo-nos da metodologia das narrativas de história de vida, pois entendemos que as narrativas podem possibilitar trazer luzes aos modos como as políticas de identidade da instituição de acolhimento “possibilitam ou impedem o processo de aquisição de autonomia, e a identidade política como a articulação entre as determinações impostas e a capacidade de superação mediada pela reflexão e processo de individuação” (DECOME POKER, 2014, p. 07).

Lima (2010) afirma que trabalhar com a metodologia de narrativas de histórias de vida é colocar-se na condição de testemunha, pois, ao “(...) trabalhar com essas narrativas pessoais chegamos a uma espécie de intermediário entre a confissão, a denúncia e o grito silenciado de socorro ante as incontáveis (im)possibilidades de existência” (p. 239). Consequentemente, como pesquisador-testemunha, cabe a este “ser guardião das metamorfoses” as quais o sujeito narra, nos ensina Ciampa (2010). Neste sentido, encarnamos a personagem de “guardião de metamorfoses” da história de vida que nos foi narrada.

Para Lima (2014), a metodologia das narrativas de história de vida permite conhecer a história de vida daquele que narra, bem como configura o modo mais apropriado para compreender o processo de formação identitária. E possibilita ainda compreender os sentidos que os sujeitos dão aos momentos e acontecimentos lembrados em suas narrativas, e que, conforme Antunes (2012), no ato narrativo, o narrador busca reconhecimento dos sentidos expressos em sua fala. Pela narrativa de história de vida é possível “compreender os significados que constituíram o momento onde se vive o acontecimento e os sentidos do momento em que ele é lembrado” (ANTUNES, 2012, p. 73). Assim, o narrador faz uma interpretação do que viveu, do que está vivendo e do que deseja vir a ser, atribuindo novos sentidos a esses acontecimentos.

Conforme enfatiza o filósofo Paul Ricoeur (1990), por meio da narrativa os sujeitos narram suas histórias com vistas a serem reconhecidos nesta história narrada; isto significa que buscam ser reconhecidos tanto na história verídica dos fatos quanto nas variações imaginativas ficcionais daquilo que narram, ou seja, o que está em jogo é como o sujeito deseja ser reconhecido. Deste modo, tanto a história verídica como a ficcional trazem elementos importantes para conhecer a história de um indivíduo e o modo como deseja que sejam reconhecidas sua história e sua identidade.

Em que pese que muitas histórias de pessoas que vivem e viveram em situação de abrigo sejam marcadas por singularidades, enredos próprios e diferenças, construindo

um universo que revela a diversidade que constitui as tantas histórias desses sujeitos, nesta dissertação está contemplada a narrativa de história de vida de uma pessoa real que chamaremos aqui de Davi. Vale salientar que Davi é um nome fictício e que foi escolhido pelo próprio narrador para representar a si mesmo em sua narrativa. Davi nos conta que a personagem bíblica Davi lhe é fonte de inspiração, por isso lhe seria de grande valia denominar sua personagem nesta narrativa com o nome da figura bíblica. (Destacamos ainda que todos os nomes aqui mencionados, seja de pessoas, seja de instituições, também são fictícios).

Partilhamos da ideia de Ciampa (2009) em que afirma que o singular materializa o universal, na unidade do particular. Isto, por sua vez, nos permite entender que, embora seja apenas uma única narrativa, a história de Davi também tem potencial para expressar as tantas outras histórias silenciadas de pessoas que vivem ou viveram em situação de abrigamento. Escutar Davi lhe possibilitou falar da própria vida, em um conto que o colocou como narrador, personagem e autor de sua história, e possivelmente propiciou-lhe dar novos sentidos às vivências experienciadas em sua vida.

Fizemos contato com Davi por conta de uma psicóloga envolvida com o Centro de Hip Hop lhe ter inicialmente perguntado se poderia nos passar seu telefone, para que pudéssemos, em seguida, fazer contato para agendar um primeiro encontro, que se deu após Davi ter demonstrado interesse em participar da pesquisa. Assim, todos os encontros com Davi foram neste Centro de Hip Hop, onde ele desenvolve um projeto com grafite. Foram três encontros. No primeiro momento explicamos do que tratava a pesquisa, e ele nos contou brevemente sobre sua história, e apresentou o Centro e os projetos ali desenvolvidos e o trabalho com grafite que realiza. No segundo encontro, com seu consentimento, fizemos a gravação de sua narrativa, que teve por norteador inicial a pergunta “Quem é você?”. Isto, por sua vez, permitiu que Davi narrasse sua história desde as lembranças de sua infância, e apenas em alguns momentos pedíamos que ele explicasse mais detalhadamente acerca de alguns episódios, porém não nos orientamos por roteiro, deixando que Davi falasse livremente sobre sua história, conforme lhe apraz.

Depois de transcrita a primeira entrevista e lida com atenção, entendemos que faria sentido agendar uma segunda entrevista, para que ele pudesse detalhar alguns pontos que poderiam ser mais clareados. Neste segundo momento Davi contou-nos outros enredos de sua história e fizemos algumas perguntas relacionadas a detalhes da história narrada; assim,

cada entrevista durou em torno de duas horas e estavam presentes apenas o pesquisador e Davi.

Vale destacar ainda que foram entrevistados mais dois sujeitos. Entretanto, identificamos, apesar da singularidade de cada história, uma homogeneidade nos dados, e, acompanhando a ideia de “ponto de saturação de sentido” de Gaskell (2008), selecionamos a narrativa de história de vida de Davi, por conta de entendermos que ela comportava elementos que se diferenciavam pelo envolvimento com a luta pelos direitos de crianças e adolescentes como forma de reconhecimento e implicação com sua própria história e pelas injustiças vividas pelas crianças e adolescentes, o que, conforme destaca Ciampa (2003), também implica entender a identidade como metamorfose em um movimento de luta por emancipação, que se concretiza nas ações políticas.

Sem adiantar a narrativa do próprio Davi, vale demarcar que ele viveu em uma instituição de abrigo de um município do interior de São Paulo, instituição esta que hoje foi fechada, e lá ficou por 7 anos. Sua história no abrigo marca-se por uma situação peculiar: por ter sido inserido no abrigo aos 3 anos de idade, no ano de 1994, logo após a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (1990) e busca pela tentativa de sua implementação, fato que também implicou na escolha de sua história. No ano de 2000 a família consegue novamente sua guarda e Davi retorna à sua convivência aos 10 anos, particularmente para conviver com a avó materna.

Vale ainda demarcar que o participante foi informado acerca dos objetivos, justificativas, propósitos e metodologia da pesquisa, assim como do respeito ético que permeou todo o trabalho, segundo as normatizações do Conselho Nacional de Saúde (Resolução nº 466/12), expressas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade.

Finalizamos esta introdução demarcando o caminho que percorremos para construir esta dissertação. A dissertação está dividida em três grandes momentos que partem de uma construção primeiramente histórica acerca das práticas e políticas de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil; o segundo grande momento trata da discussão teórica que subsidia esta dissertação; e, por fim, a última parte comporta a narrativa da história de Davi, que compõe o material empírico da dissertação, bem como as análises e discussões produzidas a partir de sua história, em que buscamos tecer os dois momentos anteriores com a narrativa, como os fios de um tecido que se entrelaçam entre a trama e o urdume.

2 O ABRIGAMENTO

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um de seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa citation al'ordre du jour' – e esse dia é justamente o do juízo final (Benjamin, 1965/1987, p. 223).

Neste capítulo traremos elementos acerca da história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, tomando como ponto de partida o início de suas práticas no período colonial e as reverberações das práticas de acolhimento ao longo da história nos marcos da atual política de acolhimento institucional que vigora no país, como forma de medida de proteção de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades e riscos pessoal e social.

2.1 Breve histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: as malhas do abandono

O Brasil possui uma longa tradição de institucionalização de crianças e adolescentes que remonta ao período colonial. Um forte exemplo de “acolhimento” institucional foi o iniciado com a implantação da Roda dos Expostos, no século XVIII, por iniciativa das Santas Casas de Misericórdia, que acolhiam os bebês enjeitados deixados nos muros de suas instalações e assumiram a assistência das crianças enfermas, órfãs e expostas em todo o país. Esse sistema de amparo que, no início, contava com subsídio da Coroa Portuguesa, perdurou no país até metade do século XX (MARCILIO, 2001; RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Segundo Marcilio (2001), Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram as suas Casas de Expostos já no século XVIII, que recebiam bebês deixados na Roda. Até o século XIX surgiram no país outras dez Rodas de Expostos.

Tais medidas constituíram um importante sistema de amparo e proteção à infância, mas comportavam também histórias de maus-tratos e abuso dos cuidadores, além de altas taxas de mortalidade infantil e um processo de orfandade das crianças abandonadas, marcado pelo distanciamento das crianças e adolescentes de suas famílias de origem e possíveis famílias adotivas (RIZZINI e RIZZINI, 2004)².

² Entende-se família de origem como aquela com quem a criança/adolescente vivia ou que a gestou, família extensa como sendo alguém que possui laço de consanguinidade com a criança/adolescente ou alguém da

O nome da Roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queria abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criança que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se, então, uma corda com uma sineta, para avisar à vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor retirava-se do local, sem ser identificado (MARCILIO, 2001).

Marcilio (2001) destaca que a Roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, para se evitar o aborto e o infanticídio, entendidos como males maiores. Além disso, a Roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento.

A autora demarca que logo que aparecia um bebê recém-chegado, a rodeira buscava colocá-lo na casa de uma ama-de-leite, onde ficaria, em princípio, até a idade de três anos. Mas procurava-se sempre manter a criança sob a guarda das Santas Casas, recebendo um estipêndio (forma de salário como recompensa a um serviço prestado) para seu cuidado.

As amas-de-leite, em sua quase totalidade, eram mulheres extremamente pobres, solteiras e residentes nas cidades. Algumas eram casadas ou escravas. Não foram raros os casos de mães que levaram seus filhos à roda e logo a seguir se ofereceram como amas-de-leite do próprio filho, porém ganhando para isso. Muitos senhores mandavam suas escravas depositarem seus filhos na roda, para depois irem buscá-los para serem amamentados por elas com estipêndio, ficando a criança novamente como seu escravo, além de o estipêndio ficar sob a posse do senhor (MARCILIO, 2001). Para Rizzini e Rizzini (2004), as Casas dos Expostos mantinham as amas-de-leite devido à alta taxa de mortalidade de crianças nas instituições, consequente, em muitos casos, dos sérios riscos da amamentação artificial.

Com frequência as amas eram acusadas de maus-tratos às crianças pelas Casas de Misericórdia. Entretanto, os índices estatísticos levantados na época mostravam que a taxa de mortalidade das crianças criadas externamente aos internatos era muito menor do que quando se mantinham crianças aglomeradas de maneira insalubre (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Marcilio (2001) enfatiza que, ao contrário do que comumente se imagina, os pobres se preocupavam demasiadamente com o destino de seus filhos e relutavam em abandoná-los. No entanto, em algumas situações, tal ato tornava-se imperioso, não podendo ser evitado, e assim o faziam, deixando os filhos sob o cuidado das instituições de acolhimento.

comunidade que possui algum vínculo, e família substituta como possíveis famílias adotivas (CONANDA, 2006; CNAS, 2009).

Conforme Pinheiro (2006), o objetivo das Rodas era acolher as crianças que estavam abandonadas. Costa (1983) destaca o objetivo destas instituições como caritativo-assistencial.

Rizzini e Rizzini (2004) demarcam que juntamente com a criação das Rodas dos Expostos, surgiram as primeiras instituições de educação de órfãos (ou de recolhimento de órfãos), instaladas em várias cidades por religiosos, geralmente seguindo o modelo do claustro e da vida religiosa, tendo como característica de educação as práticas religiosas e restrito contato com o mundo externo³.

Estas instituições de recolhimento de crianças configuraram o principal instrumento de assistência à infância no país nos séculos XIX e XX. Para Rizzini e Rizzini (2004), naquele período, as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criar seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de as crianças serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. A ação mais comum das políticas de bem-estar dirigidas às crianças e famílias pobres ao longo da história brasileira foi a exclusão da criança do convívio comunitário e familiar, por consequência de sua internação em instituições totais (RIZZINI, 2008).

Estas instituições foram mudando, entretanto, já a partir do século XIX, conforme a influência dos ideais da Revolução Francesa, que motivava transformações conceituais, as quais passaram a ser compreendidas como formadoras (e reformadoras) de seus internos como cidadãos. A ênfase saía do ensino religioso para o cívico, embora o primeiro não tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições. Os meninos internos deveriam, assim, servir à pátria como força de trabalho e ser serviçais do Exército ou da Marinha – uma característica dos internos já em meados desta época refere-se ao fato de que, em sua maioria, os meninos internados eram recolhidos pelos policiais nas ruas. Isto fez com que a quantidade de meninos enviados às forças armadas por estas instituições fosse maior do que a dos admitidos por recrutamento e voluntariado.

As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX ficavam sob a proteção dos recolhimentos femininos. O recolhimento era voltado para a proteção de órfãs pobres, de ambos os pais ou apenas do pai, que provinham de um casamento legítimo, o que indicava a necessidade de proteção pelo infortúnio da perda do protetor: o pai. Assim, ao asilo cabia substituir a tutela do pai, oferecendo os meios para que pudessem se tornar as futuras mães de família, reproduzindo o lugar da educação para o lar, do trabalho doméstico, do cuidado dos filhos e do casamento. “O moço interessado em casar-se podia escolher a órfã e devia ser

³Estas instituições foram criadas inicialmente nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.

aceito pela direção da instituição ou pelo presidente da província quando o dote era pago pelo governo” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 26). Conforme demarca Algranti (1993), o dote às meninas recolhidas era um costume destas instituições, a fim de providenciar uma segurança futura e um auxílio imediato para as beneficiárias. Estes dotes vinham de doações particulares, de recursos levantados pela própria instituição ou da província; isto, por sua vez, atraía o interesse dos possíveis noivos e minimizava a preocupação de que as moças recolhidas não se casassem.

Rizzini e Rizzini (2004) destacam ainda que assim como a Casa dos Expostos, as instituições de recolhimento de órfãos também recolheram meninas e meninos índios ou filhos de escravas, pois, em sua criação, estas instituições tinham por finalidade o “resgate” dos povos indígenas, resultado da prática colonial de apreender grupos indígenas de diferentes etnias para as missões religiosas e para o trabalho nas fazendas. Entretanto, com o tempo, o grande alvo da intervenção era o recolhimento de meninas e meninos pobres e de rua, cujo recolhimento cabia exclusivamente à ação policial.

Rizzini e Rizzini (2004) ainda apontam que as irmandades e ordens religiosas também criaram instituições para acolher as filhas de mães pobres, tidas como meninas indigentes ou órfãs desvalidas. Entretanto, eram recolhidas inicialmente em instituições separadas das órfãs tidas como legítimas – isto é, filhas do legítimo matrimônio.

A Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, mantinha, no Rio de Janeiro e em Salvador, atendimento diferenciado para “meninas indigentes” e “órfãs filhas de legítimo casamento”, em que se demarcava um divisor social, além do divisor racial de instituições como o Colégio da Imaculada Conceição, que separou o acolhimento em “órfãs brancas” e “meninas de cor”. “Cada categoria ocupando seus espaços físicos e sociais, de acordo com a rígida hierarquia social da época, com suas distinções entre livres e escravos, brancos e negros, homens e mulheres” (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 27).

A criação dessas instituições de acolhimento demarca um momento histórico em que se começa a entender a necessidade de proteção social das crianças e adolescentes, e registra a preocupação com os ‘menores enjeitados e desvalidos’, que morriam, na maioria das vezes, por consequência do abandono⁴.

Para Pinheiro (2006), a representação da criança e do adolescente como objeto da proteção social naquela época, embora houvesse outras, refere-se, especialmente, à criança pequena, e está ligada a um pensamento cristão, refletido nas ideias de amor ao próximo,

⁴Queremos enfatizar aqui que não entendemos abandono apenas como sendo um ato dos familiares, mas também do Estado.

caridade, compaixão, benemerência. De acordo com Rizzini (2011), a proteção da infância era predominantemente caritativa e religiosa, visando ajudar, amparar, abrigar os “orfãozinhos”, os “desvalidos”.

Pinheiro (2006) faz uma constatação acerca da proteção social à infância que remete àquele período, mas que ainda se circunscreve ao cenário atual:

É fundamental observar que a necessidade da proteção social como a alternativa para a preservação da vida da criança já revela em si uma omissão ou transferência de responsabilidade: as ações de proteção social partem da pressuposição (ou constatação) de que a vida da criança não está sendo preservada, seja pelo abandono, seja pela falta de condições materiais para tanto, por parte de quem seria responsável. A proteção social circunscreve-se, desta forma, ao campo do “favor”, da “benesse”, da caridade de alguém, que assume a responsabilidade de quem deveria proteger, originariamente, a criança (PINHEIRO, 2006, p. 54).

Vale ainda destacar que a compreensão negativa das famílias cujos filhos constituíam a clientela da assistência social nasceu junto com a construção da assistência à infância no Brasil, e a proteção à infância era, antes de tudo, proteção contra a família (RIZZINI e RIZZINI, 2004). “As concepções negativas a respeito das famílias pobres reforçavam e justificam as práticas de exclusão social com relação a estas crianças” (RIZZINI, 2008, p. 32). Tal concepção ainda possui marca forte na cultura de nossa sociedade atual.

Com a construção de um Brasil republicano, os debates acerca da assistência à infância tomam conta do cenário, e a categoria *menor*, subsidiada nas resoluções internacionais, adentra a esfera da política brasileira, e a movimentação em torno da criação de leis para proteção e assistência à infância culmina na criação do primeiro Juizado de Menores e na aprovação do Código de Menores em 1927.

Conforme destacam Nascimento, Cunha e Vicente (2008), isto foi uma forma de responder a uma demanda social que exigia ações estatais, sejam jurídicas ou assistenciais e punitivas quanto à “periculosidade” de crianças pobres nas ruas, entendidas como vindas do abandono e da desproteção familiar, por isso necessitando de proteção e salvação do Estado.

As autoras destacam que, neste modelo, o Juiz detinha todo o poder da decisão sobre o destino a ser dado à população tida como menor: se seria encaminhada para abrigo ou internação. Essas decisões baseavam-se em seus próprios estereótipos e em estigmas das famílias pobres que, conseqüentemente, eram patologizadas, culpabilizadas e criminalizadas. Geralmente o Juiz recorria à noção de periculosidade para justificar a maioria das sentenças, a que ninguém poderia questionar.

O Código também criou uma diferenciação entre a criança e o menor que não se relacionava à faixa etária, pois a categoria menor era atribuída às crianças e aos adolescentes oriundos da classe pobre, impingindo-lhes um caráter depreciativo.

Altoé (2008) relata que a categoria “*menor*” servia ao Código para identificar as crianças em situação de abandono, de carência, desassistidas ou marginalizadas que, por não disporem de renda suficiente, não podiam ter participação no consumo de bens materiais. Deste modo, esta categoria torna-se corriqueira no vocabulário para classificar a infância pobre, criando um estigma depreciativo, classificado pelo Código em duas classes: os abandonados e os delinquentes.

Destaca Pinheiro (2006, p. 70), que “menor” passou a fazer referência “à infância e à adolescência pobres, enquadrando os seus integrantes em uma das subcategorias: carente, abandonado ou infrator”.

Para Boesmans (2015, p. 31),

o conceito deixou de ter caráter adjetivo para assumir caráter substantivo, sendo inclusive feita uma distinção entre as Varas de Famílias, que tratavam das crianças que não estavam em situação irregular, e um Juizado de Menores, que tratava das crianças em situação irregular: os ditos menores.

Este modelo de Juízo dos Menores perdurou no país até meados da década de 1980. Apenas em 1979 foi instaurado o novo Código de Menores, que carregava uma concepção não muito diferente do Código de 1927, o qual submetia as famílias em situação de pobreza à intervenção do Estado.

Para Nascimento, Cunha e Vicente (2008), o Código de Menores de 1979 foi apenas uma reformulação do Código de 1927. O novo Código não alterava substancialmente as diretrizes normativas e o poder centralizador do Juiz, além de ter criado uma nova categoria às crianças e adolescentes pobres: passaram a ser entendidos como em “situação irregular”, quando não correspondiam aos padrões de normalidade estipulados pelas classes dominantes. Todos os fatores da “situação irregular” eram descolados de sua contextualização social e econômica, atribuindo às famílias a culpa por sua condição.

Para as autoras, é possível ver nos dois Códigos que a questão material era o que justificava a tutela familiar pelo Estado, pois a maioria dos elementos levados em consideração para as decisões judiciais que determinavam o abrigo ou internação de “menores” derivava de dificuldades de garantia da sobrevivência impostas à classe pobre devido às injustiças sociais.

Não obstante isto perdure até os dias de hoje, foi no início do século XX que a infância começou a aparecer sob a forma de problema social, ligada à preocupação com o futuro do país. Deste modo, começa-se a materializar a ideia da infância como futuro da nação. Cabia ao governo, portanto, “salvar a infância pobre e enquadrá-la socialmente como elemento importante para o projeto civilizatório do país” (RIZZINI, 2011, p. 83).

Assim, é com a instauração do Estado Novo, em 1937, que a preocupação com a assistência à infância e juventude aumenta, mas como preocupação de defesa nacional, por conta do medo da “ameaça” comunista, que poderia se dar pela “cooptação” das crianças. Desse modo, em 1941, no período da ditadura do governo de Vargas, cria-se uma nova instituição conhecida por SAM - Serviços de Assistência ao Menor. Sua finalidade era prestar assistência aos “desvalidos” e “delinquentes”, embora seu alcance nacional não tenha cumprido os objetivos.

A fama do SAM ficou conhecida como a de criar criminosos, os chamados “transviados”. Assim, o SAM transformou-se em uma escola do crime dos menores transviados. A passagem pela instituição tornava o menor temido e marcado, e isto era ressaltado pela mídia, que os caracterizava como “bandidos” de alto grau de periculosidade (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Como repercussão, as autoridades públicas e políticas começaram, em meados da década de 1950, a propor um novo instituto para assistir o menor, e, assim, criou-se a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor), em 1964, que tinha por diretrizes a Política Nacional de Bem-Estar ao Menor (PNBEM), as quais visavam rever as conformações de internamento do SAM.

Para Rizzini e Rizzini (2004), devido à dificuldade de se reunir dados fidedignos referentes às internações realizadas pela FUNABEM e FEBEMs (Fundações Estaduais de Bem-Estar ao Menor), é possível levantar apenas algumas conclusões; podemos citar: o grande modelo difundido foi o de internato aos menores ou “internatos-prisão”; e a antiga prática de recolhimento das crianças de rua foi intensificada. Conforme as autoras, o número de internações era enorme, e embora houvesse crianças nas ruas que precisassem de ações grandiosas, não podemos esquecer o outro lado da moeda: que crianças na rua constituem politicamente um incômodo.

Os resquícios dos “internatos de menores” ou “orfanatos”, que funcionavam de modo asilar, embora a maioria das crianças e adolescentes destas instituições possuíssem famílias, perduram no Brasil até os dias de hoje. Entretanto, foi a partir da década de 80 que a cultura

institucional começou a ser fortemente questionada, embora prevaleça até os dias de hoje; porém, até aquele momento, o termo “internato de menores” designava todas as instituições de acolhimento, sem distinção, tanto as provisórias como as permanentes.

Altoé (2008, p. IX), em estudo que data daquela década, relata que predominava nestes internatos “a disciplina, a mesmice, o determinismo, o massacre, o não reconhecimento, a vitória da morte psicológica”. A autora enfatiza que estas instituições se assemelham ao que Goffman chamou de “instituição total”⁵.

Altoé (2008) destaca que, quando foi contratada naquele período para trabalhar de psicóloga nestas instituições na cidade do Rio de Janeiro, disseram que ela não deveria se aproximar dos internos, pois eram delinquentes e perigosos. Em um dos internatos onde trabalhou, por conta da proximidade com os internos, foi acusada de ouvir suas reivindicações, e relata que “o simples fato de ouvi-los, estar com eles no pátio, conversar demonstrando interesse por eles, gostar de estar no seu meio, comer em sua companhia a comida servida no refeitório (o que era proibido pelo diretor), tudo isso era estranho e desorganizador” (ALTOÉ, 2008, p. XXIII). A autora compartilha um relato de um dos meninos internos na época em que foi demitida: “Dona, eu gosto da senhora porque a senhora trata a gente como pessoa”.

Com o relato da autora acerca do modo de funcionamento e da relação que se estabelecia nesses internatos, podemos ver o quão distante era a proximidade dos trabalhadores e dos diretores com os internos, bem como o modo como eram reconhecidos nas instituições: não como pessoas humanas, mas como delinquentes e perigosos.

No começo dos anos 80 inicia-se uma mobilização de inquietações com relação a esses serviços de atendimento à infância e a palavra de ordem passa a ser a busca pela possibilidade de alternativas às internações.

Rizzini e Rizzini (2004) enfatizam que o momento histórico pelo qual passava o país, devido ao processo de redemocratização, foi importante para trazer à tona a problemática do atendimento à infância, impulsionado por diversos fatores. Dentre eles destacam-se:

- (a) a presença de movimentos sociais organizados, que reinauguraram a possibilidade de manifestação e participação popular no período pós-ditadura; (b) o despontar, a partir dos primeiros anos da década de 1980, de diversos estudos que ressaltavam as consequências da institucionalização sobre o desenvolvimento das

⁵ Goffman, em seu livro “Manicômios, Prisões e Conventos” (1961/2001), utiliza o conceito “instituição total” para indicar instituições nas quais os indivíduos internados eram proibidos de sair de suas dependências. Todas as atividades, trocas afetivas e comunicacionais eram ali realizadas. Para o autor, a vivência numa instituição total tinha como consequência a dependência social e psicológica dos indivíduos das regras e limites institucionais.

crianças e adolescentes e os elevados custos para a manutenção dos internatos; (c) o interesse de profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuação neste campo também contribuiu para o aprofundamento da reflexão e da produção sobre a questão; (d) os protestos dos meninos e meninas internados, expressos nas rebeliões e nas denúncias veiculadas pela imprensa e por depoimentos publicados em diversos livros (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 46).

Estes fatores tiveram papel fundamental nas calorosas discussões e debates que tomaram conta do cenário nacional nesta época, como as discussões referentes ao atendimento à infância e à juventude no processo da Constituinte, tão bem analisadas pelo trabalho de Pinheiro (2006), bem como a inserção do artigo 227 na Constituição Federal Brasileira de 1988, sobre os direitos da criança, que posteriormente reverberam na aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990, firmando o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos na história do Brasil.

Embora esses fatores tenham tido papel importante neste processo, é importante lembrar que não apenas as lutas pela conquista de direitos das crianças e adolescentes marcam tal reconhecimento, mas também os interesses das classes governantes e detentoras dos meios de produção, que precisam reduzir custos nos investimentos públicos, bem como precisam prestar contas às organizações externas ao país acerca da garantia da política de direitos, como era o caso da Corte de Viena, naquele momento, e, atualmente, é o da Corte Interamericana dos Direitos Humanos⁶.

Embora a preocupação com a proteção social à infância e juventude estivesse presente na construção do direito estatutário dirigido a este segmento, esta proteção está marcada, segundo Pinheiro (2006), pela ideia de que é preciso proteger a criança para evitar a delinquência. Rizzini e Rizzini (2004, p. 47) destacam que a pretensão era: “internando-se o menor carente, evitava-se o abandonado, e, por sua vez, o infrator”. Isto ainda é firmado quando Pinheiro (2006) aponta que coexistiam nas discussões da Constituinte as

⁶ Elaborado em 1969, o Tratado da Corte de Viena, do qual o Brasil passou a fazer parte, obrigava o país ao cumprimento de todas as leis presentes nele. Embora não caiba aqui nos debruçarmos sobre tal discussão, vale trazer como nota o caso de Damião Ximenes, estudado por Vânia Pontes em seu mestrado. Damião Ximenes foi morto no hospital psiquiátrico da cidade de Sobral-CE, três dias após ser internado. Este fato ocorre no ano de 1999 e é seguido de uma denúncia à Corte Interamericana dos Direitos Humanos realizada pela irmã de Damião, o que leva a Corte a abrir um processo de denúncia pública que culmina num julgamento internacional do Brasil por violação de direitos humanos em instituição pública sustentada pelo governo, acarretando na necessidade da aprovação da Lei 12.016/2001, para constar que o país tinha diretrizes compromissadas com os novos modos de atenção à saúde mental. Deste modo, entende-se que não apenas a força política do movimento da luta antimanicomial pela Reforma Psiquiátrica teve papel importante na construção da Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/2001), mas também a necessidade de o Estado precisar prestar contas à Corte, que inicia um processo de julgamento do país por violação de direitos a nível internacional. Podemos considerar, por sua vez, que o processo de aprovação e tentativa de implementação de direitos das crianças e adolescentes no país não apenas está ligado às mobilizações políticas e ao compromisso social com os direitos destes sujeitos, mas também aos interesses de construção de um país que atenda às exigências dos interesses econômicos do capitalismo.

representações das crianças e adolescentes: além de sujeitos de direitos e de proteção social, também eram objetos de controle e disciplinamento social e objetos de repressão social.

Para Pinheiro (2006), isto significa voltar-se para este segmento da população com a ideia de que, protegendo-os, evita-se a criminalidade, não pela preocupação com as crianças, mas sim para proteção da própria sociedade. Em última instância, é a proteção sob a forma de controle e disciplina da criança para estar a serviço de outrem: ora a sociedade, ora o mercado, ora a Nação. Assim, o que o Estado espera das crianças e adolescentes que estão nos abrigos, contrariamente à preocupação de fato com os direitos, é que se garanta, ao menos minimamente, a prevenção à delinquência.

Rizzini e Rizzini (2004) enfatizam que ficava claro no cenário da construção do Estatuto da Criança e Adolescente (1990) que a preocupação era com o afastamento da criança e do adolescente de sua família e comunidade. Além da intensa luta que mobilizou o movimento de revisão das políticas de atendimento à população nos moldes das instituições totais, como os internatos para crianças e os manicômios. Deste modo, é com a aprovação do Estatuto que novamente se prescrevem outras formas de organizar os parâmetros das práticas de acolhimento às crianças e adolescentes, reconhecendo-os agora como sujeitos de direitos, muito embora ainda visualizemos as marcas herdadas de um passado remoto.

2.2 A Institucionalização após o Reconhecimento da Criança e Adolescente como Sujeitos de Direitos no Brasil

Com a aprovação da Constituição Federal brasileira de 1988 e, posteriormente, a aprovação do ECA em 1990, pela primeira vez na história do Brasil as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, em peculiar condição de desenvolvimento, tornando-se prioridade absoluta no âmbito das políticas públicas sociais.

Isto significou abandonar a “doutrina da situação irregular” instaurada com o Código de Menores de 1927, incorporando, em sua plenitude, a “doutrina da proteção integral”, que constitui a base da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Nestes moldes, o termo “sujeito” carrega uma concepção de criança e adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de vontades próprias, e que não podem ser tratados como um segmento subalterno e passivo aos adultos, devendo ser considerados nas decisões acerca de suas vidas (Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA, 2006). Neste sentido, o ECA preconiza a importância de reconhecer estes

sujeitos pelas categorias “criança” e “adolescente”, de modo a demarcar o reconhecimento deste segmento como sendo sujeitos que portam direitos; impondo-se como uma contraposição à categoria estigmatizada de “menor”, a qual carrega, desde o primeiro Código de Menores, a atribuição de uma identidade pública depreciativa⁷.

Conforme afirma Pinheiro (2006), as crianças e adolescentes tornarem-se sujeitos de direitos implica estabelecer a relação entre infância, adolescência e cidadania, isto é, reconhecê-los como cidadãos. Significa reconhecer suas diferenças e igualdade de direitos, mas não com inferioridade. Reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos implica ainda uma forma de abrangência do universo da infância e juventude, contrapondo-se às representações anteriores ligadas às classes subalternas.

O fato de terem direitos implica serem beneficiários por parte de terceiros, conforme prescreve o artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1998. Cabe, portanto, à família, à sociedade e ao Estado, propiciar-lhes as condições básicas para o seu pleno desenvolvimento.

Neste sentido, com vistas a garantir os direitos das crianças e adolescentes, o ECA estabelece parâmetros dentro da legislação para uma nova configuração nos modos de acolhimento. O abrigo, portanto, passa a ser uma medida de proteção, de caráter excepcional e provisório, para crianças e adolescentes considerados em situação de risco pessoal e social. E deve garantir, conforme o artigo 92, que:

As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não desmembramento de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Embora saibamos que o acolhimento ainda distancia as crianças e adolescentes de seu convívio familiar e comunitário, conforme veremos mais adiante com dados de algumas pesquisas e com a história de Davi, esta orientação promulgada pelo ECA coloca-se como uma contraposição ao modelo de acolhimento dos antigos orfanatos e internatos. Assim, a ideia é associar o abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco à tentativa de garantir seu direito à convivência familiar e comunitária.

⁷ Em que pese esta discussão acerca da desconstrução do estigma de “menor” dirigida a determinado segmento da população infanto-juvenil esteja presente desde a década de 1990, ainda predomina fortemente este estereótipo no imaginário social. Podemos citar aqui como exemplo uma matéria que saiu na Revista Central do ano de 2013, que tinha por título “Menor mata adolescente de 15 anos”.

Depois de anos na tentativa de implementar as políticas de acolhimento previstas no ECA, o CONANDA publica em 2006, após consulta pública, o “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária”, que é seguido pela publicação das “Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009). Estes documentos se caracterizam como marcos normativos e direcionais nas políticas voltadas para os serviços de acolhimento institucional.

O “Plano Nacional” (CONANDA, 2006) constitui um marco nas políticas públicas sociais no Brasil, pois visa romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, bem como fortalecer a doutrina da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente desde 1990. Deste modo, o CONANDA deixa claro no Plano que a manutenção dos vínculos familiares e comunitários está diretamente relacionada ao investimento nas políticas públicas de atenção à família.

As “Orientações Técnicas” (CNAS, 2009) visam estabelecer os parâmetros de funcionamento e oferecer orientações metodológicas para que os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes possam cumprir sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e de suas famílias.

Ainda no mesmo ano desta última publicação, temos a preconização de uma nova Lei que complementa o ECA: a Lei 12.010/2009 - que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de todas as crianças e adolescentes, conhecida como “nova lei de adoção”. Com esta nova Lei fica determinado que devem ser empreendidos todos os esforços para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar – para família de origem ou extensa, em seus diversos arranjos – ou, em sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta, ou seja, o período do afastamento da criança e adolescente da convivência familiar não deve exceder a dois anos, bem como a situação de cada criança e adolescente em acolhimento institucional deve ser reavaliada semestralmente. A permanência de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento por um período superior a dois anos deve ter caráter extremamente excepcional. Outro fator importante a ser demarcado acerca desta nova lei refere-se ao fato de que ela confere apenas ao Judiciário o poder para determinar o

afastamento da criança e do adolescente de sua família, sustentado nos relatórios das equipes técnicas que compõem a Rede de Atendimento às Crianças e Adolescentes.

Embora a Lei 12.010 tenha recebido o título de “nova lei de adoção”, preferimos entendê-la como “nova lei da convivência familiar e comunitária”, pois a lei prioriza a convivência da criança e do adolescente em sua família e comunidade de origem, visando o melhor para o bem-estar da criança, com prioridade à reintegração à família de origem, em sua impossibilidade encaminhamento para família extensa, e, como último recurso, encaminhamento para família substituta (os casos de adoção). Também vale destacar que alguns artigos que compõem a Lei 12.010 já são discutidos anteriormente no Plano Nacional e Orientações Técnicas, bem como no âmbito de outras políticas sociais.

Esta Lei ainda altera o termo *abrigamento*, que, com a implementação do ECA, foi criado para substituir o de *internação de menores*, passando agora para o de *acolhimento institucional*; esta mudança no termo ocorre por conta da falência daquilo que se previa para os abrigos, embora, na prática, sua efetivação ainda aponte grandes entraves.

A incorporação da Lei 12.010 ao ECA também aparece como uma forma de ressignificar algumas práticas dos CTs (Conselhos Tutelares). Após sua criação, com o ECA, embora o Estatuto não delegasse tal poder, os conselheiros tutelares passaram a decidir por conta própria acerca dos destinos que deviam ser empreendidos com relação à vida das crianças e adolescentes, ficando sob avaliação pessoal dos conselheiros decidir sobre a medida do afastamento ou não, sem consultar nenhuma outra instância do setor público, e sem ao menos ter conhecimento acerca da realidade das famílias sobre as quais recebiam as denúncias de situações de violação de direitos, agindo, desta forma, em não conformidade com o Estatuto.

Isto, por sua vez, refletiu-se em uma lógica de abrigamentos de crianças e adolescentes cujos registros dos motivos da medida nem constavam nos abrigos (OLIVEIRA, 2011). Embora esteja havendo a tentativa de modificar este cenário, a grande maioria dos casos de abrigamento ainda é realizada pelos CTs (OLIVEIRA, 2011), e só posteriormente se recorre ao poder judiciário para decidir sobre a medida.

Apesar de todo o aparato normativo e legislativo para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, esses mesmos documentos alegam que podem ocorrer situações de violações desses direitos no contexto da vida familiar. Estas situações, quando conhecidas pelos dispositivos do Estado ligados ao Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes, são avaliadas por tais dispositivos (seja Conselho Tutelar, Poder Judiciário

etc.), que podem considerar como necessária a intervenção do Estado no cotidiano familiar, afastando a criança/adolescente de seu convívio, proteção e cuidados.

Conforme determina o ECA no art. 98 sobre as medidas de proteção:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta.

Assim, o Estatuto prevê que, em sendo verificada qualquer hipótese deste artigo, as medidas aplicáveis, dentre outras, devem ser:

- I – Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras ou toxicômanos;
- VII – acolhimento institucional;
- VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX- colocação em família substituta. (ECA, art. 101).

Vale destacar também que o Plano Nacional (2006) reconhece que a violação de direitos que tem lugar no seio da família pode refletir, ainda que não necessariamente, uma situação de vulnerabilidade da família diante de seus próprios direitos de cidadania, do acesso e da inclusão social. Depreende-se, deste modo, que o apoio sociofamiliar é, muitas vezes, o caminho para o resgate dos direitos e para o fortalecimento dos vínculos familiares.

Os documentos normativos da política social e o ECA determinam que apenas quando esgotadas todas as possibilidades de garantia da convivência da criança e adolescente no contexto de sua família, é que o Estado pode intervir em sua realidade para afastar seus filhos de seu convívio, ou seja, a institucionalização deveria ser o último recurso ao qual recorrer. Entretanto, como apontado pelo CONANDA (2006), em muitos casos nunca se esgotaram todas as possibilidades de intervenção com essas famílias anteriormente ao afastamento das crianças e adolescentes. Cite-se que a Rede de Atendimento à Família, dentro da política social composta pelos equipamentos do SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que trabalham com situações entendidas como de baixa e média complexidade, possuem conhecimento da realidade dessas famílias.

Deste modo, uma das grandes problemáticas que tem se encontrado e que resulta na não efetivação das políticas de atenção à família está ligada ao fato de que as situações-problema sempre se apresentam sob a forma de situações-limite, quando todas as possibilidades de trabalho dentro da assistência social e de saúde de baixa complexidade já não dão mais conta, em que já está instaurada uma situação de violação de direitos com os membros do grupo familiar.

Conforme destacado por Rosseti-Ferreira *et al.* (2012), as famílias de origem de crianças e adolescentes em situação de abrigo permanecem na invisibilidade, traduzida pelo desconhecimento destas famílias, até mesmo nos prontuários das crianças e adolescentes acolhidos nos abrigos, os quais carecem, muitas vezes, de informações básicas.

Esta invisibilidade das famílias pode revelar que se têm mais ações em direção ao acolhimento, mas pouco para prevenir o afastamento, bem como, após o abrigo das crianças e adolescentes, suas famílias novamente são esquecidas e deixadas à própria sorte, pois são raros os casos em que a Rede consegue efetiva ou minimamente acompanhar uma família com vistas à ressignificação daquilo que está vivendo, seu fortalecimento e revinculação dos laços com os filhos.

Isto está relacionado com a ausência ou insuficiência de políticas públicas que sanem o abismo existente entre sua efetivação e a realidade vivida pela população, e que reverbera no afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar e comunitário. Para Rizzini e Rizzini (2004), essa situação ainda se mantém forte por conta de fatores político-ideológicos que levaram o país a optar por políticas e programas que não conduziram à reversão do cenário de pobreza e desamparo a que permaneceu relegada boa parte de sua população.

Não obstante as políticas tenham como foco referenciar o apoio sociofamiliar, colocando a família como centralidade nas políticas sociais, para Miotto (2010), um dos interesses do Estado em sustentar a família como referência na política pública é o fato de, ao atender suas necessidades, poder evitar que muitas outras necessidades se tornem demandas para os serviços de políticas de saúde e assistência social.

De acordo com Furlan e Souza (2013), a intervenção do Estado para o afastamento da criança e do adolescente de sua convivência familiar revela um modo de organização social que tem impedido as famílias do cuidado, da proteção e da socialização de seus filhos, pela falta de investimento e insuficiência em políticas que lhes proporcionem o apoio necessário para que possam superar suas vulnerabilidades e exercer suas funções. Isto revela também a violação dos direitos das crianças e adolescentes por parte do Estado, que não garante o

direito à convivência familiar, tendo a institucionalização, muitas vezes, como a principal medida para a resolução dos problemas familiares, criando assim uma *cultura da institucionalização dos “des-ajustados”*, por desconsiderar a situação da maioria dessas famílias, que se encontram em situação de vulnerabilidade devido à lógica excludente da estrutura social capitalista, que favorece uma minoria e exclui a maioria da população dos bens econômicos e culturais.

Embora não seja o foco central deste trabalho fazer uma explanação esmiuçada acerca dos modos de produção no seio da sociedade capitalista na qual vivemos, já que isto daria conteúdo para uma tese, julgamos necessário elucidar brevemente alguns elementos que são centrais para entendermos nossa sociedade e as discussões que irão se seguir, antes de continuarmos com nosso diálogo acerca do acolhimento.

Um dos grandes nomes nas discussões acerca do capitalismo é o filósofo alemão Karl Marx. Marx, em sua obra *O Capital* (1984), já no primeiro volume, delineia acerca das formas de produção do trabalho na sociedade capitalista, revelando os modos como os capitalistas se apropriam das riquezas produzidas pelo proletariado, pelo trabalho que não lhes é pago, por meio da exploração da mais-valia, o que produz as formas de desigualdade e miséria social. Assim, Marx descreve como se dão as relações de produção entre o capital e o trabalho, e como capital e trabalho estão separados em um sistema capitalista de produção, no qual os donos dos meios de produção é que se apropriam do valor (trabalho humano para se produzir um objeto ou coisa) dos produtos produzidos pelos trabalhadores, e não os próprios trabalhadores, que, em última instância, vendem sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Neste sentido, o autor destaca o modo como as relações entre as pessoas, na sociedade capitalista, está marcado pela dominação, e como as relações entre o trabalho e o capital se dão por meio da exploração ou expropriação do trabalho de uma classe – capitalista – sobre outra - proletária. Estas relações de produção, por sua vez, dão manutenção às formas de desigualdade que vigoram na sociedade, haja vista a riqueza produzida por uma classe, ou certas classes que não detém os meios de produção, sempre permanecer sob o jugo da classe dominante.

Deste modo, destaca Paulo Netto (2012) que a “questão social” surge com o advento do capitalismo e suas refrações como fome, miséria, carência, desemprego, etc., como manifestação da desigualdade social produzida pelo sistema capitalista, em que a crescente produção de riqueza implica ao mesmo tempo a convivência com a pobreza. Dito de outro modo, a “questão social” não é um problema na engenharia do funcionamento do sistema,

mas estruturalmente necessária, isto é, existirá enquanto houver exploração e acumulação do capital.

O filósofo Slavoj Žižek (2012), fazendo uma leitura de Marx, enfatiza ainda que um elemento central para entender a dinâmica e o sucesso do capitalismo, e que aparece como uma unidade de opostos dentro da economia, consiste em entender o desemprego como estruturalmente inseparável do acúmulo e expansão da autoprodutividade do capital. O filósofo demarca que não apenas o trabalhador é explorado pela apropriação de sua mais-valia, mas também o desempregado. Estes não estão fora da circulação do mercado, na verdade são produzidos por ele que, por sua vez, produz o papel estrutural do desemprego, que faz do estar empregado um privilégio. Assim, a exploração é dada como “naturalizada” e parte do funcionamento do sistema econômico, ou seja, ela não resulta de pressão e violência; isto, por sua vez, produz uma forma de dominação social que não é direta, mas estrutural ao processo de produção.

Em que pese tenhamos nos valido de algumas breves linhas acerca dos modos de produção na sociedade capitalista, uma vez que para um possível melhor esclarecimento seria necessário um debate muito maior e extenso, iremos nos valer destes apontamentos, os quais já irão permitir situarmo-nos acerca do que estamos tratando ao nos referirmos à nossa sociedade, nos momentos em que fizermos alusão a isto no decorrer do texto. Feito este adendo, retomemos a discussão sobre o acolhimento, que, como já apontamos, é também fruto do modo de produção desta sociedade.

Assim, nos últimos anos temos visto duas formas de intervenção do Estado para o afastamento de crianças/adolescentes de suas famílias. Uma delas é já na maternidade, quando algum órgão do governo (geralmente o Conselho Tutelar) retira o recém-nascido de sua mãe logo ao nascer, no geral por conta de dependência química dos pais, fator que tem sido o grande justificador que depreende a determinação judicial para o afastamento e encaminhamento para acolhimento institucional. Isto, para Boesmans (2015), conforma resquícios das antigas práticas de atendimento à infância, sendo que,

Se a roda dos expostos foi extinta, por diversos fatores, dos quais trataremos adiante, ela se atualiza nos abrigos mantidos por entes públicos ou privados. Atualiza-se porque neles podemos encontrar, por exemplo, crianças abandonadas ainda na maternidade, que formam fila no Cadastro Nacional de Adoção e que, embora constitua grande avanço na legislação e na política de proteção e promoção da convivência familiar e comunitária, rende pertinentes críticas que revelam outro abismo entre a lei e a realidade (BOESMANS, 2015, p. 33).

A outra principal forma de intervenção é no contexto da vida familiar, quando a criança/adolescente convive com seus pais ou apenas um deles há algum (ns) ano (s), e, por conta de uma situação de violação de seus direitos, o Estado, na figura do Poder Judiciário, determina a intervenção da Rede no cotidiano da vida de uma família para afastar a criança/adolescente de sua convivência.

Outro fator importante promulgado no ECA desde 1990 e reforçado no Plano Nacional (2006) refere-se ao fato de determinarem que a carência de recursos materiais da família não constituem motivos para o afastamento da criança/adolescente de seu convívio familiar. Entretanto, a pesquisa nacional realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003) revelou que 50,1% das crianças e dos adolescentes foram abrigados por motivos relacionados à pobreza – 24% exclusivamente em função da situação de pobreza de suas famílias.

A pesquisa identificou que as causas que motivaram o abrigo da expressiva parcela das crianças e adolescentes encontrados nas instituições de abrigos estavam relacionadas à pobreza; consequência da falha ou inexistência das políticas complementares de apoio aos que delas necessitam. Entre os principais motivos destacaram: a pobreza das famílias (24,2%), o abandono (18,9%), a violência doméstica (11,7%), a dependência química dos pais ou dos responsáveis, incluindo o alcoolismo (11,4%), a vivência de rua (7,0%), orfandade (5,2%), prisão dos pais ou responsáveis (3,5%) e abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%). Para 35% das crianças e adolescentes, a principal dificuldade para o retorno ao convívio familiar era também a situação de pobreza de suas famílias.

O Levantamento do IPEA (2003) ainda revelou, contrariando a ideia de que são órfãos as crianças e adolescentes que vivem nos abrigos, que 86,7% das crianças e adolescentes que viviam em abrigos tinham família, sendo que 58,2% mantinham vínculos com os familiares. Apenas 5,8% estavam impedidos judicialmente desse contato e somente 5% eram órfãos. Essas crianças e adolescentes viviam, portanto, a paradoxal situação de estar juridicamente vinculados a uma família que, na prática, já há algum tempo não exercia a responsabilidade de seus cuidados, principalmente por motivos relacionados à pobreza.

E na última pesquisa sobre acolhimento a nível nacional realizada pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013), foi identificado que dentre os principais motivos que levaram ao afastamento do convívio familiar estão: negligência dos pais e/ou responsável (mais de 80%); dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável (mais de 80%); abandono dos pais e/ou responsável (em torno de 77%); violência doméstica

(próximo a 60%); abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável (em torno de 45%). A somatória ultrapassa o percentual de cem, pois, no geral, há vários motivos em cada caso.

A pesquisa ainda aponta: vivência de rua (35%), ausência dos pais ou responsáveis por prisão (30%), carência de recursos materiais da família ou responsável (26%), orfandade (25%), submetido à exploração sexual (prostituição, pornografia) (23%), submetido à exploração no trabalho, tráfico e/ou mendicância (17%), ausência dos pais ou responsáveis por doença (14%), pais ou responsáveis portadores de deficiência (7%), outros (6%).

Nos dez anos que datam o período de ambas as pesquisas, podemos ver algumas similaridades e diferenças entre os dados: na pesquisa de 2003 vemos um quadro que apresenta que 24% das crianças/adolescentes foram abrigados por conta de carências materiais ou pobreza; este dado se faz semelhante ao atual, que aponta 26%; diferentemente disso, a orfandade, que aparecia em 2003 em apenas 5,2% dos casos, aparece em 2013 em 25%; já a dependência química dos pais é apontada em 2003 em 11,4 % dos casos, enquanto na pesquisa de 2013 aparece em mais de 80%, ou seja, a grande maioria; o abandono dos pais ou responsáveis aparece em 2003 em 18,9% das situações, enquanto em 2013 é identificado em cerca de 77%; em 2003 a vivência de rua se constata em 7% dos casos e em 2013, em 35%; abuso sexual praticado pelos pais é identificado na pesquisa de 2003 em 3,3% das situações, enquanto em 2013 aparece em torno de 45%; pais em situação de presídio aparece em 2003 em 3,5% dos casos e em 2013, em 30%.

É possível inferir várias justificativas para as diferenças e similaridades entre os dados, que podem considerar desde algumas mudanças no cenário social até os modos como foram desenvolvidas tais pesquisas e como foram identificados estes dados pelos pesquisadores. Pode-se ainda supor como variáveis os recursos financeiros, em especial as fontes de coleta de dados dispostas para levantá-los. Podemos considerar que há dez anos tais fontes fossem mais difíceis de ser encontradas.

Entretanto, é interessante olharmos alguns dados: a diferença gritante dos casos que apresentam a dependência química como motivador do afastamento, 11,4% em 2003 e mais de 80% em 2013; e ainda podemos olhar para o fato de que na pesquisa do IPEA de 2003 a negligência aparece apenas nas discussões do texto, mas não nos dados que apontam os motivadores do acolhimento, enquanto em 2013 a negligência aparece como um dos principais motivadores, atingindo um dado acima de 80%. Como já dito, as inferências para pensarmos estas diferenças podem ser muitas, mas retomaremos a discussão sobre a negligência mais adiante, o que talvez possa nos dar alguma pista.

Considerando, porém, estes dados que nos apontam um possível cenário, as políticas sociais deveriam ir ao encontro destas realidades, a fim de alcançar as famílias dessas crianças e adolescentes e tentar contribuir para que ressignifiquem as situações que levaram as instâncias do governo a decidirem pelo afastamento de seus filhos, para que, assim, estes possam retornar à convivência familiar dentro do prazo máximo de dois anos, ou ir viver com a família extensa ou substituta.

Entretanto, as pesquisas atuais têm revelado que, embora o ECA determine que o tempo máximo de uma criança/adolescente estar afastada de sua família seja de dois anos, a grande maioria delas ainda tem permanecido em situação de abrigo por tempo muito superior, podendo chegar a até dez anos ou mais de vivência em abrigos, e, muitas vezes, transitando entre a rua e um abrigo e outro (Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2013; CNMP, 2013).

Vale destacar aqui que, no ano de 2011, foi publicada uma matéria na Folha de São Paulo relatando que uma Força-Tarefa que reuniu Juízes da Vara da Infância e Juventude de todo o país reanalisou os casos de encaminhamentos de crianças e adolescentes para abrigo, e mais de 7 mil crianças e adolescentes retornaram para suas famílias de origem, pois os motivos que levaram ao abrigo não eram legislativamente justificáveis.

Para Nascimento, Cunha e Vicente (2008), apesar de, com o ECA, não ser mais possível alegar o afastamento das crianças e adolescentes tendo a pobreza como justificativa da intervenção do Estado, como na época em que vigorava a doutrina de situação irregular do Código de Menores do regime militar, entendendo estas famílias como “desestruturadas”, ainda são as famílias que se encontram em situação de pobreza que continuam a ver seus filhos serem afastados e encaminhados para o acolhimento, embora sob a alegação de outros motivos: abandono, negligência, maus-tratos, etc.. Para as autoras, a família pobre deixa de ser criminalizada pela sua condição, mas ganha uma nova identidade, a de família negligente, e isto passa a justificar a intervenção do Estado na vida destas famílias. Já que não há mais pena para as famílias em situação de pobreza, atualiza-se o discurso de “famílias desestruturadas”, isto é, desqualifica-se estas famílias, considerando que são incompetentes para dar conta de cuidar de seus filhos.

As autoras alertam para o fato de que se tem feito uma associação entre situação de pobreza das famílias e situações de negligência e maus-tratos, como se não houvesse tais situações em outras classes, sendo esta uma maneira de burlar o ECA, afastando as crianças dos cuidados de seus familiares.

Para Boesmans (2015), isto se refere também ao fato de que se associou a ideia de capacidade de cuidado com os filhos da “família estruturada” à ideia de funcionalidade, ou seja, de “família disfuncional”, aquela que não dá conta de exercer suas funções de cuidado. Assim, a autora afirma que o cuidado como princípio que norteia os argumentos jurídicos se apresenta sob as formas de negligência e abandono, o que, para ela, surge como consequência das iniquidades sociais e desigualdades de direitos de uma grande camada da sociedade brasileira. Isto é revelado em sua pesquisa quando identifica a associação que conforma a negligência como motivo que justifica o acolhimento de crianças e adolescentes e a situação de pobreza de suas famílias.

Conforme destaca Nascimento (2012), este discurso da família negligente, portanto, aparece nos casos dos pais considerados negligentes como

(...) práticas de punição que podem ser localizadas nas diversas ameaças que esses pais sofrem ao circularem em órgãos públicos como conselhos tutelares, abrigos e juizados. Instala-se uma espécie de máquina punitiva que vai definindo a perda do poder familiar (deixa-se de ter direito sobre o filho), a adoção por família dita estruturada (porque a pobre é desestruturada), a colocação em abrigo (tido como o melhor lugar para ficar o filho do negligente), o calendário restrito de visita aos filhos abrigados e tantos outros castigos destinados àqueles julgados como pais negligentes (NASCIMENTO, 2012, p. 41).

Nascimento (2012) assinala que os pais são considerados negligentes quando agem em não conformidade com as normas de proteção instituídas. E que, todavia, perdem de vista que tais normas como a boa higiene, o bem cuidar, o bom tratamento, etc., foram construídas histórica e socialmente em compatibilidade com a lógica capitalista e estão delineadas por interesses e valores de classes. Assim, a família negligente é considerada “culpada” por suas estratégias de sobrevivência, pelo que ela “não fez”, ou pelo fazer que foge ao modelo de proteção instituído.

Isto nos mostra que, apesar de se buscar redefinir os grupos sobre os quais as políticas incidem, esses grupos continuam sendo os mais vulneráveis aos efeitos da pobreza e da exclusão social e acabam sendo entendidos como algum tipo de ameaça à sociedade, o que é incompatível com as propostas de garantia de direitos em pauta (RIZZINI, BARKER e CASSANIGA, 1999).

Furlan e Souza (2013) observam que ainda é presente a negligência por parte do Estado dirigida às famílias, e entendem que tal negligência, bem como a lógica da estrutura social produzida sob a forma capitalista, geram consequências que repercutem diretamente no cotidiano familiar e revelam a pobreza presente na sociedade, que se reflete na existência dos abrigos. Destacam ainda que a institucionalização de crianças e adolescentes sob a forma de

proteção é marcada pela exclusão social, pois os abrigos têm revelado a pobreza e a desvalorização social presentes na sociedade, que reverbera na vida das famílias e as quais, ideologicamente, são camufladas na estigmatização destas famílias e suas crianças e adolescentes, como se fossem seres marcados pela delinquência e irresponsabilidade individual.

No que tange ao funcionamento interno destas instituições, elas permanecem apresentando um modelo de funcionamento inadequado àqueles que atendem, caracterizando-se por práticas disciplinares exercidas pelo controle coercitivo e a não preservação da individualidade (PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007). E geralmente a falta de recursos destas instituições, que na grande maioria são do terceiro setor, acarreta em um soldo pífio para os profissionais que trabalham no abrigo. Isto, por sua vez, produz um ciclo constante de alta rotatividade de trabalhadores, principalmente de educadores, que são aqueles que mais diretamente se relacionam com as crianças e adolescentes em seu dia-a-dia, sendo os responsáveis pelos seus muitos cuidados; todavia, são os que recebem menores salários no abrigo. O grande problema da rotatividade, que além de revelar a exploração e não satisfação do trabalhador, gera um ciclo inevitável de rompimentos dos vínculos que as crianças/adolescentes estabelecem com aqueles a quem foram delegados seus cuidados, afeto e proteção. Com a convivência diária com esses profissionais, as crianças e adolescentes passam a entendê-los como pessoas significativas em suas vidas, e o desligamento contínuo desses profissionais pode levar à reposição de vivências do rompimento dos vínculos com as figuras parentais no momento do afastamento, bem como isto pode dificultar a possibilidade de a criança/adolescente acreditar em um vínculo vindouro com o novo educador que chega para trabalhar na casa.

Além dos profissionais do abrigo, outras figuras com quem as crianças e adolescentes se relacionam mais diretamente são os próprios colegas que também moram no abrigo, os quais, muitas vezes, se tornam seus outros afetivos. Também podem configurar essas figuras de afeto os padrinhos afetivos, todos os funcionários do abrigo, voluntários, pessoas da comunidade, colegas da escola e de lugares que frequentam, bem como membros da família, dos pais aos laços consanguíneos mais distantes, quando estes contatos são resguardados e permitidos (SOUZA e PARAVIDINI, 2011).

Dentro da política atual (CNAS, 2009), a configuração do abrigo deve possuir arquitetura de uma casa, acolher no máximo 20 crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos (ou mais quando necessário) e de ambos os sexos. Este modelo de casa aparece como padrão para

desconstruir as antigas formatações que comportavam o modelo de instituição total. Neste novo ambiente, a criança e adolescente devem sentir-se o mais familiarizados possível com um contexto familiar. Deste modo, a política também prevê modelos de acolhimento que mais se aproximem da realidade de uma família, como o caso das Casas-Lares e os Programas de Família Acolhedora⁸.

Embora os agentes que trabalham em abrigos reconheçam que o abrigo é entendido como a casa das crianças e adolescentes que ali vivem, bem como tenhamos reconhecido que esta nova compreensão do abrigo seja um avanço na política de acolhimento, isto pode criar um paradoxo para seus moradores, pois o significante “casa”, em nossa sociedade, comporta o significado de lar e família, e a ideia de família ainda hegemônica remete ao modelo nuclear, além de que, como apontado anteriormente, a grande maioria destas crianças e adolescentes possuem família; deste modo, o abrigo pode configurar-se como o lugar da proteção e do cuidado, mas pode não ser entendido como o lar e a família, bem como não deve assumir este lugar, para não confundir a criança/adolescente acerca de quem é sua família.

No decorrer de nossa discussão, pudemos ver como se configuram algumas formas das práticas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, que remontam à época do período colonial e se estendem aos dias atuais. Iniciamos por apresentar os moldes do acolhimento promovidos pelas Santas Casas de Misericórdia, especialmente nas conformações das Rodas dos Expostos, dos recolhimentos de órfãos, do SAM, dos internatos de menores, as FEBEMs, os orfanatos, até chegarmos aos abrigos que configuram a forma mais recente de organização de instituição de acolhimento. Do mesmo modo fomos observando como as políticas de acolhimento dirigidas à infância e juventude foram sendo construídas dentro do cenário político desde a Coroa Portuguesa, a construção dos Códigos de Menores, até a implementação do Estatuto da Criança e Adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, bem como as mais recentes normativas que orientam as formas de acolhimento. Cabe agora adentrarmos as discussões do referencial teórico que subsidia nosso estudo.

⁸ Casa-Lar: trata-se de um modelo de acolhimento a crianças e adolescentes no qual se tem educadores residentes (chamados anteriormente por pai e mãe social) e visa acolher até 10 crianças/adolescentes. Família Acolhedora: é outro modelo de acolhimento, todavia, uma família da comunidade é quem acolhe 1 criança/adolescente (ou mais quando grupo de irmãos), e fica responsável pelos seus cuidados até que se dê seu encaminhamento futuro. Esta última experiência ainda é recente no Brasil, embora na América do Norte e Europa estes programas tenham surgido como política de assistência desde o século XIX e após as grandes guerras, respectivamente. Este modelo tem por objetivo principal, embora isto seja o princípio em todos os modelos de acolhimento institucional, a reintegração à família de origem. E, como apontado por Costa e Rosseti-Ferreira (2009), as experiências dos programas de família acolhedora no Brasil têm cumprido com este papel de modo mais significativo do que as demais formas de acolhimento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O humano é sempre “uma porta abrindo-se em mais saídas”. O humano é vir-a-ser humano. Identidade humana é vida! Tudo o que impede vida impede que tenhamos uma identidade humana. Podemos, então, entender que o desejo de Severino de encontrar vida pode ser traduzido por buscar concretizar uma identidade humana. (...). Ter uma identidade humana é ser identificado e identificar-se como humano! (CIAMPA, 2009, p. 39-41).

Neste capítulo iremos nos debruçar sobre o marco teórico que sustenta esta dissertação, que vem sendo discutido de modo esmiuçado no núcleo o qual integramos – PARALAXE: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica -, e reverbera nas produções que este núcleo tem realizado. Especificamente, nos debruçaremos às proposições acerca do fenômeno da identidade, desenvolvido por Antonio da Costa Ciampa, presentes especialmente em seu livro *A Estória de Severino e a História de Severina* (1987). Na mesma medida, recorreremos a colaborações importantes a esta guinada, como as contribuições de Almeida (2005) e Lima (2010), bem como outros autores alinhados à Psicologia Social Crítica.

3.1 A Identidade como Metamorfose em busca de Emancipação

Ciampa inicia seus estudos sobre identidade já em seu mestrado, com o tema “*A Identidade e sua relação com a Ideologia*” (1977). Em sua dissertação, afirmava que compreender a identidade significa compreender a relação entre indivíduo e sociedade; isto se fazia imprescindível para a construção de uma Psicologia Social que tinha por objeto compreender como se dão os processos desta relação. Assim, a identidade era entendida como conceito central para a Psicologia Social, que poderia colaborar para compreender como se dão as desigualdades e os problemas sociais, bem como entender como se dão as formas de resistências individuais frente aos processos de massificação e busca por emancipação.

Posteriormente suas preocupações se desdobram em seu principal livro, resultado de sua tese de doutoramento, nacional e internacionalmente reconhecida, intitulada “*A Estória de Severino e a História de Severina: Um Ensaio em Psicologia Social*”, defendida no ano de 1986 e publicada pela editora Brasiliense, em sua primeira edição, em 1987.

Ciampa é um autor que faz parte da construção de uma vertente crítica dentro da Psicologia Social; uma proposição que academicamente passou a ser reconhecida como Psicologia Social Crítica.

A construção desta guinada tem seus marcos no final da década de 1970, em que se vivia sob a égide de um governo ditatorial, marcado pela violência, tortura, repressão, mortes, silenciamentos autoritários, etc.. Momento em que parte da Psicologia firmava-se por uma acomodação política e andava de mãos dadas com a ditadura militar, contribuindo com as práticas de tortura aos presos políticos, enquanto, de outro lado, alguns psicólogos lutavam contra as barbáries produzidas por aquele sistema de governo e pela democratização do país.

Deste modo, um grupo de pesquisadores e estudiosos, como Silvia T. M. Lane, Antonio da Costa Ciampa, Bader B. Sawaia, Maria do Carmo Guedes, dentre outros, inicia um movimento de crítica à Psicologia, especialmente à Psicologia Social, em que se firmava um compromisso ético e político com a realidade vivida pelos brasileiros e declaradamente oposta ao regime ditatorial, bem como assume como referencial teórico de base o materialismo histórico e dialético da filosofia marxiana.

Conforme assinalam Lima e Lara Jr. (2014), contrariamente aos moldes do padrão positivista de se fazer pesquisa, em que se busca a neutralidade e distanciamento da realidade pesquisada, esta nova concepção se propõe ao compromisso ético e político com as pessoas com as quais se envolve. Deste modo, “a produção de conhecimento em Psicologia Social deve ser vista como uma estratégia para a melhoria nas condições de vida das pessoas, especialmente as mais empobrecidas e vulneráveis” (LIMA e LARA JR., 2014, p. 08).

Estes autores destacam que a Psicologia Social Crítica não se resume a apenas um conjunto de autores e problemas específicos, pois, desde sua construção, os autores que seguem e estão inseridos nesta vertente concordam que se trata de certas práticas e pensamentos que se orientam basicamente por uma concepção interdisciplinar.

Reboredo (1983) enfatiza que, naquela época, havia ainda poucas discussões na Psicologia Social que fornecessem os fundamentos teóricos e/ou metodológicos que orientassem os psicólogos em suas práticas, para que pudessem assessorar a população trabalhadora na superação de seus problemas.

De acordo com a autora, naquele momento os psicólogos sociais dispunham de poucos referenciais teóricos vinculados à realidade social, econômica e política da população explorada e oprimida. Neste sentido, Silvia Lane e os demais membros do grupo do qual faziam parte, se dedicaram a tarefa de construir uma vertente na Psicologia Social que fornecesse os fundamentos para uma Psicologia voltada e compromissada com a realidade brasileira.

Para Reboredo (1998), no Brasil, Silvia Lane é forte representante do conjunto de

autores que contribuíram com a construção desta revisão, que se convencionou denominar de paradigma de Psicologia Social Latino-Americano, bem como outros autores na América Latina tiveram significativa importância, a saber, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero.

Entendemos ainda que, embora Ciampa seja da segunda geração desta tradição, por ter sido orientado de Silvia Lane, este autor pertence à primeira geração, pois suas contribuições para a discussão acerca do conceito de identidade e de sua reformulação como categoria analítica foram imprescindíveis para a construção de uma Psicologia Social criticamente orientada, bem como influenciou toda a Psicologia no Brasil.

Comungamos da ideia de Lima (2010) ao afirmar que Ciampa conseguiu propor uma teoria de identidade que reflete a metamorfose da sociedade e suas impossibilidades para a emancipação. Para Lima este autor resgata e reatualiza a teoria desenvolvida por George Herbert Mead, na contramão das teorias de personalidade e identidade que tendem à naturalização destes fenômenos.

Após uma década amadurecendo os estudos acerca do fenômeno identitário, no desenrolar do doutorado, Ciampa defende em sua tese de doutoramento que a identidade deve ser considerada como metamorfose humana (1987).

Para tanto, recorre à metodologia da narrativa de história de vida, sendo um dos pioneiros no uso desta metodologia na Psicologia Social. Em sua tese o autor analisa a narração da história de vida de uma pessoa real, a quem chama de Severina, bem como a estória de Severino, retirado do poema de João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina* (1994).

Lima (2010), em sua tese de doutoramento, reconhece que Ciampa não apenas contribuiu para a reformulação de uma categoria analítica e de um conceito, mas que o desenrolar dos estudos acerca da identidade desenvolvidos no NEPIM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade Metamorfose da PUC-SP), coordenados e orientados por Ciampa, desde a proposição da identidade como metamorfose em 1987, configura o que, para Lima, podemos considerar como uma Teoria da Identidade, sendo uma teoria de grande relevância em conteúdo teórico/intelectual e teor político, na medida em que permite desvendar “a ideologia da não transformação do ser humano como condição para a não transformação da sociedade” (LANE, 2009, p. 12).

Entender a identidade como metamorfose significa entendê-la na contramão dos estudos que visam a proposição da identidade como algo dado, a partir de uma essência, da igualdade, deixando de lado as diferenças presentes nas diversas formas de ser, como se os

sujeitos estivessem em busca de seu ser, de sua essência. Significa estudar os processos do fenômeno identitário e os modos como os diferentes sujeitos vão lidando com a problemática das formas de representação de si nos diversos cenários, assumindo de antemão que a identidade é constituída socialmente a partir das relações que vivenciamos ao longo da vida, influenciada pelo contexto social e cultural no qual estamos imersos. Lima (2010) enfatiza que entender a identidade desta forma é entendê-la como “constitutivamente social, e, como tal, sujeita às mudanças que a estrutura social experimenta” (p. 143). Isto implica reconhecer que a identidade não é dada de modo inato ao sujeito, mas constituída ao longo da vida e determinada pelas condições históricas macro e micro estruturais de cada sociedade. Nas palavras de Kolyniak e Ciampa (2002), a identidade “é construção, reconstrução e desconstrução constantes, no dia-a-dia do convívio social, na multiplicidade das experiências vividas” (p. 09). Nesta perspectiva há que se entender que não nascemos humanos, mas humanizáveis; o humano é um vir-a-ser humano.

Esta proposição segue na perspectiva de Berger e Luckman (2002), em suas discussões presentes em *A Construção Social da Realidade*, em que afirmam que

Os homens *em conjunto* produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas. Nenhuma dessas formações pode ser entendida como produto da constituição biológica do homem, a qual, conforme indicamos, fornece somente os limites externos da atividade produtiva humana. Assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano. O ser humano solitário é um ser no nível animal (que, está claro, o homem partilha com outros animais). Logo que o observamos fenômenos especificamente humanos entramos no reino do social. A humanidade específica do homem e sua socialidade estão inextricavelmente entrelaçadas. O *Homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius* (p. 75, grifos dos autores).

Deste modo, podemos pensar na formação de um sujeito indígena, por exemplo. Formado dentro de uma cultura indígena, com seus valores, seus costumes, suas vestimentas, modo próprio de organização da vida e produção de existência, dificilmente comungará dos valores de nossa sociedade capitalista e acreditará nas religiões advindas do continente europeu, nem almejará usar das mesmas vestimentas que as nossas, embora, nos dias de hoje, seja possível pensar em ressalvas, devido às transformações que têm ocorrido com as culturas indígenas no território brasileiro. Este mesmo sujeito, porém, caso na infância fosse entregue a uma família japonesa para ser criado no Japão, é muito provável que os valores indígenas e todo modo de compreensão de mundo deste sujeito, bem como sua identidade, seriam outros que não os de um sujeito indígena. Teria outros valores, outras crenças, outros modos de

organizar a vida, almejaria coisas valorizadas na cultura em que foi socializado. Em última instância, seria uma pessoa completamente diferente da que poderia ser, se crescesse em uma tribo indígena. Podemos pensar também no contrário: um sujeito que nasce em uma família japonesa e é entregue para ser criado por uma família indígena.

Este processo de constituição do homem, Berger e Luckmann (2002) denominam de socialização, e entendem que ela se dá em uma dimensão primária e secundária, sendo determinante neste processo o que os autores chamam de outro significativo e outro generalizado. Queremos focar aqui a noção de outro significativo, pois ela permitirá que olhemos para algumas figuras da história de Davi, que representam estas figuras, conforme discutidas pelos autores.

Os outros significativos são pessoas com as quais as crianças (ou outros) se identificam, com as quais há uma relação afetiva e emocional implicada. No caso das crianças, em particular, os outros significativos podem constituir-se como sendo seus pais, familiares, educadores, entre outros de seu convívio.

Como afirmam Berger e Luckmann (2002), os outros significativos mediam a relação entre o indivíduo e o ambiente, a cultura e a sociedade. Para os autores, na relação entre o indivíduo e os outros significativos há sempre envolvida uma ligação emocional e de afeto. “A criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus” (BERGER e LUCKMAN, 2002, p. 176).

Os autores entendem que a identidade do indivíduo é também reflexo de suas relações com estes outros que para eles são significativos,

(...) que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos. Este processo não é unilateral nem mecanicista. Implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a auto-identificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada. A dialética, que está presente em cada momento em que o indivíduo se identifica com os outros para ele significativos, é, por assim dizer, a particularização na vida individual da dialética geral da sociedade, que já tivemos ocasião de discutir. (BERGER e LUCKMANN, 2002, p. 177).

Neste sentido, podemos perceber como o contexto cultural e social no qual fomos criados, bem como os outros com os quais nos relacionamos, têm forte influência sobre a construção de nosso ser. Ciampa (2009) nos dá uma excelente explanação sobre isso quando destaca que

Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais. Uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo que são constituídas, cada uma por ela. A questão da identidade, assim, deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo, uma questão social, uma questão política (p. 132-133).

E afirma mais adiante que nós

(...) nos tornamos nossas predicções; interiorizamos a personagem que nos é atribuída; identificamo-nos com ela. É discutível o grau de liberdade que um indivíduo tem de escolher (e de ser escolhido para) uma personagem; mesmo para adultos, esse grau de liberdade (ou o grau de seletividade da personagem) parece ter uma relação direta com a quantidade de poder a que a personagem dá acesso (p. 169-170).

Isto ainda não significa negar os elementos biológicos que caracterizam a identidade, mas situá-los e reconhecer que mesmo os elementos biológicos sofrem um processo de metamorfose e também são determinados pelo contexto social. Como afirma o filósofo Paul Ricoeur (1991), as características físicas que os indivíduos comportam também caracterizam aspectos da identidade, pois embora o corpo se transforme em seu desenvolvimento ontogenético, permite que um indivíduo seja reconhecido por seus pares nos diferentes cenários nos quais possa atuar.

Do mesmo modo, a possibilidade de contato com outras formas de cultura e relações na vida permitem que a identidade forjada em um determinado contexto sociocultural sofra processos de transformação, ou como diria Ciampa: metamorfose. Isto significa que, mesmo sendo discutível o grau de liberdade que um indivíduo possui de escolher as personagens que irão expressar sua identidade, a identidade deste indivíduo não se cristaliza e se fixa como uma identidade dada, em uma única forma de ser, mas há metamorfose, há a constituição de novas formas de ser, de novas personagens. “Como o real é sempre movimento, transformação incessante, não deveria nem mesmo atrair nossa atenção uma afirmação como essa, que identidade é metamorfose; ela é óbvia” (CIAMPA, 2009, p. 153).

Influenciado pela filosofia de Hegel, Ciampa afirma que a metamorfose é o desenvolvimento do concreto. E “ao mesmo tempo, como o concreto é a síntese de múltiplas e distintas determinações, o desenvolvimento da identidade de alguém é determinado pelas condições históricas, sociais, materiais dadas, aí incluídas condições do próprio indivíduo” (CIAMPA, 2009, p. 205).

A identidade como metamorfose, assinala Lima,

(...) pode ser entendida como uma constelação conflitiva ou uma configuração mais ou menos cambiante de posições subordinadas de si-mesmo. Posições subordinadas que não são fixas ou complacentes (ainda que algumas vezes aparentemente se transformem em fixações, como é o caso de determinadas personagens que se transformam em fetiches ou subsumem a identidade de determinados sujeitos). Logo, para que se possa compreender a identidade em sua função dinâmica, enquanto metamorfose, torna-se necessário que se assumam o desconforto de compreendê-la em seu ponto de oscilação e de instabilidade. Isso significa que devemos estudar a identidade em sua forma negativa, ou seja, procurando identificar em determinadas narrativas como as personagens vão surgindo e colocam, em questão, a identidade pressuposta dos sujeitos (LIMA, 2014, p. 23-24).

Nesta perspectiva, entende-se a identidade como um processo de articulação entre a objetividade e a subjetividade, pois “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (CIAMPA, 2009, p. 151). No caso da personagem Severina, estudada por Ciampa, é possível observar, em dado momento, que não havia unidade entre a realidade objetiva que a colocava na condição da personagem escrava e a realidade subjetiva que lhe movia o desejo de vingança da personagem vingadora. Sendo assim, a concretização de sua busca mostra-se como finalidade que não pode ser alcançada. As finalidades dos desejos subjetivos estão atreladas às condições objetivas de vida, que podem possibilitar ou não sua concretização, assim como os fios de um tecido que se sobrepõem em sua trama e urdume, no qual não é possível identificar cada fio em seu emaranhado ao sobrepor-se. Entretanto, sem este entrelaçamento o tecido não se constitui como tal. Esta concretização é possível, portanto, quando o indivíduo exterioriza-se na realidade, ou seja, o subjetivo torna-se objetivo, bem como o contrário.

Do mesmo modo, a identidade se constitui na articulação entre a diferença e a igualdade (ou semelhança), em que nos igualamos e nos diferenciamos com os outros, em uma unidade entre o singular e o geral. Em uma expressão habermasiana, podemos entender isso a partir da distinção entre *singularidade e individualidade* em que, conforme Lima e Ciampa (2012), a *singularidade* se constitui “como fenômeno que nos diferencia enquanto sujeitos e ao mesmo tempo nos iguala nas expectativas em relação à sociedade; e a *individualidade*, como negação de todas as determinidades que nos dá acesso à subjetividade e possibilita a reconstrução do Eu a partir das diferenças” (p. 16).

Embora Ciampa entenda que a afirmação de que a identidade é metamorfose é, por vezes, óbvia, o fato de ela despertar nossa atenção significa que esta pode aparecer como não metamorfose, como não movimento, como não transformação, apresentando-se, assim, como

reposição constante do mesmo, permanecendo aparentemente como sendo sempre a reprodução do mesmo.

Em que pese, muitas vezes, permaneçamos os mesmos e aparentemente a identidade apareça como algo dado e não em processo de constante transformação, para Ciampa sempre sofremos processos de metamorfose da identidade ao longo da vida. A metamorfose da identidade não necessariamente está ligada à emancipação (veremos isso mais adiante), embora na leitura da história de Severina, as metamorfoses de sua identidade apareçam como processos emancipatórios de sua identidade pressuposta. Assim, devemos entender o processo de metamorfose como um fenômeno que ocorre na constituição da identidade de todo sujeito humano, como a possibilidade de um indivíduo transformar-se durante toda a vida, podendo ultrapassar os limites biológicos.

Embora Ciampa entenda que a afirmação de que a identidade é metamorfose possa soar como óbvia, devido a tudo o que é real e concreto transformar-se, tal afirmação pode parecer, por vezes, estranha, por conta de em determinados momentos a identidade ter a aparência de não metamorfose.

Para lidar com estas problemáticas do fenômeno identitário, Ciampa propõe que a identidade sofre dois movimentos, a saber: a mesmice e a mesmidade. Para melhor entendermos como Ciampa lida com tais movimentos, cabe ressaltar o conceito central ao qual recorre: a *personagem*.

Ciampa recorre ao conceito de personagem da dramaturgia soviética de Stanislavski, para quem a personagem não apenas atua conforme seu papel/script, mas coloca neste papel algo que lhe é próprio; atribui elementos de sua própria vida à personagem que irá representar, ou seja, é possível o ator dar autoria à personagem que representa e encarna.

A concepção de personagem nesta perspectiva permite a crítica às discussões presentes nas teorias dos papéis, que buscam compreender como os indivíduos representam um papel de modo ideal, a partir da idealização moral dos papéis sociais que estão colocados na cultura de uma sociedade, isto é, a categoria personagem permite a crítica às teorias que buscam entender como, por exemplo, uma mulher representa o papel idealizado de mulher e se esta representação está de acordo com sua prescrição.

Assim, trabalhar com a noção de identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica significa entender que os indivíduos são capazes de conflitar e dar novos sentidos aos scripts que lhes são dirigidos pelos discursos que os engendram e os prescrevem, na tentativa de entender como vão se dando os processos de regularização da identidade para a

massificação, bem como os processos de emancipação e resistência na constituição das individualidades.

Metodologicamente significa trabalhar com a identidade em sua forma negativa, pela negação da negação daquilo que situa um indivíduo dentro de um papel padronizado, buscando identificar como as personagens aparecem na narrativa e colocam em xeque sua identidade pressuposta. Assim, procura-se organizar as personagens expressadas na narrativa, para construir uma trajetória individual e articulando-a com as diversas personagens, bem como analisar as proposições indexadas (quem fez o que, quando, onde e por que) e não indexadas (que expressam juízos e valores) (LIMA, 2014).

Para Ciampa (2009, p. 161), na narrativa o “ator, o que age, o que exerce a atividade, só existe como personagem”. Sendo assim, em uma narrativa vemos aparecer não apenas uma, mas várias personagens. “São múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam. Essas diferentes maneiras de se estruturar as personagens indicam como que *modos de produção* da identidade” (p. 162, grifos do autor).

O autor entende que as personagens vão se constituindo umas às outras; os outros (personagens) com quem nos relacionamos têm papel fundamental na constituição de nossas personagens, ou seja, eles são co-autores destas personagens. Refere-se a um jogo dialético no qual, por exemplo, o filho é co-autor do personagem pai e o pai co-autor do personagem filho. Isto implica entender que sempre nos representamos a nós mesmos como personagens por meio das predicções que encarnamos, que podem ser mantidas, metamorfoseadas ou abandonadas. Deste modo, a identidade nunca pode ser representada em sua totalidade, pois o indivíduo é sempre um ser passageiro, ora apresenta uma personagem, ora outra, ora repõe a mesma, e assim mantém ocultas outras personagens, ou seja, quando representamos a nós mesmos, precisamos negar nossa totalidade, negarmo-nos como sujeitos, para nos representarmos como personagens frente aos outros.

Para Lima e Ciampa (2012, p. 16), “isso implica admitir que é impossível viver sem personagens, na medida em que sempre nos apresentamos como representantes de nós mesmos frente aos Outros”.

(...) as personagens são vividas pelos atores que as encarnam e que se transformam à medida que vivem suas personagens. Enquanto atores, estamos sempre em busca de novas personagens; quando novas não são possíveis, repetimos as mesmas; quando se tornam impossíveis tanto novas como velhas personagens, o ator caminha para a morte simbólica ou biológica (CIAMPA, 2009, p. 163).

A identidade, portanto, aparece como a articulação das diversas personagens que

representamos nos diferentes cenários sociais em que encenamos. De acordo com Lima (2010, p. 144), “em Ciampa, a identidade é expressão de várias personagens, e a articulação dessas personagens é a expressão do Eu”, ou, nas palavras de Ciampa (2009, p. 205), “as personagens são momentos da identidade, degraus que se sucedem, círculos que se voltam sobre si em um movimento, ao mesmo tempo, de progressão e regressão”.

Ciampa destaca três formas de representação das personagens:

- 1º) representar, quando compareço como o representante de mim;
- 2º) representar, quando desempenho papéis decorrentes de minhas posições;
- 3º) representar, quando reponho no presente o que tenho sido, quando reitero a apresentação de mim (2009, p. 186).

Realizada esta explanação sobre o conceito de personagem, é o momento de retomarmos os movimentos da identidade como anunciado anteriormente: a *mesmice* e a *mesmidade*.

O movimento da *mesmice*, para Ciampa, refere-se àquilo que decorre da reposição de personagens, em que, em diferentes cenários nos quais os sujeitos atuam, eles vão repondo no presente, re(a)presentado, uma mesma personagem representada em um momento anterior. Isto “pode se dar como consciente busca de estabilidade identitária ou inconsciente compulsão à repetição” (LIMA e CIAMPA, 2012, p. 18). Quando o fenômeno da *mesmice* aparece “a personagem repostada é vista como dada permanente, como se aquele modo de agir – que é contingente e determinado por um contexto – fosse a manifestação de uma suposta essência do indivíduo, ou algo estrutural, ou inerente a ele” (GONÇALVES NETO e LIMA, 2011, p. 36).

A identidade, neste contexto, é entendida como *dada* e não como *se dando*. Sempre dizemos *eu sou* ao invés de *estou sendo*. “É como se, uma vez identificado o indivíduo, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto” (CIAMPA, 2009, p. 169). Dito de outro modo, é como se a identidade pressuposta estivesse dada permanentemente e não como reposição, no presente, de uma personagem que está se dando em um determinado momento, como identidade passante. Isto pode levar ao entendimento ilusório de que a metamorfose parece ter cessado. Como assinala Ciampa,

De certa forma, reatualizamos, através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado (e não como se dando continuamente através da reposição). Com isso, retira-se o caráter de historicidade da mesma, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social (2009, p. 169).

Deste modo, a reposição da identidade perde seu caráter temporal e passa a ser considerada como atemporal, sendo vista como simples manifestação de um ser idêntico a si mesmo em permanência e estabilidade: como ser social, sou um ser-posto. “A *mesmice* de mim é pressuposta como dada permanentemente e não como *re*-posição de uma identidade que uma vez foi posta” (CIAMPA, 2009, p. 170, grifos do autor).

A identidade, quando aparece sob a forma da *mesmice*, não necessariamente deve ser entendida como algo negativo. Ao contrário, ela possibilita certa sociabilidade nos diferentes cenários que ocupamos, bem como que sejamos reconhecidos como os mesmos. A reposição de uma mesma personagem e sua manutenção podem aparecer como escolha pessoal de cada indivíduo, que pode considerar isto uma forma de vida digna de ser vivida.

Como afirma Almeida (2005),

(...) há que considerar que nem sempre o processo de reposição da identidade expressa alienação e heteronomia. Com efeito, ele pode ser fruto de uma atitude positiva perante a vida, de expressão afetiva do ser, de satisfação com um modo de vida específico, que se considera suficientemente válido e digno de manter. Alguns indivíduos chegam a demonstrar uma altivez frente a dissabores e perdas (doenças, deficiências adquiridas, desemprego, projetos materiais prejudicados, perdas de entes queridos, etc.), reafirmando seus propósitos de uma existência digna e autônoma apesar dos problemas que os afetam. O que se preconiza, então, é que os indivíduos não se transformem em prisioneiros do que estão sendo ou têm sido, de seus papéis ou das situações que vivenciam. A vivência prazerosa não pode ser feita à custa da procura incessante e alienada da imutabilidade e nem transformar-se numa obsessão e numa luta a todo custo contra a mudança de si, dos outros, das relações e das situações e, principalmente, à revelia dos outros. Os papéis desempenhados não podem ser tratados como uma realidade absoluta da pessoa. Ao contrário, admitida a identidade como metamorfose, os seres humanos devem ser considerados do ponto de vista de sua potência, seres capazes de ultrapassar limites, considerados esses limites não como um término (p. 92).

Em estudo realizado por Gonçalves Neto e Lima (2011), sobre a História de Maria, uma líder comunitária que se colocou como conselheira na organização do Conselho local de saúde de seu bairro, na cidade de Sobral-CE, revelou que o movimento de reposição da personagem *cuidadora*, gestada na adolescência e reposta ao longo da vida (no hospital em que trabalha e na comunidade), não implicou seu aprisionamento, mas possibilitou um processo de alterização e emancipador. A *mesmice* desta personagem não comporta um caráter de conformidade, simplesmente como uma imposição ou submissão ideológica a um papel, mas como uma forma de Maria fazer resistência frente às formas de opressão e como um movimento ativo do ator no processo de reposição de sua personagem, abrindo-se em um horizonte emancipatório.

Podemos ver, portanto, que a mesmice não necessariamente aparece como um problema. Entretanto, pode configurar-se como tal quando impede a luta em busca da emancipação e impossibilita o indivíduo de atingir a condição de *ser-para-si*, aparecendo sob a forma daquilo que Ciampa (2009) denominou de *fetichismo da personagem*, que é justamente esse processo contínuo e constante de reposição de uma mesma personagem, mantendo a personagem presa à *má infinidade* – não superação das contradições, não negação das determinidades que a negam; o que cria a *aparência de não-metamorfose da identidade* e impede muitas vezes que vejamos o processo de metamorfose⁹.

Ciampa ilustra esse conceito com o exemplo da personagem Severino, de João Cabral de Melo Neto, que embora não mais exercesse a atividade de lavrador, continua sendo identificado por tal atividade, isto é, a atividade se coisifica pela predição, e mantém e reproduz sua identidade, mesmo que a personagem esteja envolvida em outra atividade. Dito de outro modo: “Severino é lavrador, mas já não lavra” (CIAMPA, 2009, p. 144). Como afirmado anteriormente, é como se o ser posto, enquanto *dar-se*, ficasse preso enquanto *dado permanentemente*.

Em que pese a fetichização de uma personagem possa criar as condições para impedir a busca por emancipação e a condição de *ser-para-si*, esta mesma personagem e as demais personagens existentes em um indivíduo, mesmo que ocultas, podem criar as condições para o outro processo que Ciampa denomina de *mesmidade*, que o autor entende como um processo de *alterização* das personagens.

A mesmidade ou alterização, em Ciampa (2009), refere-se à possibilidade de um indivíduo de tornar-se outro, em que, por meio da “negação da negação” – negação das determinidades e condições objetivas e subjetivas que negam que o sujeito atinja a condição de *ser-para-si* – o indivíduo torna-se outro, um *outro* outro que também sou eu. É como se ocorresse uma mudança significativa, um salto qualitativo, resultante também do acúmulo de múltiplas mudanças quantitativas, em que o indivíduo consegue a negação da negação de sua identidade pressuposta, que não é mais reposta.

A negação da negação permite a expressão do outro *outro* que também sou eu: isso consiste na *alterização* da minha identidade, na eliminação de minha identidade pressuposta (que deixa de ser *re-posta*) e no desenvolvimento de uma identidade

⁹ A condição de *ser-para-si*, em Ciampa, está relacionada à autodeterminação, que não significa libertar-se das determinações exteriores, mas transformá-las em autodeterminação; é buscar a articulação entre “a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo” (CIAMPA, 2009, p. 151).

posta como metamorfose constante, em que toda a humanidade contida em mim se concretiza (CIAMPA, 2009, p. 188-189, grifos do autor).

Podemos retomar aqui o tríplice sentido da atividade de representar, que discutimos anteriormente:

Se entendermos que ao me representar (no 1º sentido – representante de mim) transformo-me em um desigual de mim por representar (no 2º sentido – desempenho papéis) um *outro* que sou eu mesmo (o que estou sendo parcialmente, como desdobramento de minhas múltiplas determinações, e que me determina e por isso me nega) veremos que ao representar (no 3º sentido – re(a)presentar, repor no presente) estou impedido de expressar o outro *outro* que também sou eu (o que sou-sem-estar-sendo). Ou seja, se deixasse de representar (no 3º sentido), expressaria o outro *outro* que também sou eu, então negaria a negação de mim, (indicada pelo representar no 2º sentido) (CIAMPA, 2009, p. 187, grifos do autor).

Faz-se importante enfatizar aqui que o que Ciampa considera como *alterização* não deve ser confundido com a aparência de mudanças, que são meras re-posições, mas trata-se de superações dialéticas concretas, negação da negação. Quer-se expressar com isto uma transformação significativa, que se dá pelo acúmulo de mudanças quantitativas, por vezes insignificantes, invisíveis e graduais, em sua conversão em mudanças qualitativas, profundas e radicais.

Para Ciampa (2009, p. 187), “a expressão do outro *outro* que também sou eu consiste na metamorfose da minha identidade, na superação de minha identidade pressuposta”, ou seja, a negação de minha identidade pressuposta, que é entendida como dada permanentemente e não como re-posta, possibilita a criação e expressão de um outro *outro* que me nega, mas que também sou eu; que pode ser contrário àquilo que sou, mas que ao mesmo tempo também expressa aquilo que sou. O outro *outro* que também sou eu, como representante de mim, nega os outros de mim, na mesma medida em que os outros *outros* que sou sem-estar-sendo negam aquilo que sou no momento em que sou. Os outros de mim são expressos nos diversos cenários em que os encarno como personagens, quando me relaciono com Outros externos a mim; frente a meu pai sou filho, frente a meu filho sou pai, frente a meu professor sou aluno e frente a meu aluno sou professor; sempre me represento pelas minhas personagens. Quando as expressões das diversas personagens que estão em mim são negadas, caímos todos no aprisionamento do fetichismo da personagem que oculta minhas outras formas de ser.

Vemos, assim, que a identidade humana é um processo constante de *vir-a-ser*, um movimento de devir. Embora a mesmidade esteja ligada à metamorfose, aparecendo sob a forma do *vir* neste movimento dialético – i. é, *estou sendo* -, em algum momento o *vir* vai transformar-se em um *ser – sou* -; é como se a mesmidade fosse recoberta pela mesmice, e o

outro *outro* que possibilitou a metamorfose da minha identidade em um movimento de alterização fosse capturado pela mesmice e estivesse condenado a expressar-se pela sua reposição; embora a reposição de mim possa aparecer da mesma forma que a anterior, sempre é possível impingir na reposição de minhas personagens algo de novo, em que há possibilidade de re(a)presentar e reatualizar uma personagem, isto é, o *devoir personagem*.

Não obstante em Severina o processo de alterização de sua identidade comporte um sentido emancipatório, no Encontro Nacional da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) de 1999, depois de mais de dez anos de pesquisas, Ciampa afirma que, na passagem do capitalismo de produção para o capitalismo de consumo, a ideia de metamorfose foi cooptada pelo mercado.

Assim, para Lima (2010), no capitalismo contemporâneo, os indivíduos não mais estão presos à reposição de personagens, mas à substituição infinita de personagens; dito de outro modo, a metamorfose aparece como necessária ao sistema.

Em última instância, podemos entender que a possibilidade de metamorfose no seio do capitalismo contemporâneo não necessariamente carrega um sentido emancipatório, mas, por vezes, regulatório, alinhado aos interesses da sociedade de consumo produzida pelo capital. A metamorfose, desta forma, passa a ser um instrumento ideológico que aponta para fins econômicos e de consumo, ao invés de um horizonte utópico emancipador.

Isto gera implicações profundas para pensar a identidade como metamorfose, o que leva Ciampa a propor que a metamorfose seja analisada pelo seu potencial de emancipação, na busca de entender se os processos de metamorfose da identidade comportam um sentido emancipatório ou regulatório das identidades; isto faz com que Ciampa enuncie a proposição da identidade compreendida pela ideia do sintagma identidade-metamorfose-emancipação (LIMA 2010; LIMA e CIAMPA, 2012).

Como destaca Gonçalves Neto (2015, p. 76), a ideia do sintagma

(...) acabou servindo para enfatizar a orientação política dos estudos de identidade em Psicologia Social: estudar identidade deveria ser mais do que uma descrição de características identificatórias, não sendo suficiente compreender só a história de um indivíduo ou de um grupo; estudar identidade deveria ser analisar os processos de individuação-socialização e/ou alienação-emancipação, buscando compreender a sociedade e a política em que o indivíduo está inserido, e como essas esferas indivíduo-sociedade se determinam mutuamente, e daí se propor mudanças ao que está estabelecido. Entendendo que a metamorfose é algo que faz parte da identidade, por ser algo inerente à natureza (tudo no mundo se transforma), as pesquisas deveriam passar a ser principalmente sobre as possibilidades de emancipação dos indivíduos (nas suas metamorfoses).

Significa, assim, considerar que o capitalismo moderno apresenta saídas heterônomas e normativas como sendo emancipatórias, e isto implica compreender que nem todas as metamorfoses comportam sentido emancipatório. Ao mesmo tempo, mesmo que as metamorfoses comportem um sentido emancipatório na vida de um sujeito, esta emancipação não é completa ou definitiva, podendo este sujeito ser considerado um sujeito emancipado.

Entretanto, demarca Lima (2010), sustentado nas discussões de Habermas, que em um mundo em que a lógica sistêmica, que deveria estar a serviço do mundo vida, inverte-se em seu contrário e coloniza o mundo da vida, em que suas manifestações e movimentos humanos são capturados pela lógica sistêmica, é possível observar fragmentos emancipatórios, em que se identificam momentos em que as metamorfoses sofridas na história de um sujeito possam comportar um sentido emancipatório. Como afirma Ciampa (2003, p. 04), “identidade é sempre processo de metamorfose, cujo sentido precisa ser compreendido sempre como emancipatório (ou não) e que sua concretização se dá sempre como ação política (explícita ou não)”. Assim, é possível identificar elementos que podem significar fragmentos emancipatórios em que se observa mudança na atividade, elevação da consciência e reconhecimento da negação das forças que impedem o indivíduo de atingir a condição de ser-para-si; o que, por sua vez, não implica sua emancipação total.

Isto implica considerar que nenhum movimento das metamorfoses da identidade pode ser previamente considerado como emancipatório. O que também pode ser levado em conta ao se considerar uma pretensão identitária, em que mesmo o desejo pela construção e representação de uma personagem, por mais que certa personagem possa parecer uma com potencial para a emancipação, esta só é possível ser considerada em seu processo. Deste modo, é pela narrativa do sujeito que é possível analisar, a posteriori, o que podem ter significado suas metamorfoses em seus processos, bem como entender que o potencial emancipatório das metamorfoses da identidade se dá por fragmentos, ou seja, em momentos em que se visualiza um potencial de emancipação, por um furo que escapa à ordem da lógica sistêmica e possibilita novas formas de pensar e ser no mundo, de criação e resistência social, mas que também são capturadas novamente pelas formas regulatórias desta lógica.

Para ilustrar estes fragmentos emancipatórios Ciampa (2003) articula as formas pelas quais o pensamento utópico se constitui como referencial para a crítica e possibilidade de projetos de emancipação, e destaca como a abolição da escravatura, por exemplo, comportou um momento emancipatório para os ancestrais dos afrodescendentes e como isto teve repercussões diretas em suas identidades. Assim, a emancipação constitui-se como um projeto

ético que se concretiza e é sentida a partir de projetos políticos, e são as utopias que apontam os horizontes e projetos emancipatórios os quais cada indivíduo ou grupo visa alcançar.

Como destaca Almeida (2005, p. 108), entendemos “a emancipação como uma mudança dotada de poder inovador, como a construção de novos sentidos para a existência, como superação das condições pessoais e sociais restritivas, envolvendo projetos de um modo de ser e de relacionar-se desejado (...)”.

A metamorfose emancipatória nos leva a ser anamorfoses de modos de ser e viver estabelecidos, transgressores que não se contentam com os lugares que nos são atribuídos, rompendo com os limites daquilo que é socialmente aceitável e desejável em um determinado momento. A metamorfose representa, em sua força emancipadora, uma violência criativa que se caracteriza como tal não só por seu impacto, mas, sobretudo, porque este procedimento está além dos limites do pensamento reificado que toma o estabelecido como normal ou natural, além dos limites do socialmente conveniente e do razoável (cf. Lévy, 2001: 76). É na transgressão que concebemos a mudança e a transformação radical (DaMatta, 1991: 137). A transgressão emancipatória, não é, entretanto, um ato isolado, momentâneo e impulsivo de recusa ou de agressividade (ainda que este ato em si comporte uma denúncia e um inconformismo com aquilo que se vive), mas algo que exige a vontade e, mesmo, a criatividade individuais para estabelecer o novo que está além das experiências cotidianas (ALMEIDA, 2005, p. 116).

Cabe aqui destacar uma citação de Ciampa que bem ilustra o que estamos discutindo acerca do modo como o capitalismo transforma as produções e manifestações de interesse do homem em interesse do próprio sistema:

É esse perigo que a adequada compreensão da questão da *identidade humana* pode nos ajudar a prevenir. Não ter uma identidade humana é não ser homem. Pois, como o singular materializa o universal na unidade do particular, quando o particular (que no nosso caso é a identidade de um indivíduo dado, como Severina) não concretiza essa *unidade, o universal permanece* abstrato, falso (que no nosso caso é a sociedade capitalista). Tudo porque prevalece o interesse da desrazão, a razão interesseira – que demonstra a irracionalidade substancial do mundo capitalista em que vivemos, um mundo que não merece ser vivido, pois ameaça a autoconservação da espécie, na medida em que *cada singular*, em vez de devir homem- como a metamorfose é inevitável -, devém não homem, inverte-se no seu contrário: em vez de proprietário das coisas, estas é que o têm como propriedade; em vez de fazer uso das coisas, estas é que o usam; em vez de trabalhar com suas ferramentas, com seus instrumentos, estes é que trabalham com o homem como ferramenta, instrumentalizando-o.

Mas este mundo que o nega, é um mundo produzido por ele; por mais paradoxal que possa parecer, nosso mundo – que é um mundo desumanizador – é um mundo humano, produzido pelo próprio homem, que assim se fez homem (como produtor do mundo humano), ao mesmo tempo que se faz não homem (como produto do mundo desumanizador). A contradição, enquanto não for superada, será sempre posta como *mau infinito*. O interesse da razão pede a negação da negação para que a superação se dê, rompendo a *má infinidade*, restabelecendo a verdadeira infinitude humana que decorre, a um tempo, de ser o homem um ser de possibilidades e, em outro, um ser concreto; por isso, concretizável. Um concreto que não é concretizável não é possível. Aí está a *invencibilidade da substância humana*, como produção histórica e material (CIAMPA, 2009, p. 235-236, grifos do autor).

Ciampa resgata a ideia de *invencibilidade da substância humana* da filósofa Agnes Heller, a fim de demarcar a produção de um mundo que não seja desumanizador, mas que possibilite as condições materiais para o homem concretizar-se como homem, na mesma medida em que inverte os interesses humanos em interesses da lógica do capital. Assim, transformando as energias emancipatórias em regulatórias. Para Heller (2008), estas condições são possíveis quando o homem se relaciona com o mundo a partir da inscrição na dimensão ética do humano-genérico, da genericidade. Isto significa pensar que o homem pode relacionar-se com o mundo não apenas na dimensão da particularidade que visa atender os interesses próprios, mas sim a partir de um nível de compromisso que se insere nos interesses do viver de todos os homens, isto é, com o bem comum.

Neste sentido, podemos retomar a ideia que Ciampa apresenta de que as possibilidades dos momentos de emancipação se concretizam quando os indivíduos agem politicamente, considerando que esta ação política pode constituir uma implicação ética com a dimensão do humano-genérico, com vistas a fazer resistências e encontrar saídas frente aos ditames do capitalismo, em que prevalecem os valores do individualismo, dos interesses próprios de cada indivíduo, e abrir um horizonte para a construção de valores comunitários, em que prevaleçam o interesse e ações que visem à construção do bem comum de todos os homens.

Isto, por sua vez, aponta para a ideia de emancipação de que estamos tratando aqui e que se assemelha à ideia de emancipação humana discutida por Marx (2010), que a entende como superação das condições materiais que produzem alienação. Para Marx, há possibilidade de emancipação humana quando existe relação consciente com o gênero humano, ou, nas palavras de Arendt, com o humano-genérico.

Entretanto, emancipação humana ainda requer, além de superação da alienação e elevação da consciência, efetivação da liberdade humana. Isto, porém, não se constitui como possibilidade dentro de uma sociedade capitalista, haja vista que a lógica do sistema sempre coopta aquilo que é produção e manifestação humana em prol de seus interesses, como já discutimos. Sendo assim, as formas de emancipação que podemos observar se dão em fragmentos, como rompimento e negação da ordem do estado das coisas, que se dão pelas lutas e resistências sociais.

3.2 Reconhecimento e Políticas de Identidade

O desejo de ser reconhecido pelos outros é inseparável do ser humano. Tal reconhecimento lhe é, aliás, tão essencial que, segundo Hegel, cada um está disposto, para obtê-lo, a colocar em jogo a sua própria vida. Não se trata, de fato, simplesmente de satisfação ou de amor próprio: ou melhor, é somente através do reconhecimento dos outros que o homem pode constituir-se como pessoa (AGAMBEN, 2014, p. 77).

Iniciamos este tópico com uma citação do filósofo italiano Giorgio Agamben, que, partindo de uma influência hegeliana, pode parecer por hora um tanto essencialista, mas entendamos o que Agamben quer afirmar com isso. No texto do qual extraímos tal citação, intitulado “Identidade Sem Pessoa”, Agamben traz o exemplo da Roma antiga, em que a identidade de cada indivíduo era reconhecida pela “máscara” (ou *persona* em sua originalidade), que lhe era designada do antepassado de sua família patrícia, o que significava pertencer a uma *gens*, uma estirpe. Deste modo, ser reconhecido como pessoa requeria portar uma máscara, isto definia o lugar do indivíduo nos dramas e ritos da vida social. Diferente era o caso do escravo, que não tinha antepassados de quem poderia herdar a máscara, nem nome, assim não podia ter uma “persona” reconhecida. Em outras palavras, aparecia como uma identidade sem pessoa, haja vista não haver o reconhecimento por parte do outro envolvido nesta relação.

Conforme afirma Ciampa (2009), “pode-se dizer que identidade é o reconhecimento de que um indivíduo é o próprio de quem se trata; é aquilo que prova ser uma a pessoa determinada, e não outra” (p. 142). Do mesmo modo, o autor demarca que há, assim, uma pretensão identitária e que só se efetiva a partir do reconhecimento dos outros.

Do mesmo modo, Lima (2010) afirma que, nos estudos acerca da identidade, a questão do reconhecimento mostra-se essencial, uma vez que as formas de reconhecimento das identidades podem vislumbrar como as personagens são superadas, articuladas ou condenadas à reposição.

Ao realizar uma análise esmiuçada da tese de Ciampa, Lima (2010) afirma que se delineiam duas ideias centrais igualmente fortes:

a) faz parte do desenvolvimento da identidade uma sequência de formas de reconhecimento; b) esse reconhecimento, quando ausente ou feito de forma desumana, se dá a saber aos indivíduos pela experiência de aprisionamento à “mesmice”, ao fetiche de uma personagem que impede a concretização do sentido emancipatório (LIMA, 2010, p. 140).

Para Lima (2010), em *A Estória de Severino e a História de Severina*, podemos

encontrar elementos que aproximam a discussão sobre identidade de Ciampa da Teoria Crítica do Reconhecimento do filósofo alemão Axel Honneth, na medida em que o primeiro também “procura demonstrar como a busca por emancipação é, em última instância, uma luta por reconhecimento, que, por sua vez, depende de condições históricas e sociais dadas, o que insere o autor na tradição da Teoria Crítica” (LIMA, 2010, p. 140).

Lima (2010) afirma que a necessidade de reconhecimento da identidade não deve ser entendida como algo biológico ou metafísico, mas como necessidade histórica e psicossocial. Para este autor, “o jogo do reconhecimento faz com que a identidade seja sempre pressuposta, abrindo o precedente para que ela seja reposta” (p. 147).

Conforme destaca Hegel (2003), a identidade é a “passagem da indeterminação indiferenciada à diferenciação, a delimitação e a posição de determinação específica que passa a caracterizar um conteúdo e um objeto” (p. 14). Podemos entender que o reconhecimento é um dos fatores centrais que marca esta passagem da indeterminação à delimitação de um conteúdo para a formatação da identidade de um indivíduo. É neste sentido que o reconhecimento sempre pressupõe uma identidade e pode condenar ou não uma personagem à reposição, na mesma medida em que o reconhecimento pode ter o potencial de dar ao sujeito a negação de suas determinidades, e possibilitar a superação das personagens.

Assim, o reconhecimento pode aparecer como um conjunto de expectativas e formas de relações dirigidas a um sujeito que, dependendo de sua história em busca de reconhecimento, pode responder positiva ou negativamente a estas expectativas. Positivamente quando assume as expectativas dos outros com relação à sua identidade e passa a atuar conforme os scripts que o reconhecimento pode comportar, e negativamente quando não corresponde às expectativas e exigências colocadas no reconhecimento dado pelos outros e propõe sua própria forma de expressar e representar suas personagens.

Lima (2010) enfatiza que compreender a identidade como metamorfose significa compreendê-la também como luta por reconhecimento, diante de uma sociedade capitalista que tende a reduzir a identidade dos indivíduos a personagens fetichizadas, negando os sujeitos como totalidade, frente ao universal dominante que é o capital.

Lima destaca que

(...) o processo de socialização e individuação da identidade é entendido como sendo sempre algo que pode ser observado na história da espécie. Em sua forma política, está ligado também às formas de reconhecimento mútuo, que são necessárias, senão inevitáveis para a constituição das personagens, o que aproxima Ciampa das proposições de Honneth (2003) e nos permite dizer que a história de Severina é a história da luta pelo reconhecimento de sua humanidade e pelo “tornar-se escrava de

si mesma”. A identidade, portanto, é concretizada com base em um processo de significações estabelecidas com outros indivíduos, no jogo do reconhecimento (2010, p. 167).

Se a identidade como metamorfose é entendida como expressão de uma pluralidade de personagens ou redução a uma personagem fetichizada, é pela relação de reconhecimento que ela se mantém estruturada. Como afirma Mead, a identidade do “eu” se constitui da identidade coletiva e do reconhecimento do outro (LIMA, 2010).

Lima afirma que em *A Estória de Severino e a História de Severina*, a atuação de Severina como a personagem louca se dá por conta de ser esse o único reconhecimento possível de sua identidade naquele momento. Deste modo, Severina é tensionada a assumir a personagem fetichizada de louca firmando-se em um ponto fixo, isto é, no seu devido lugar.

A esta forma de reconhecimento que reduz os indivíduos a personagens fetichizadas, condenando-os à reposição de uma mesma personagem, ao aprisionamento à má infinidade, Lima denomina de *reconhecimento perverso*, em que se tem uma relação perversa entre um indivíduo que busca reconhecimento de sua personagem e que tem sua personagem reconhecida com base em um ponto de vista reducionista da identidade, que nega toda sua história de vida e a totalidade de seu ser.

Neste sentido, recorreremos às contribuições acerca do reconhecimento da identidade feitas pelo filósofo Axel Honneth, para quem a identidade é inevitável luta por reconhecimento. Este autor nos fornecerá elementos para entender de que modo as formas de reconhecimento influenciam na constituição das identidades dos indivíduos, bem como permitirá entender como o reconhecimento contribui para que os indivíduos possam tensionar os processos que acarretam nas fixações da identidade, em busca de emancipação e resistência.

Honneth é um filósofo alemão, considerado da terceira geração da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, sendo o atual diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Busca atualizar a proposição de uma Teoria Crítica da Sociedade, partindo inicialmente das instituições fundamentais da teoria habermasiana.

Para Honneth, a teoria habermasiana da sociedade distancia-se do projeto inicial da tradição de seus predecessores, perdendo assim seu potencial crítico, na medida em que Habermas fixa-se em explicar o *modus operandi* da lógica sistêmica e a busca pelas condições ideais de fala, presentes na teoria da ação comunicativa; isto teria feito Habermas deixar em segundo plano a dimensão do conflito social. Deste modo, Honneth entende que a teoria habermasiana poderia ser mais bem desenvolvida a partir de uma categoria que está na

filosofia do jovem Hegel, dos escritos de Jena, que é a *luta por reconhecimento*. Deslocando a proposição de seu antecessor, que entende que no mundo da vida a linguagem é o *télos do conhecimento*, para Honneth a linguagem é o *télos do reconhecimento*. Dito de outro modo, a Teoria Crítica da sociedade deve estar direcionada a interpretar a realidade a partir do *reconhecimento* (SAAVEDRA, 2007; LIMA, 2010; LIMA e LIMA, 2012).

Ao assumir este projeto, Honneth busca atualizar o projeto hegeliano, visando elaborar uma teoria social com conteúdo normativo, sistematicamente, uma “teoria social com teor normativo” (HONNETH, 2003, p.23). Deste modo, recorre, principalmente, aos escritos de Jena, do jovem Hegel (como já apontado), bem como autores da psicologia: a psicologia social de George Hebert Mead e a psicanálise de Donald W. Winnicott.

Honneth (2003) introduz seus primeiros escritos sobre o reconhecimento debruçando-se sobre a categoria de *dependência absoluta* de Winnicott, que trata do desenvolvimento da primeira infância, ou, como chamariam Berger e Luckmann, *socialização primária*. Nesta fase do desenvolvimento, na perspectiva winnicottiana, entende-se que o bebê tem uma relação simbiótica com a mãe, ao nascer dependente inteiramente dela, ou daqueles que serão seus primeiros cuidadores. Nesta relação de simbiose estão quase totalmente inertes os limites entre as individualidades do bebê e do cuidador (ou mãe), em que a atenção completa do cuidador é necessária para a satisfação das primeiras necessidades: afetos, fome, choro, etc.. O processo de dessimbiotização se dá com o tempo, à medida que a criança se desenvolve e começa a reconhecer a si mesma como um “eu”, em que o cuidador e a criança ampliam suas independências.

Posteriormente e acompanhando esta discussão, Honneth (2003), apoiado em Mead e Hegel, apresenta três formas de reconhecimento recíproco: o amor, o direito e a estima social.

Por relações amorosas Honneth entende as formas de relações primárias, as ligações emotivas que se dão entre poucas pessoas, que aproximam parceiros eróticos, amizades, pais e filhos. Conforme Lima e Lima (2012), de acordo com Honneth, o amor é a primeira forma de reconhecimento e a mais elementar; a esta forma de reconhecimento cabe o desenvolvimento da autoconfiança, indispensável para os projetos de realização pessoal.

As outras formas de reconhecimento, entretanto, configuram o quadro moral dos conflitos sociais, na medida em que dependem de critérios socialmente compartilhados.

Neste sentido, para Honneth (2003), as relações jurídicas, o direito aparecem como uma forma de reconhecimento recíproco, na qual, para que os sujeitos possam reconhecer-se como sujeitos de direitos, é preciso o seu inverso, reconhecerem suas obrigações em face do

outro. Nesta dimensão do reconhecimento ficam as relações baseadas no direito, e ela visa possibilitar o autorrespeito.

Para o autor, a estima social ou solidariedade estima social é determinada por concepções de objetivos éticos que vigoram em uma sociedade e, assim, pelo horizonte de valores socialmente definidos, e refere-se à forma de reconhecimento que se aplica às diferenças particulares, que distinguem os seres humanos em suas diferenças pessoais e potencializam projetos de autorrealização, chegando a torná-los universalizáveis.

Lima e Lima (2012) enfatizam que, embora o amor seja a forma de reconhecimento mais elementar e não seja capaz de configurar-se como luta social, o desenvolvimento desta forma de reconhecimento recíproco é indispensável para a autoconfiança e é a base das relações sociais entre adultos. Isto leva Honneth a sustentar que essa forma de reconhecimento não é responsável apenas por contribuir com o desenvolvimento do autorrespeito, mas também com a autonomia necessária à participação na vida da sociedade. Deste modo, a luta social ou moral se dá quando há desrespeito ou não reconhecimento das pretensões de autonomia dos sujeitos.

De acordo com Lima (2010), a construção de uma perspectiva com forte teor normativo, levada a cabo por Honneth para além de uma teoria normativa das instituições, conforme apontado por Hegel, e além de uma teoria moral no plano da subjetividade, precisa lidar com três grandes problemas, a saber:

- a) explicar como se dá a constituição de um Eu que depende de um reconhecimento recíproco para assim poder se colocar como autonomamente agente e individuado;
- b) partindo das premissas da teoria da intersubjetividade, assinalar como as diversas formas de reconhecimento recíproco se distinguem da ação política autônoma, sendo necessárias e inerentes ao aumento do desenvolvimento capitalista; e c) demonstrar como, no curso da formação identitária, mediada pelas etapas de uma luta moral, os sujeitos são compelidos a entrar num conflito intersubjetivo cuja pretensão é o reconhecimento de sua pretensão de autonomia, até então não confirmada socialmente (LIMA, 2010, p. 220).

Para Honneth, a psicologia social meadiana pode ajudar a solucionar os dois primeiros problemas, na medida em que articula de modo esmiuçado a relação entre indivíduo e sociedade, e busca demonstrar os impactos desta relação na constituição dos *selfes* e de identidades sociais. Apoiado nas discussões de Mead, Honneth afirma que:

Se o sujeito, pelo fato de aprender a assumir as normas sociais de ação do “outro generalizado”, deve alcançar a identidade de um membro socialmente aceito de sua coletividade, então tem todo o sentido empregar para essa relação intersubjetiva o conceito de “reconhecimento”: na medida em que a criança em desenvolvimento

reconhece seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atividades normativas, ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação (2003, p. 136)¹⁰.

Não obstante o indivíduo internalize o outro generalizado a ponto de tomar para si a atitude deste outro generalizado, Honneth entende que a identidade dos indivíduos é sempre um conflito. Esta compreensão sustenta-se nas proposições medianas acerca da espontaneidade da relação entre o “Eu” e o “Mim”. Para Mead (1992), o “Mim” é sempre a incorporação dos discursos e atitudes dos outros que um indivíduo adota para si, enquanto o “Eu” é a originalidade como forma de reação do indivíduo diante desta incorporação. Deste modo, o reconhecimento individual, devido à espontaneidade da reação em que emerge o “Eu”, fica condicionado à ação incontrolável de sua atualização contínua. Nas palavras de Honneth (2003),

Se esse potencial de reação criativa do “Eu” é concebido como contraparte psíquica do “Me”, então salta à vista rapidamente que a mera interiorização da perspectiva do “outro generalizado” não pode bastar na formação da identidade moral; pelo contrário, o sujeito sentirá em si, reiteradamente, o afluxo de exigências incompatíveis com as normas [ponto fixo, inscrição simbólica] intersubjetivamente reconhecidas de seu meio social, de sorte que ele tem de pôr em dúvida seu próprio “Me”. Esse atrito interno entre “Eu” e “Me” representa para Mead as linhas gerais do conflito que deve explicar o desenvolvimento moral tanto dos indivíduos como das sociedades: o “Me” incorpora, em defesa da respectiva coletividade, as normas convencionais que o sujeito procura constantemente ampliar por si mesmo, a fim de poder conferir expressão social à impulsividade e criatividade do seu “Eu”. Mead insere na autorrelação prática uma tensão entre vontade global internalizada e as pretensões da individuação, a qual deve levar a um conflito moral entre o sujeito e seu ambiente social; pois para poder pôr em prática as exigências que afluem do íntimo, é preciso em princípio o assentimento de todos os membros da sociedade, visto que a vontade comum controla a própria ação até mesmo como norma interiorizada. É a existência do “Me” que força o sujeito a engajar-se, no interesse de seu “Eu”, por novas formas de reconhecimento social (p. 141).

¹⁰ Não iremos nos alongar aqui acerca do conceito de “outro generalizado” em Mead, mas, resumidamente, podemos entender que quando uma comunidade organizada, ou grupo social, dá ao indivíduo sua unidade de self, tem-se o que Mead denomina de “outro generalizado”. Assim, a atitude do outro generalizado é a atitude da comunidade, que é incorporada por cada indivíduo. “Qualquer coisa, qualquer objeto ou grupo de objetos – quer sejam animais ou coisas inanimadas, seres humanos ou animais, ou objetos meramente físicos – em relação aos quais o indivíduo age socialmente é um elemento do que, para ele, é o outro generalizado. Ao assumir as atitudes desses objetos em relação a si, ele toma consciência de si próprio como objeto e como indivíduo, e, assim, desenvolve um self ou personalidade” (MEAD, 1992, p. 171). Dito de outro modo, o outro generalizado é uma espécie de influência da constituição das identidades dos indivíduos. O outro generalizado pode aparecer como um “indivíduo que encene emblematicamente uma função da sociedade (um ídolo, por exemplo), um agrupamento social, comunidades, instituições, um partido político, uma política pública, etc.. Compreendemos, então, que, em Mead, o *self* só aparece como atitude da comunidade direta ou indiretamente manifestada, sendo que o outro generalizado é uma espécie de instrumento de controle social introjetado pelo *self*, que, por sua vez, reflete a formulação abstrata do *ethos* da comunidade ou sociedade à qual pertence o indivíduo, ou seja, o outro generalizado é um elemento de mediação entre o indivíduo e a sociedade; ou é a forma concreta com que esta opera sobre aquele” (SOUZA, 2012, p. 185).

A discussão sobre a relação entre o “Mim” e o “Eu” abre o precedente para tratarmos do outro conceito proposto para este capítulo: as políticas de identidade, haja vista que podemos entender as políticas de identidade como um conjunto de discursos que visa definir as identidades dos membros dos diferentes grupos e coletivos.

Ciampa (2002) afirma que as políticas de identidade podem aparecer tanto em grupos com identidades discriminadas, marginalizadas ou oprimidas, como em setores dominantes ou elitizantes da sociedade.

Em um texto intitulado *Políticas de Identidade e Identidade Política*, Ciampa faz uma definição interessante das políticas de identidade, resgatando o conceito de personagem discutido em *A Estória de Severino e a História de Severina*, que poderá nos ajudar:

Utilizando uma linguagem dramaturgica, pode-se dizer que a política de identidade de um grupo ou coletividade refere-se de fato a uma “personagem” coletiva; fala-se tanto de um “branco” ou um “negro”, quanto se pode falar de um “judeu”, um “psicanalista”, um “velho”, um “jovem”, um “corintiano”, um “trabalhador”, um “vagabundo” etc.; como os exemplos estão no masculino, vamos incluir também um “homem”, uma “mulher”, lembrando que podemos fazer várias combinações: um “homem branco”, uma “mulher negra” e assim por diante (CIAMPA, 2002, p. 139).

Para o autor, a articulação dessas diferentes personagens pode possibilitar a construção de uma identidade pessoal, se este processo ocorrer por autonomia e originalidade de sua singularidade¹¹.

Neste sentido, Lima (2010) afirma que as políticas de identidade podem aparecer de forma ideológica, para a manutenção da realidade instituída e servir como um instrumento de regulação das identidades, impossibilitando que os indivíduos possam fazer resistência a essas políticas e se afirmar como um Eu, ou, em outras palavras, como identidade política. E ainda podem comportar um sentido emancipatório, na medida em que esse sentido permite que coletivos e grupos busquem garantir direitos e políticas que abarquem suas diferenças identitárias.

Podemos entender, conforme aponta Lima (2010), que no sentido ideológico, as políticas de identidade podem apresentar determinados discursos em prol de uma autodeterminação excludente. Isto, por sua vez, pode enquadrar um indivíduo em uma determinada personagem estigmatizada a partir de sua representação (Lima cita como exemplo o caso da personagem Severina, da tese de Ciampa, quando é diagnosticada como louca; personagem a qual assume para si e passa a representá-la em todos os cenários de sua

¹¹ É importante trazer como nota que, em Ciampa, tanto a identidade pessoal como as identidades coletivas são entendidas como sendo social.

vida, acreditando ser louca).

Deste modo, as políticas identitárias podem ser entendidas como uma forma de clausura subjetiva, que, regradas por seus coletivos ou outros, podem controlar as vidas de seus membros, impedindo o potencial inovador de cada singularidade na constituição de identidades políticas. Isto pode aparecer “nos momentos em que a individualidade de determinado sujeito é massacrada pelo grupo que não suporta a não submissão à ideologia grupal, que caso fosse realizada, resultaria na própria totalidade deste mesmo sujeito” (LIMA, 2010, p. 186).

Para Almeida (2005, p. 131), as políticas de identidade, dessa forma, obedecem a interesses “político-estratégicos”, e buscam regular e orientar as formas de relacionamento entre os indivíduos e os diferentes grupos da sociedade.

Do ponto de vista das categorias privilegiadas, tais políticas de identidade visam colocar as outras categorias em seus “devidos lugares” sociais, (con)formar identidades, presentificar identidades subordinadas (e, por oposição, identidades superiores), as quais devem ser assumidas em nome da reprodução do sistema social estabelecido (ALMEIDA, 2005, p. 132).

Este autor enfatiza que:

Essas políticas são, por conseqüência, políticas regulatórias que visam cristalizar os papéis e os lugares sociais, assim como as correspondentes identidades dos indivíduos. Elas (políticas) têm um caráter contrastativo, que se evidencia em núcleos de pensamento e ação associados à afirmação de uma auto-imagem positiva do indivíduo (eu) ou dos membros de um determinado grupo (nós) em contraste com a atribuição de uma imagem negativa de outros indivíduos ou dos membros de outros grupos (eles). Neste sentido, essas políticas de identidade envolvem um conjunto de representações, ideologias e estigmas (ALMEIDA, 2005, p. 132).

Tomemos como exemplo as políticas internas para o abrigo de crianças e adolescentes (o que não significa antecipar nossa análise dos dados que irão emergir na história). É bem sabido que, no cotidiano dos abrigos, há uma imensidão de discursos que são dirigidos às crianças e adolescentes acolhidos, que objetiva colocá-los e enquadrá-los em determinadas políticas de identidade, que vão das políticas sexistas, raciais etc., até as mais diretamente ligadas ao controle dos comportamentos, como “bom menino”, “a boa moça” etc.. Como bem enfatiza Lima (2010) com relação às políticas de saúde mental implementadas pelo Estado, e aqui consideramos que as políticas de abrigo seguem na mesma direção, tais “políticas sociais do Estado não têm outra função senão controlar o fluxo e refluxo da força de trabalho do mercado, para atender às necessidades conjunturais e

estruturais do capital privado” (p. 189).

E ainda há um conjunto de políticas identitárias que são externas ao abrigo e que buscam categorizar as crianças e adolescentes que estão em situação de abrigo, como os “abrigados”, os “órfãos”, os “meninos de rua”, e até categorizações estigmatizantes e depreciativas, como vimos anteriormente, que os colocam no lugar de delinquentes e potenciais criminosos.

Podemos pensar que estes discursos que conformam tais políticas de abrigo visam constituir formas de controle comportamental, de punição à quebra da normatividade ou de correção, segundo o que se considera o modelo ideal de conduta ou ainda de ação preventiva para garantir que, no futuro, os jovens se transformem em bons cidadãos, conforme isto é definido pela ideologia dominante, como vimos já no capítulo primeiro e aparecerá em alguns momentos da história de Davi.

A fragmentação das formas de preconceito, discriminação, depreciação etc. resultantes de determinadas políticas de identidade configura, para Lima (2010), um problema de reconhecimento da dignidade humana, sendo que a identidade do “eu” resulta da relação com identidades coletivas e com o reconhecimento do outro.

Retomando a ideia anterior, afirmamos que as políticas identitárias podem comportar tanto um sentido regulatório como emancipatório das identidades.

Claro está que as políticas de identidade servem à formação e manutenção de determinadas identidades coletivas, e podem representar um sentido emancipatório ou então regulatório; emancipatório quando ampliam a(s) possibilidade(s) de existência na sociedade, garantindo direitos para os indivíduos; regulatório quando criam regras normativas que muitas vezes aprisionam os indivíduos numa única representação possível de sua identidade, impedindo sua diferenciação. (...) Neste sentido, o potencial emancipatório das políticas de identidade reside não apenas no sentido de uma coalizão de forças, mas também de uma utopia coletiva que transcenda os particularismos daqueles que lutam contra o *status quo*. (LIMA, 2010, p. 194, grifos do autor).

Quando uma política de identidade aparece sob a forma regulatória das identidades, podemos dizer que o reconhecimento dado pelo outro se dá, como afirma Lima (2010), de modo perverso.

O contraponto desta forma de reconhecimento perverso, que visa à manutenção das identidades a fim de atender a interesses do universal dominante (o capital), seria a possibilidade de um reconhecimento pós-convencional, que possibilitaria emergirem identidades pós-convencionais, que, conforme destaca Lima (2010, p. 184), “estariam antecipando formas de vida com valores e normas ainda não estabelecidas”.

Isto, por sua vez, não significa entender que o desenvolvimento de uma identidade pós-convencional garanta uma emancipação completa; mas entendemos, como já discutido, que o capital, na atualidade, se apropriou e cooptou as possibilidades de metamorfose humana e oferece saídas heterônomas e regulatórias como forma de emancipação (LIMA, 2010).

Conforme assinala Almeida (2005),

(...) estas novas identidades, estas anamorfozes dos modelos dominantes representam uma “exigência de superação das deformações impostas a nossas escolhas por interesses específicos ou por necessidades de grupos particulares ou indivíduos de uma comunidade” (Steerman, 2003: 124). Sua existência impediria a vulgarização das identidades socialmente postas, apontando (socialmente) para algo que ainda não é, mas que, ao mesmo tempo, coexistiria com aquilo que é, mas que já não seria o mesmo (em função das metamorfoses realizadas). Ao apontar para um possível social, o vir-a-ser outro, a anamorfose é emancipatória naquilo que recusa de heteronomia e de enquadramentos (p. 115).

Entretanto, esta forma de reconhecimento que estamos chamando de pós-convencional, podemos considerar que tenderia a ser um reconhecimento vazio em seu conteúdo, efetuado a partir da própria diferença, do ponto de vista do outro a quem o reconhecimento é dirigido.

Deste modo, esta forma de reconhecimento das políticas identitárias possibilitaria a emergência do potencial criador e inovador do humano, que permitiria o aparecimento das singularidades subjetivas e das identidades políticas, e a autorrealização individual de cada sujeito. Ou, como diria Ciampa, possibilitaria a autodeterminação. Dito de outro modo, possibilitaria ao indivíduo atingir a condição de *ser-para-si*, que implica a busca por e a tentativa de concretização de sua autonomia, que, como afirmado anteriormente, não significa libertar-se das determinações exteriores, mas transformá-las em autodeterminação, em processo de construção da autonomia; é buscar a articulação entre “a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo” (CIAMPA, 2009, p. 151). É como se o indivíduo tomasse seu processo de socialização e o transformasse em um processo de construção de sua individuação, e, assim, construção de sua identidade política, como forma de rompimento com a homogeneização das políticas de identidade de seu (s) grupo (s), isto é, buscasse atingir a condição de *ser-para-si*, buscasse construir sua própria autonomia; o que, por sua vez, seguindo a mesma discussão sobre a emancipação, como vimos, não significa entender que este indivíduo torna-se um sujeito autônomo, mas luta para construir sua autonomia, em um processo que implica transformar sua socialização, as condições objetivas que o impactam, as políticas identitárias e as normativas do (s) grupo (s) o (s) qual (is) integra

em normas e valores que por eles são escolhidos e ressignificados, passando a ser determinados pelo próprio sujeito, ou seja, a ser autodeterminação.

Conforme assinala Almeida (2005),

A nova identidade, desejada ou conquistada, expressa um reposicionamento dos sujeitos frente àquela a que se espera eles devem se conformar. Expressa, nesse sentido, um processo de metamorfose dotado de características emancipatórias, pois as modificações identitárias representam, na busca da autonomia frente aos preceitos dados, o assumir um lugar de sujeito do olhar, uma (re)colocação do sujeito ante as condições pessoais e sociais restritivas que lhe são impostas (vistas, sentidas por ele como anamorfoses, deformações de seus projetos). Representa um sujeito com capacidade de julgar, isto é, de considerar hipoteticamente e de fundar normas com base em princípios interiorizados, um sujeito que não mais se liga a papéis singulares e a normas preexistentes, que vê como problemática a ligação a papéis dados, pontos de cristalização da própria biografia (cf. Habermas, 1983). O que caracteriza tal identidade é a capacidade do sujeito conservá-la mesmo em situações de conflito, organizando a si mesmo e as suas interações de maneira autônoma e individualizada, numa biografia original e insubstituível (ALMEIDA, 2005, p. 113).

Isto não significa que o sujeito negue as determinações exteriores ligadas às suas condições objetivas de vida e a seu processo de socialização, mas um posicionamento do sujeito frente à própria vida e uma luta pela vida por ele escolhida e desejada. Embora internalizada sua socialização, as políticas identitárias que foram sendo impingidas na constituição deste sujeito, bem como as normas ditadas pelos grupos com os quais conviveu, a busca pela autonomia implica a transformação, em autodeterminação, destes processos e uma escolha pessoal do sujeito por aquilo que julga digno de ser vivido e almeja viver e ser.

A constituição da identidade que provém de um posicionamento do sujeito frente àquilo que lhe é esperado encarnar, conforme apontado por Almeida, carrega um sentido emancipatório de sua metamorfose, na construção da autonomia de sua identidade e da condição de ser-para-si; condição esta para a qual, para sua efetividade, assinala Honneth (2003), é necessário o reconhecimento do outro, isto é, o sujeito tornar-se reconhecido.

4 A HISTÓRIA

Só quero que este depoimento possa ajudar que as pessoas pensem naquilo que estamos fazendo da vida e olhem pra essas coisas que a gente acha que é ruim de uma forma mais positiva, que eu acho que é essencial. Aquilo que acontece na vida da gente de alguma forma a gente precisa mastigar, pra que aquilo venha fazer bem de algum modo (DAVI).

Como já anunciado, este último momento se constituirá da narrativa da história de vida de Davi, bem como das análises produzidas a partir de sua história, que perpassam as discussões apresentadas nos capítulos anteriores, histórico e teórico. Tal qual a trama e urdume dos fios de um tecido se entrecem, visamos entrelaçar a história narrada com os capítulos anteriores, em uma tecitura que busca percorrer um caminho no qual contextualização histórica, teoria e história de vida irão sobrepor-se, interconectar-se, alinhar-se e articular-se, no movimento das tramas da realidade de uma vida que vivenciou as malhas do acolhimento institucional.

4.1 A História de Davi

Antes de apresentarmos a narrativa de Davi, julgamos importante retomar como foi nosso contato com ele e a realização das entrevistas para que narrasse sua história.

Davi mostrou-se muito animado em poder contar sobre sua história, porque esta havia sido motivo de interesse a ser estudado e conhecido. Desde o primeiro contato, Davi ficou interessado em contar sua história, talvez por ser uma das muitas histórias silenciadas de ex-moradores de abrigos, e demarcou também estar motivado e preocupado em fazer um bom relato, para que pudesse contribuir da melhor forma possível com nosso estudo e para que narrasse sua história, de modo a que ela pudesse ser levada a público.

Davi tem uma trajetória dentro do abrigo onde viveu que marca um momento histórico importante na política social de acolhimento institucional, pois demarca-se pelo início da implementação do Estatuto da Criança e Adolescente, o qual, como discutimos no primeiro capítulo, propunha uma nova configuração no ordenamento das práticas de acolhimento de crianças e adolescentes no país. Davi vai para o abrigo no ano de 1994, com 3 anos de idade e sai após 7 anos, quando completava seus 10 anos de idade, retornando para o convívio de sua família. Situados em breves linhas os marcos do período da vida de Davi no abrigo e sua relação com o marco histórico que delineia a conquista dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, deixemos, agora, que Davi nos conte sua história.

4.2 Que pra falar quem é, demarca que é preciso recorrer àquilo que vivenciou e resgatar a história que o levou a ser afastado de sua família

Davi, ao ser indagado com a pergunta: “quem é você?”, a fim de que pudesse narrar espontaneamente aquilo que julgasse de bom alvitre para responder a tal indagação, inicia sua narrativa dizendo que a melhor maneira de definir-se seria fazendo-o por meio de suas vivências. Esta fala de Davi, por sua vez, acompanha a discussão sobre identidade na perspectiva que vimos trabalhando, na medida em que entendemos que a identidade constituiu-se em um processo de relações e experiências que vivenciamos ao longo da vida. Em suas palavras:

“Penso que a melhor maneira de eu me definir seria pelas minhas vivências”.

Em seguida, relata os motivos pelos quais a família deixou a cidade de origem, na Bahia, para tentar uma vida melhor no estado de São Paulo. A família, mesmo sem nada, nem condições, retira-se na tentativa de buscar uma vida mais digna de ser vivida. Entretanto, ao alocar-se, as dificuldades que antes marcavam sua realidade os acompanhariam:

Minha família é baiana. Viemos para o interior de São Paulo a pouco menos dos meus três meses de idade. Saímos de lá por dificuldades financeiras e por conta de minha mãe ter terminado o relacionamento com meu pai. E viemos pra cá sem nada. Sem verba, sem dinheiro, sem família, não tínhamos parentesco nenhum aqui na época.

A mãe de Davi termina a relação com seu pai e tenta a sorte, com a família, decidindo continuar a vida no interior de São Paulo. Assim, já vemos aqui uma personagem que marca a identidade da família de Davi, a família-nordestina-migrante.

Ao chegarem, a mãe conhece outro parceiro e conseguem construir um barraco em uma favela onde, em um certo dia de tempestade, Davi e sua irmã escapam da morte por conta de um alagamento:

E assim, minha mãe construiu um barraco numa antiga favela que tinha no bairro do Pirama, e a partir dali ela conheceu um outro rapaz, e na época era eu minha irmã mais velha apenas. (...) E um certo dia deu uma tempestade muito forte nessa favela onde a gente morava e acabou alagando esse barraco onde a gente morava, e o que me salvou dessa tempestade foi que o nosso colchão boiou e o bombeiro conseguiu chegar na hora oportuna pra nos resgatar dessa enxurrada.

Davi narra que, depois disso, a família mudou-se para um sítio, no qual a mãe e o

padrasto desempenhavam o ofício de caseiros. Conta que tanto o padrasto como sua mãe faziam uso abusivo de álcool, e que isto deixava o padrasto agressivo, fazendo com que agredisse fisicamente Davi e sua irmã, inclusive queimando seus corpos com cigarro, deixando cicatrizes e marcas das queimaduras, que Davi carrega até hoje. Vejamos isso em suas palavras:

Depois mudamos pra um sítio, que ficava no Tronco Queimado, e minha mãe foi trabalhar de caseira deste sítio junto com esse novo marido dela, meu padrasto. E nessa época os dois eram alcoólatras e em certos momentos quando ele passava dos limites ele ficava agressivo, e a gente sofria com isso, tanto que a gente tinha marcas de queimaduras no braço por conta de cigarro, que ele judiava da gente {mostra uma cicatriz de queimadura de cigarro que ainda marca o corpo – nas mãos}. E a gente acabou indo pro orfanato, pro abrigo, eu e minha irmã. Eu tinha três anos e minha irmã estava com seis anos.

Antes de continuarmos com a história de Davi, que a nossos olhos já se faz interessante, gostaríamos de abrir espaço para uma análise, não da história de vida de Davi, mas de algo que também se faz importante do ponto de vista analítico, que permite olhar para a construção de nossas leis e sua relação com a cultura.

Queremos fazer um adendo aqui, para quando Davi, em sua narração, traz o conceito “orfanato”; Davi, mesmo tendo vivido no abrigo em um período posterior ao ECA, ou seja, que demarca a legitimação da transição da ideia de orfanato para implementação da ideia de abrigo, faz uso comumente do conceito de orfanato em seu relato, quando faz referência ao abrigo onde viveu. Podemos entender, com isso, que, no imaginário social, a ideia de orfanato ainda se fazia fortemente presente na cultura da instituição e da comunidade quando Davi viveu no abrigo, assim como ainda o é nos dias de hoje. Isto pode ser justificado não apenas pelo fato de Davi ter sido morador de um abrigo e sua narrativa ser recente, mas também podemos observar como a grande mídia, além de outros fatores, diluiu essa ideia de orfanato, por exemplo, por meio das narrativas das novelas televisivas. De certo modo, isso pode revelar a distância e desconhecimento da população das leis criadas pelo governo, e mais, também o abismo entre a lei e sua efetivação na realidade, a qual pode não consolidar a significação de sua implementação, conforme ela se propõe. Por sua vez, podemos pensar que ainda há grande necessidade de fomentar as discussões, para que seja ressignificado o caráter de orfandade e abandono que é dirigido aos (ex)moradores de abrigos.

Retornemos à narração de Davi:

E minha mãe sempre teve problema com álcool, e isso é um problema na família, a gente teve isso desde a geração da minha bisavó, e depois minha avó e minha mãe,

e depois minha irmã também chegou a ter esse problema, ela acabou passando por isso também.

Já no início de sua narrativa, Davi nos conta algo que marca a história de sua família e que reflete um ciclo que perpassa por gerações, o envolvimento com o álcool.

Lembremo-nos da discussão do primeiro capítulo, quando apontamos os dados das pesquisas os quais demarcam que um dos principais motivos que tem levado as decisões judiciais a encaminharem crianças e adolescentes para a instituição de abrigamento tem sido o uso, por parte dos pais, do álcool e outras drogas, ou dependência química. Esta realidade também assola a história da família de Davi, bem como nos conta que é uma realidade que se reproduz em um ciclo que perpassa por gerações: Davi vê desde sua avó, até sua mãe e sua irmã vivenciando situações de uso excessivo do álcool. Este ciclo não é apenas uma atividade que se reproduz pelo desempenho da família, mas podemos entender que significa ainda um ciclo de violação de direitos que se perpetua nas gerações dessa família, como veremos no decorrer da história.

4.3 Quando o abrigo possibilita encontrar aquilo que não se tinha em casa na família

Davi dá continuidade à sua narrativa, após contar o momento em que vai para o abrigo, afirmando que aquele lugar lhe possibilitou encontrar aquilo que não tinha em sua casa, junto à sua família: pessoas que dão carinho, ter com quem brincar, com quem conversar, com quem contar:

E assim, a convivência minha lá nesse abrigo foi totalmente diferente que a de casa. Porque o que eu não encontrei em casa eu encontrei no abrigo. O carinho, por exemplo, de poder sentar e ter alguém com quem conversar, ter várias pessoas pra brincar. E pra mim foi uma experiência maravilhosa.

Davi ainda demarca que as pessoas com quem viveu no abrigo possuem um sentido em sua vida: foram, para ele, sua família, bem como entende que o abrigo foi importante em sua vida e para seu desenvolvimento.

Em suas próprias palavras:

Pra mim, ter passado pelo abrigo foi muito importante, foi importante pra minha vida. Porque assim, na época era eu e minha irmã, e no sítio a gente não tinha o que fazer, ou era no meio do mato, pra brincar. E não era só essa questão de criança, mas também de afeto mesmo, de ter uma pessoa que se preocupe, ter uma pessoa que te corrija. Isso é essencial na vida de todo mundo, porque de alguma

forma você vai olhar essas pessoas e se espelhar nelas, pra poder pensar nas suas atitudes. Então a experiência no abrigo foi essencial pra gente.

E esse tempo que eu passei lá (abrigo), as pessoas ali foram minha família. E foi crucial pra minha educação.

É o Davi-de-hoje falando do Davi-de-ontem, é o Davi-de-hoje dizendo-nos do sentido que o abrigo e o que viveu lá têm em sua história, a partir do ponto de vista do Davi-de-hoje.

O menino-que-é-afastado-da-família, devido a sofrer atos de violência dentro de contexto doméstico, é levado para um novo lugar onde encontra pessoas com quem pode contar.

Vive situações de agressão dirigidas pelo padrasto dentro de casa, em que as marcas das queimaduras de cigarro ainda hoje se destacam em seu corpo. Tais situações levam a denúncias por parte de pessoas que conheciam o que era vivido na família de Davi, e os agentes do Estado entendem que o contexto familiar não é o mais propício para garantir seu pleno desenvolvimento e de sua irmã, então, são levados para o abrigo:

O Conselho Tutelar que fui buscar a gente e não tinha ninguém em casa, e só estava eu e minha irmã. A gente estava no pasto, que era um sítio, brincando com os cavalos, eu morava com minha mãe, ela e meu padrasto eram caseiros nesse sítio, e a gente estava sozinho, não tinha ninguém em casa, e o Conselho Tutelar foi buscar, e há uns dois dias atrás a gente tinha apanhado, a gente apanhou do meu padrasto, e foi por conta disso que os vizinhos denunciaram. A gente estava cheio de marcas, de vergões na perna, várias marcas de butuca de cigarro, no braço. Olha essa aqui que ainda tenho {mostra a mão com a cicatriz}, isso foi queimadura. E éramos eu e minha irmã.

Assim, vemos a família que migra para encontrar possibilidades melhores de vida e se depara com as dificuldades que assolam as famílias migrantes. Conseguem construir um barraco em um bairro periférico para ter onde sobreviver, que é tomado pelas forças naturais de uma chuva, e isso os leva a ir morar num sítio onde a mãe e o padrasto de Davi trabalham como caseiros. Tentam começar uma nova vida, porém a violência doméstica acompanha a realidade vivida pela família.

Tais situações vividas no contexto familiar levam Davi a entender o abrigo como um espaço que lhe propiciou aquilo que não tinha: carinho, afeto e pessoas com quem podia contar.

Podemos também ver isto quando Davi nos relata como foi ao retornar ao convívio de sua família, ao demarcar o choque de realidade vendo as diferenças daquilo que havia no abrigo como condições para viverem e aquilo que encontra na casa da avó com quem vai

viver:

E fomos nós dois (Davi e irmã) morar com minha avó. Mas pra mim o choque de realidade foi o principal. Porque a realidade de lá era totalmente diferente de onde eu estava. Por condições de infraestrutura mesmo. No abrigo a casa era acabada, tinha piso, tinha azulejo, dava pra brincar, e na rua também, era asfaltada, a escola não era tão longe, então essa foi a dificuldade pra mim, porque daí eu fui pra uma casa que não tinha nem reboque, mais ou menos um chão de concreto, sem reboque, a rua era rua de pedra, e pra ir pra escola tinha que andar um tempão. Foi essa a dificuldade, de mudar de uma realidade pra outra.

4.4 Quando conta das memórias de algumas histórias no abrigo

Davi relata algumas de suas memórias de quando viveu no abrigo. Conta sobre algumas pessoas que marcaram sua história nesse período da infância, sobre suas vivências, aquilo que tinha no abrigo e aquilo que faziam:

E lá no orfanato tinha o pai João, a gente chamava ele de pai, porque ele sempre tratou a gente como filho. A gente fazia roda de conversa, a gente sentava no quintal pra poder brincar. E de alguma forma eles pensaram bastante na gente porque, por exemplo, sempre faziam manutenção na casa pra que pudesse melhorar, colocaram uma piscina, tinha uma sala de brinquedo enorme. Lá era uma família mesmo. Lá também a gente não era obrigado a fazer serviço como é em outros abrigos, em que eles colocam isso como regra, de fazer certos afazeres de casa.

O que Davi está nos dizendo aqui é sobre as relações da primeira forma de reconhecimento como o discutimos, o reconhecimento na esfera do amor, ou seja, das relações primárias, das amizades, das relações entre pais e filhos, da satisfação das carências e do desamparo, da dedicação emotiva, das relações que, como enfatiza Honneth (2003), formam as bases para as relações entre adultos e podem ser promotoras da autorrealização e autoconfiança, para a construção de projetos de realização pessoal e da autonomia:

E tinha outra educadora, a Maria, que a gente chamava de mãe também, que pra mim ela foi mais que uma mãe. Ela também era tudo pra mim. E só tenho a agradecer a eles.

O que Davi continua contando, como anteriormente, refere-se às formas de relações de reconhecimento recíproco no âmbito da dedicação emotiva e do amor, em que algumas figuras, conforme cita, lhes dirigiram formas de proteção, cuidado e afeto.

De acordo com algumas pesquisas realizadas com crianças em abrigamento e sua relação com os educadores (MAGALHÃES, COSTA e CAVALCANTE, 2011; SANTOS e

BASTOS, 2002), mesmo que todos sejam responsáveis pelo cuidado de todos no abrigo, as crianças em situação de abrigamento constroem vínculos mais intensos com as figuras com as quais têm um convívio mais direto, denominadas hoje como educadores, podendo até ser que as crianças entendam que esses educadores cumprem um papel similar ou igual ao das figuras parentais, chegando a chamá-los ou considerá-los como pai ou mãe. Do mesmo modo, pode ocorrer, como nos conta Davi, uma identificação maior de uma (ou algumas) criança (s) com um (a) determinado (a) educador (a) e que haja, assim, maior proximidade entre estas crianças e estes (as) educadores (as). É importante, porém, conforme demarcam as “Orientações Técnicas” (CNAS, 2009), que haja esclarecimento para a criança de que os (as) educadores (as) que ali trabalham são responsáveis por seus cuidados por certo tempo, embora possam construir vínculos que durem a vida toda, mas que não são seus pais substitutivos.

Davi nos conta sobre as molecagens que ele e os amigos do abrigo faziam:

E a gente tinha certo medo, medo entre aspas porque criança gosta de aprontar, e a gente vivia aprontando {risos}. E o João trabalhava de caminhoneiro também, aí a gente ficava tudo pra rua, e quando via ele chegando de caminhão, era uma correria pra dentro “pai João tá vindo, corre, corre” {risos}. A gente fugia pra ir pro rio. E uma vez, eu e outros dois amigos do abrigo, fomos lá do outro lado da cidade a pé, do Itaporã pra Vila Quinze {risos}. Porque a Maria tinha barraca lá, que ela montava pra vender cuscuz, vender as coisas pra arrecadar dinheiro, e era festa junina, aí fomos. Mas tem um porém, a gente foi escondido, a Maria não falou nada de ver a gente lá, mas eu estava morrendo de medo do João, porque tinha medo de apanhar. Aí o que eu fiz? O João tinha uma nora que era casada com o filho dele, aí fui lá com ela, e ela falou pra eu dormir na casa deles, porque daí eu dormia na casa dela e não precisava voltar embora pro abrigo, aí eu fui, mas os outros dois foram embora pro abrigo, e o João desceu o cacete nos dois a hora que chegaram lá. E no outro dia eu achei que ia chegar lá e apanhar também, mas que nada, cheguei lá e ele não falou nada. Aí a mãe Maria veio e conversou com a gente, e disse que não podia fazer aquilo. E de alguma forma a gente aprontava porque já sabia que ia ter consequência {risos}.

Daí tinha uma outra menina que chama Tiane, e essa aí era a palhaça da turma. Ela apanhava! E o João virava as costas e ela começava dar risada. Parecia que ela apanhava e era meio que não adiantou nada. E assim, essa questão de apanhar não era rotina, era quando passava dos limites mesmo. Era acho que a última instância mesmo de correção deles, mas era raro, não acontecia sempre, mas de certa forma a gente aprontava demais.

Davi nos conta que ele e os (as) demais moradores (as) do abrigo “aprontavam” molecagens quando crianças enquanto moravam no abrigo, chegando a fugir para lugares distantes do bairro para poder encontrar diversão. Relata que, em determinadas situações, os educadores recorriam, como forma de correção, a formas de agressão física. De um lado os abrigados fazem molecagens para se divertir, e de outro, ficam com medo daquilo que podem acarretar como consequência.

As medidas de correção física utilizadas pelos educadores são rigorosamente inaceitáveis dentro de uma instituição de abrigo, conforme a legislação prevista no ECA. Tais formas de relação com as crianças e adolescentes, como a violação aos seus direitos, incluem quaisquer formas de agressão e violência contra elas, sendo estas inclusive os fatores que determinam as decisões judiciais para o afastamento das crianças e adolescentes de suas famílias e inserção nos abrigos. Cabe ao abrigo a função de guardião, que visa cuidar, proteger e educar as crianças e adolescentes.

Temos, assim, uma contradição nesse cenário: as crianças/adolescentes que vão para o abrigo como medida de proteção, para afastá-las de situações de violência e agressão, mas que são inseridas em uma instituição que recorre aos mesmos recursos de violência e agressão física que justificaram o afastamento das crianças e adolescentes de suas famílias, colocando-os, deste modo, nas mesmas situações de violação de direitos.

Em que pese esta contradição, e não queremos justificá-la, mas produzir uma reflexão sem desconsiderar o contexto histórico, é preciso lembrarmos de que momento estamos falando. Trata-se dos primeiros anos após a aprovação do ECA, ou seja, momento de transição e tentativa de implementação de uma política que visava construir novos moldes para os serviços de acolhimento institucional, bem como produzir novos efeitos sobre as formas de relação entre os profissionais do abrigo e as crianças e adolescentes, que, como vimos no relato de Altoé (2008), sustentavam-se no distanciamento e entendimento de que os acolhidos eram delinquentes e perigosos, além da força da ideologia impregnada na cultura, que prega que é pelo uso de forças de contenção e agressão que se deve corrigir aquilo que a cultura vigente considera “maus costumes”.

Ao mesmo tempo vemos um fator importante, mas que também revela uma contradição do ponto de vista legal: a proximidade que os familiares dos educadores, no caso citado, do pai João, possuem com as crianças do abrigo, a ponto de terem familiaridade com as crianças a ponto de reconhecê-las e levá-las para passarem a noite em suas casas.

Por um lado, isto cumpre papel de valia na vida das crianças acolhidas em abrigos, pois pode revelar o convívio das crianças/adolescentes acolhidos não apenas com as demais crianças e os trabalhadores do abrigo, mas também com as pessoas da comunidade, externas ao abrigo, haja vista podermos pensar em uma possível familiaridade da família do educador com as crianças do abrigo. Este convívio com a comunidade é demarcado pelo ECA (1990) e pelo CONANDA (2006) como sendo fundamental para a formação e convivência das crianças e adolescentes.

Por outro lado, revela um descuido e até descumprimento da lei por parte do abrigo, pois as crianças e adolescentes que estão sob sua guarda, conforme prescrito pelo ECA, não deveriam ter saído do abrigo para um lugar tão longe sozinhas, sem o cuidado de alguém, e menos ainda dormir fora do abrigo sem autorização, o que exige medida judicial.

Davi continua contando sobre suas travessuras de criança, a relação com os educadores e o cotidiano do abrigo:

E eu era o primeiro que acordava depois que a gente ia dormir, porque eu sempre tinha pesadelo a noite. E teve um certo dia que eu levantei cedo, tinha uma aranha enorme na cozinha, e eu era criança, peguei um palitinho e só aqui na aranha {faz gesto de cutucar}. Aí a cozinheira chegou - rapaz do céu! -, ela entrou num desespero! “Menino você tá louco?!” {risos}. E a aranhona estava até com os pés pra cima pronta pra dar um pulo em mim.

Teve uma vez que eles estavam fazendo uma limpeza lá para colocar a piscina, que onde ia ser a piscina era um depósito, onde ficavam guardadas as coisas. Eu achei um ninho de rato lá, peguei o rato na mão, comecei a brincar com o rato achando que era hamster e depois que ela viu que era rato - rapaz do céu! -, como eu era besta! {risos}. Eu não tinha medo de nada, pegava grilo, tudo na mão. Daí tinha uma roda, um gira-gira, essas coisas, e pra criança é uma delícia.

Aparecem aqui as condições de higiene da instituição, que revelam não ser adequadas, colocando as crianças em situação de risco por falta de saneamento e controle biológico, sendo possível que até pegassem alguma(s) doença(s) por conta das indevidas condições de higiene. Conforme o art. 91 do ECA, no item “a” do parágrafo 1º, as entidades de acolhimento devem oferecer “instalações físicas em condições adequadas de habilidade, higiene, salubridade e segurança”.

Vemos ainda Davi contar sobre sua vida escolar durante o período em que viveu no abrigo, onde, por conta de uma parenta de uma educadora que lá trabalhava, podiam tirar vantagem na hora da entrada na escola:

Quando a gente estava no abrigo a gente ia pra escola normalmente, e a escola ficava próxima dali. A gente andava uns 5 minutos a pé até a escola, e mesmo assim a gente sempre chegava atrasado na escola {risos}. Aí tinha a Marinete que trabalhava lá, e ela tinha parentesco com a Maria (educadora) também - acho que era irmã ou tia, não lembro -, e a gente tinha essa vantagem, porque era ela que abria o portão e fechava, então ela sempre sabia que a gente ia chegar atrasado e deixava o portão aberto até mais tarde pra gente poder entrar. Da escola não tenho assim tanta lembrança, porque pra mim foi normal mesmo.

Davi relata que sua vida na escola durante o período em que vivia no abrigo foi normal. Entrará em mais detalhes acerca de sua vida na escola mais adiante, mas contando sobre um momento de sua vida em que já não vivia mais no abrigo. Porém, o Davi-de-hoje

narra sobre o Davi-menino-que-foi-afastado-da-família e que vivia em abrigo, relatando que não tem muitas lembranças de sua vida escolar no período em que viveu no abrigo e que, para ele, foi normal.

Entretanto, Davi relata que os abrigados tinham certa vantagem pelo fato de uma das funcionárias da escola ter parentesco com uma de suas educadoras e permitir que as crianças entrassem, mesmo com atraso, o que, por sua vez, poderia implicar um descuido e negligência com a escolarização das crianças, tanto por parte do abrigo, que não as mandava no horário, como pela escola, que não se posicionava frente a essa situação e permitia o atraso.

4.5 Quando o abrigo garante a possibilidade do apadrinhamento afetivo e a construção de uma nova família afetiva que lhe resguarda afeto e cuidado

Davi narra que sua vivência no abrigo lhe possibilitou conhecer os dois lados da realidade. De um lado pôde ver a realidade de quem depende de muita luta e labuta para garantir a própria existência, e de outro, a realidade daqueles que mais facilmente garantem tal existência:

De alguma forma eu pude ver os dois lados, o que eu vivi com minha família, que era uma família que não era de uma classe social bem-sucedida, e lá no orfanato eu tive a oportunidade de conhecer famílias ricas também, porque a gente tinha essa opção de as pessoas virem buscar a gente de final de semana pra passear, que no caso geralmente eram pessoas que estavam a fim de tirar a gente de lá, de nos adotar. Então eu tive essa opção de conhecer os dois lados. O lado da classe social mais baixa e as pessoas que tinham uma condição de vida melhor.

Nesse contexto das pessoas que podiam ir visitá-los no abrigo e levá-los para passear, uma família se aproxima e marca um novo rumo em sua vida no abrigo. Ele ganha um padrinho afetivo, e torna-se afilhado. Um padrinho que o acolhe e até os dias de hoje o ajuda com suas necessidades. E mais: ganha uma nova família. Não apenas o padrinho, mas toda a família o acolhe e o considera como filho de seu padrinho, em suas palavras:

E a história com meu padrinho foi bem engraçada, porque na verdade era a sogra dele que me buscava no abrigo nos finais de semana, era sempre ela. E aí ele me viu, gostou de mim. Tanto que a família deles é tudo branca, são tudo branco, e eu, apesar de ser tão escuro, eles me chamam de negão lá {risos}, porque são tudo campineiro, branco, quase que alemão, que chega a ser vermelho {risos}. E pra eles foi novidade, ter um pretinho na família {risos}.

E enfatiza:

Sim, me identifico sim como da família de meu padrinho. Tanto é que essa sogra dele eu chamo de vó, os pais dele eu também chamo vô e vó, chamo ele de pai. A maioria das pessoas que iam me buscar no abrigo pra levar passear de finais de semana e que eu ainda tenho contato eu chamo de pai e mãe. Como minha mulher fala “eu gosto da outra sogra, mulher do seu padrinho, mais do que da sogra biológica”. E foram pessoas importantes. E todas essas pessoas também me tratam como filho, me chamam de filho. E meu padrinho e a mulher dele quando estão em situação de me apresentar pra alguém eles não falam “esse aqui é o menino que a gente ia buscar de final de semana no orfanato”, eles falam “esse aqui é meu filho”.

No apadrinhamento, Davi ganha um novo pai, e a identidade de filho retorna. Não filho de sangue, mas filho da relação de apadrinhamento. Do mesmo modo também ganha uma mãe. Assim, torna-se filho de duas figuras que não comungam de laços consanguíneos, mas que desempenham tal papel em seus cuidados, proteção e afeto, mesmo Davi não indo viver com eles para ser um filho adotivo. Desse modo contribuem para garantir a Davi as formas de relações de reconhecimento do amor, como destacado por Honneth, que se referem às relações primárias, afetivas, de amor, entre pais, filhos, amigos etc..

4.6 Quando a família não é aquilo que se espera ao retornar do abrigo

Como está previsto no ECA, o retorno da criança e do adolescente que está acolhido em abrigo deve ocorrer após um trabalho com a família, para que ela busque ressignificar as situações que estavam vivenciando e que levaram ao afastamento de seus filhos do convívio familiar.

Davi relata que esta é a esperança das crianças que vivem em abrigo: que ao retornar ao convívio de sua família de origem, as situações estivessem mudadas para melhor. Conta que, em seu caso, não foi o que aconteceu:

E quando eu saí de lá eu entrei em choque com a realidade, até mesmo com a minha família, porque minha família entrou na justiça pra poder tirar a gente de lá. Então, quando eu saí de lá foi outro choque, porque eu achava que seria diferente quando voltasse pra minha família. Porque a gente sempre acredita nisso, que quando sair do orfanato vai ser diferente, que vai ser melhor, e não foi. Quando eu saí de lá eu estava pra fazer 10 anos.

Nem sabia como eram (a família). Nem lembrava a afeição da minha mãe e nem da minha avó. E aí saí do abrigo aos dez anos e fui morar com minha avó. Mas não sabia nada, nem o nome da minha mãe eu sabia.

Vemos, assim, o menino do abrigo que não conhecia a família e que retorna ao seu convívio na esperança de encontrá-la em uma situação diferente, mas tal desejo subjetivo encontra impasse frente à realidade objetiva concreta:

Pra gente do orfanato, a gente sempre tinha essa vontade de poder sair, ir pra rua, poder fazer o que quiser na rua, então pra mim foi novidade, e eu achava que iria ser melhor. Achava que seria melhor porque eu achava que ia conseguir a liberdade que eu tanto queria, de poder sair pra rua, soltar uma pipa, jogar uma bola, fazer outras coisas. Então eu achava que seria positivo. Mas as dificuldades foram de adaptação, que eu sempre tive.

Podemos aqui abrir um espaço para pensar na saída de Davi do abrigo e em seu retorno à família com 10 anos de idade. Conforme já apontamos, existe um conjunto de normativas que preveem que, ao se afastar uma criança para inseri-la em uma instituição de acolhimento, não apenas a criança seja trabalhada pela política de assistência, mas também, e com mesma proporção de importância, sua família, com vistas a que esta família possa encontrar recursos para ressignificar sua história e novamente acolher os filhos em seu convívio, trabalho este que já deveria ter sido iniciado com a família antes mesmo do afastamento; mas retomemos o relato de Davi:

O Conselho Tutelar que fui buscar a gente e não tinha ninguém em casa, e só estava eu e minha irmã. A gente estava no pasto, que era um sítio, brincando com os cavalos, eu morava com minha mãe, ela e meu padrasto eram caseiros nesse sítio, e a gente estava sozinho, não tinha ninguém em casa, e o Conselho Tutelar foi buscar, e há uns dois dias atrás a gente tinha apanhado, a gente apanhou do meu padrasto, e foi por conta disso que os vizinhos denunciaram. A gente estava cheio de marcas, de vergões na perna, várias marcas de butuca de cigarro, no braço. Olha essa aqui que ainda tenho {mostra a mão com a cicatriz}, isso foi queimadura. E éramos eu e minha irmã.

Os motivos do afastamento de Davi da convivência de sua família são justificáveis, conforme as prescrições do ECA. Entretanto, vemos que houve a intervenção do CT para afastar as crianças do convívio familiar e, pelo relato de Davi, não houve contato algum entre a família e seus filhos por cerca de 7 anos.

Como narra, seu retorno se deu por conta de a família recorrer à justiça por sua guarda e de sua irmã. Com seu retorno, concluímos que a família teve êxito. Sabemos, porém, pelo relato de Davi, que ele e sua irmã ficaram privados do contato com a família até o retorno à sua convivência. Assim, podemos levantar algumas indagações: se a família de Davi é uma família que luta pela convivência com os filhos, por que, em outro momento, não houve busca

de outras possibilidades de preservar as crianças no seio familiar? Ou, em sua impossibilidade, por que não foi garantido o contato entre as crianças e seus familiares?

Vemos, assim, a intervenção do Estado no cotidiano da vida familiar de Davi para afastar as crianças da convivência com a família e que, posteriormente, permite sua reintegração a ela, no caso, para viver com a avó, devido à família que, depois de anos, consegue recorrer à justiça pela guarda das crianças. Os motivos para a não permissão da convivência das crianças com a avó no momento do afastamento ou a possível não busca ativa por parte da família extensa podem ser muitos. Porém, o que sabemos é que as crianças não tiveram contato algum com a família até o retorno, o que nos leva a pensar, conforme o ECA, que o que justificaria o não contato com a família deveria ser algum impedimento judicial que o determinasse. Mas isso levanta a indagação: se a família estivesse impedida do contato, como, então, conseguir a guarda das crianças novamente? E, se a família não poderia dar conta de cuidar dos filhos, por que, então, retornaram ao convívio familiar, sendo que a situação continuava a mesma, como destacou Davi, inclusive a mãe ainda convivendo com o padrasto?

Ouçamos Davi contar o que aconteceu depois que retornou à convivência familiar.

4.7 Quando o retorno à família exige que Davi trabalhe ainda menino para garantir a sobrevivência do grupo familiar

Então, eu saí de lá (abrigo) uma criança ainda, e eu tive que me submeter ao trabalho infantil. Porque eu vim morar com minha família, com minha avó em específico, e a cobrança dela de eu trabalhar, de eu gerar renda pra casa foi muito grande. E eu comecei a trabalhar com 12 anos de catar sucata. E aí já dá pra ver as diferenças das coisas.

Davi, o menino-que-não-conhecia-a-própria-família e que retorna ao seu convívio na esperança de encontrar um lugar diferente, agora precisa ir para a rua catar sucata para contribuir na luta diária da família para garantir sua sobrevivência. A realidade objetiva exige a emergência de uma nova personagem, o menino-trabalhador-catador-de-sucata, que luta para cuidar da família.

Davi comenta:

E isso me faz parar pra pensar que tem gente com 13 anos, 12 anos, que estão brincando de carrinho, e eu estava com uma carriola nas mãos com 100 kilos de ferro, 75 kilos de ferro dentro da carriola, e eu estava lá puxando. Você vê a molecada soltando pipa, e você não poder ir lá e comprar uma linha e ir brincar junto.

Embora Davi tivesse consciência da realidade de sua vida e da necessidade de batalhar para colaborar com o sustento da família, a desigualdade hegemônica que marca a realidade brasileira, nos moldes da sociedade capitalista, o faz perceber as formas de injustiça que imperam em nosso país e situam a exclusão das diferentes classes, em que de um lado se vê uma criança que pode gozar a infância, e, de outro, uma criança que precisa submeter-se ao trabalho infantil e outras formas de injustiça para tentar sobreviver.

Como vimos no primeiro capítulo, a questão social produzida nos moldes da produção do sistema capitalista acarreta nas diferentes formas de desigualdades e exploração social que repercutem diretamente no cotidiano de nossas vidas, excluindo grande parte da população do acesso aos bens culturais e econômicos.

Mesmo com sua batalha, Davi narra que ainda sofreu uma exploração não apenas do trabalho, mas de valores, haja vista a luta diária da família não dar conta de garantir o básico e Davi precisar recorrer ao padrinho afetivo do abrigo para solicitar auxílio na necessidade:

E de alguma forma eu também sofri uma exploração por questões de valores mesmo. Porque essa pessoa que eu falei que mantém contato comigo até hoje (padrinho), a minha avó me usava pra conseguir dinheiro com essa família, e em várias situações aconteceu isso.

O Davi que se sente explorado em seus valores e que vê as crianças brincando e não pode fazê-lo, pois precisa trabalhar, precisa recorrer a outra forma de prover o sustento à família: fazer malabares no semáforo:

Eu catava sucata e depois comecei a fazer malabares no semáforo. Sucata eu peguei por cerca de 8 meses. E malabares no semáforo, como a molecada dizia que ganhava bem, que dava dinheiro, aí eu fui e fiquei fazendo isso por mais de um ano.

Davi, o menino que foi para o abrigo ainda criança e ao retornar ao convívio de sua família espera encontrar uma situação diferente, precisa trabalhar como catador de sucata e submeter-se à situação de rua, fazendo malabares no semáforo para contribuir com o sustento da família, ficando privado de aproveitar a adolescência como gostaria. Todavia, mesmo diante desse quadro, Davi preocupa-se com seu futuro e organiza projetos de vida.

Vejamos o desenrolar de sua história.

4.8 Quando a rua se torna opção de sobrevivência e, mesmo tendo que submeter-se ao trabalho infantil em situação de rua, faz projetos de vida para o futuro

Já fiquei em situação de rua, mas não foi período grande. Dormi na rua algumas vezes. Como minha avó vivia me expulsando de casa, eu acabei ficando na rua algumas vezes. Teve uns dias que bateu uma loucura, e peguei uma coberta e fui pra rua.

(...)então a pessoa que ficava lá mesmo e sofria com todas essas situações de humilhação, de cobrança, de achar que eu tinha que assumir a responsabilidade de tudo, era sempre eu, mas nada disso me fez afastar da minha família.

Diante do cenário que vivia dentro de casa, Davi resolve não apenas utilizar-se da rua como possibilidade de prover o sustento da vida, mas a rua se torna opção para ter um lugar onde viver.

A cobrança que tinha em casa por parte da avó, de ser o responsável pelo provimento da família, bem como as situações de humilhação e exploração que nos relata, o levam a passar um tempo de sua vida em situação de rua. Porém, conforme enfatiza, nada disso o faz afastar-se de sua família. Vemos, assim, que, desde o retorno à família de origem, emerge uma personagem central que expressa o processo identitário de Davi, o cuidador-responsável-pela-família:

E é igual o povo fala, se minha avó não tivesse sido tão dura comigo em questões de educação, eu acho que eu não seria essa pessoa que eu sou hoje, porque eu vejo o resultado da minha irmã, que teve tudo e hoje não tem nada, por conta de minha irmã não ter tido essa cobrança de trabalhar, de estudar, de pensar um pouco mais no futuro. E minha avó exigia isso de mim, mas acho que de alguma forma, por ela me cobrar de trabalhar, eu criei um pouco essa perspectiva de poder buscar coisas melhores pra gente, pra minha vida e pra vida da minha família. E foi o que acabou acontecendo.

O Davi de hoje narra que as vivências em sua adolescência dentro de casa não foram fáceis para ele, e que produziram formas de sofrimento que o marcam até hoje. Todavia, reconhece que mesmo tais vivências e o posicionamento de cobrança da avó, diferente e mais forte do que aquele dirigido à sua irmã, propiciou tornar-se a pessoa que é hoje.

Embora Davi critique o posicionamento da avó com relação a ele e à exigência para que sempre trabalhasse e ganhasse dinheiro para contribuir no sustento da casa, também reconhece que foi importante o papel da avó em sua formação; sua exigência propiciou que buscasse sempre estar em uma luta constante para garantir o sustento à própria vida e das pessoas a quem lhe caberia ajudar a prover o cuidado:

E pedir no semáforo dava um dinheiro bom mesmo. Na época a gente pegava cerca de 60 reais por dia. Aí eu comprava umas coisas pra mim. E assim, o meu padrinho que me conheceu no abrigo abriu uma poupança pra mim, e aí ele sempre fazia um depósito nessa conta pra mim de certa quantia por mês, e eu não falava pra minha avó o quanto eu ganhava no semáforo, porque eu sei que se falasse ela ia querer pegar tudo, então uma parte eu também depositava nessa conta e a outra parte era pra ajudar na casa, ou pra mim comprar um tênis, algo pra mim, essas coisas.

Davi, mesmo tendo que lutar diariamente no semáforo pedindo ajuda de quem por ali passava, preocupa-se com o futuro que terá pela frente. Para tanto, cria uma estratégia para poder guardar uma parte do dinheiro que ganha e não ter que entregá-lo em sua totalidade à avó. Usa de uma artimanha para superar a contradição que marca sua vida, como em um movimento de regressão e progressão, cuja síntese podemos ver em seu relato:

Isso eu tinha cerca de 13, 14 anos de idade. Eu tinha projetos já para o futuro. Mas isso na realidade foi meu padrinho que trouxe pra mim. Ele disse que ia depositar esse dinheiro pra mim, pra no futuro eu poder pagar algum curso e tal, comprar material, essas coisas. E eu nunca cheguei a usar esse dinheiro. Tanto que uma parte da entrada que eu dei pra financiar a casa que eu comprei foi com esse dinheiro que estava na minha poupança que ele tinha dado.

Davi, o menino que foi para o abrigo e que não conhecia o próprio lar, conhece um padrinho (pai) que o incentiva e o ajuda a preocupar-se e preparar-se para o futuro; Entende a necessidade de tal projeto para o futuro e de investir em si mesmo, usando de uma artimanha para driblar a avó, com vistas a depositar uma parte do dinheiro que consegue na rua para fazer um curso profissionalizante. Como nos conta, ele nunca mexeu nesse dinheiro, o que nos faz ver que sua preocupação com aquilo que poderia tornar-se marca sua história. Como não precisou investir em um curso profissionalizante, nem em sua formação (como veremos mais adiante), Davi consegue comprar sua casa própria utilizando-se desse dinheiro para dar a entrada do imóvel. Eis um movimento: Davi, o menino que vai para o abrigo e se encontra longe de casa, e depois retorna, mas que em certo momento escolhe a rua, por não se identificar com o lar familiar, e ao mesmo tempo organiza seu projeto para o futuro; agora é dono da própria casa, possui o próprio lar, como veremos, e constitui a própria família.

4.9 Que busca não reproduzir o mundo da mesmice e seguir a política de identidade que marca a família e a comunidade onde vive, na luta pela constituição da própria autonomia

Vale aqui lembrar, como demarcamos no primeiro capítulo, que dados da pesquisa nacional (CNMP, 2013) acerca da realidade dos abrigos no país identificaram que o principal motivo que tem levado os agentes do Estado, hoje especificamente a figura do poder judiciário, a determinarem o afastamento de crianças e adolescentes do convívio com seus familiares tem sido o envolvimento dos pais com álcool e outras drogas, particularmente a dependência química dos pais. Isto, por sua vez, além da situação de pobreza que marca a realidade de todas essas famílias, gera outras situações problemáticas e de violação de direitos dentro do contexto familiar que repercutem diretamente na vida dos filhos, como vimos na história que Davi nos contou, sobre a relação entre ele e sua irmã e o padrasto, o que leva o Estado a intervir e afastar as crianças.

Davi, porém, ao ver as situações em que a mãe ficava por conta de fazer uso do álcool, busca não trilhar o mesmo caminho:

E de alguma forma essa experiência do álcool foi o que me impediu de buscar isso, porque a situação que minha mãe ficava. E todo mundo falava “nossa, tudo isso que você passou, você poderia ter virado um marginal, podia ter virado um bandido, um drogado”, e não foi assim.

Davi busca seguir por outras possibilidades que não a perpetuação do ciclo do álcool em sua família, que, perante os estereótipos vigentes na cultura, facilmente o alocariam em uma identidade depreciativa de um sujeito marcado pelo alcoolismo. É como se a política de identidade que marca a família de modo predicativo fosse rejeitada por Davi, em busca de uma identidade que visa alcançar a condição de *ser-para-si*, como um movimento de ressignificação desta história e de sua identidade.

Do mesmo modo, Davi busca alternativas aos modelos identitários que tais políticas de identidade visam delinear para a construção da identidade daqueles que vivem no bairro onde cresceu:

E de alguma forma eu também não me deixei levar pela situação do meu bairro, porque a molecada que morava lá, uns 70%, eram usuários de droga, ou estava envolvido com o tráfico, ou vivia fazendo roubo, e nenhum deles me influenciaram a fazer o que eu fiz. Então, com essas coisas eu sempre tive a cabeça muito forte.

Davi não responde às exigências das políticas identitárias que se inscrevem na realidade de sua família e de seu bairro, e sim busca, em um processo de negação das condições e dos discursos que lhes negam a possibilidade de atingir a condição de ser-para-si, a construção e afirmação de uma identidade política que busca construir sua autonomia, uma identidade que comporte sentido àquilo que julga que vale apenas ser vivido. Em suas palavras:

Não é porque a gente vive numa comunidade em que há a vulnerabilidade que a gente tem que ser igual, que porque nosso irmão de comunidade trafica que a gente tem que ser igual, é a gente poder dar outra opção também, dar possibilidades, porque de alguma forma eu também contribuo pra formar as pessoas, não estou só me formando, mas também estou transformando. Acho que essa é a frase que sigo.

Lembremos as discussões no segundo capítulo, em que demarcamos, a partir da perspectiva de Ciampa (2009) e Lima (2010), que, embora seja difícil dimensionar o grau de liberdade de um indivíduo no processo de constituição de sua identidade, devido à forte influência das relações sociais que marcam sua vida, enfatizamos que a reprodução do social na vida de um indivíduo possibilita a abertura para um movimento que permite que tal indivíduo dê um sentido próprio a essa influência, podendo fazer algo com aquilo que fizeram dele. Deste modo, vemos claramente que Davi busca alternativas e possibilidades para não seguir os padrões pré-definidos que comportam as políticas identitárias que permeiam sua vida; busca ressignificar os discursos que visam cooptá-lo para determinadas formatações de identidade, na tentativa de fazer algo com as condições objetivas e subjetivas que o impedem de concretizar aquilo que almeja para si.

É possível observar (além do já exposto, iremos ver ainda, no decorrer de nossa análise), as condições objetivas e subjetivas sendo articuladas o tempo todo na vida de Davi, sendo fortemente determinantes em sua história, na busca que Davi faz para encontrar saídas e formas de resistências frente às esferas objetivas e subjetivas de vida, para concretizar aquilo que lhe é projeto particular.

Isto não implica afirmar que Davi se liberta de suas determinações exteriores, das condições objetivas, mas busca transformá-las em autodeterminação, em processo de construção da autonomia; é a luta para encontrar uma unidade entre a subjetividade e a objetividade, entre o desejo e sua finalidade, buscando construir sua própria identidade, que, podemos considerar, sua identidade política em busca de autonomia e emancipação, em que visa romper com a homogeneização que impera nas políticas identitárias dos grupos de que faz parte.

4.10 Quando se vê o mundo da mesmice reproduzindo-se na história da família de Davi

E ela (mãe) teve mais dois filhos depois que a gente saiu do orfanato, que são meus irmãos mais novos, e eles passaram as mesmas situações, de chegar a passar fome, ou de chegar a serem usados a ponto de pedir dinheiro e usar pra exploração, essas coisas.

Davi nos relata sobre os outros irmãos mais novos, que passaram pelas mesmas situações que ele: ter de pedir dinheiro, exploração, passar fome; vemos um ciclo que se repete, é o mundo da mesmice perpetuando-se no cotidiano da história da família de Davi, que, em última instância, revela a não garantia de alguns direitos e bens básicos de vida que atravessa as gerações de sua família. Isto, por sua vez, é um dos reflexos da lógica do sistema produzido sob a forma do capitalismo e a ineficiência de políticas públicas dirigidas às famílias que deem conta de ressignificar suas realidades.

Voltemos a escutar Davi:

E um pouco antes de eu fazer esse financiamento da casa, minha mãe ainda estava no mundo do álcool, bem debilitada, e ela largou do meu padrasto que judiava da gente, mas arrumou outro cara que batia nela, e a gente estava com esse conflito, se a gente tentava tirá-la da rua ou não, ou se deixava, até que ela começasse a prestar atenção nas coisas que ela estava fazendo.

Já seguindo a própria vida, Davi vê a mãe ainda na mesma situação: envolvida com o álcool, debilitada, deixa o padrasto que era agressivo com os meninos, mas se envolve com outro parceiro que, por sua vez, reproduz a mesma violência dirigida a ela. A personagem cuidador-responsável-que-zela pela-família se preocupa com a vida da mãe. O que fazer: intervir ou deixar que a mãe encontre seu caminho sozinha?:

E chegou um dia que não teve mais jeito, que até esse cara que ela tinha arrumado (namorado posterior ao padrasto) botou ela pra fora de casa, e aí ela acabou ficando pra rua, ficou uns seis meses na rua. Até o dia que a minha avó foi atrás, mas não adiantou, porque em casa ela entrou em abstinência por conta do álcool, e não conseguia parar. E em casa minha avó não deixava ela beber, e aí ela fugiu de casa e foi pra rua de novo.

Reprodução do mundo da mesmice. O mundo da mesmice se reproduz na história da mãe e continua marcando a história da família de Davi. Vemos as mesmas situações que marcaram a vida de Davi, que, embora em outra condição em que a rua era o lugar para ganhar o sustento a fim de garantir a sobrevivência da família, essa mesma rua agora acaba ocupando um significado na história desta família, sendo o lugar da sobrevivência e refúgio:

E depois que eu consegui comprar a casa, dois anos depois minha mãe conheceu o último cara com quem ela está agora, e esse cara foi a cabeça dela, porque ele simplesmente encontrou ela na rua e falou pra ela ir morar com ele, sem conhecer, sem nada. E a partir daí começou a gerar a mudança na vida dela. E ele falou pra ela “eu dou umas semanas pra você pensar, eu sou solteiro, acabei de perder minha esposa, quero alguém pra estar junto comigo”. E a partir dele, nessas semanas que ela ficou pensando de ir morar com ele ou não, ela acabou largando a bebida e voltando pra casa, e nesse tempo ela acabou aceitando a proposta dele e foram morar junto e dois meses depois eles casaram. Foi uma história bem rápida e teve resultado. Desde quando ela parou de beber nessa vez, ela não voltou mais a beber. Aí ela virou evangélica e a religião deu um pouco mais de responsabilidade pra ela e ocupou mais o tempo dela pra ela não pensar mais nessas questões de uso do álcool.

Vemos aqui o momento da chegada de uma pessoa externa à família, mas que se compromete com a história desta família e contribui para o movimento de mesmidade da mãe de Davi frente à reprodução do mundo da mesmice; contribui, assim, para que possam ressignificar o ciclo do mundo da mesmice que se reproduz na história da família de Davi, de modo específico na história de vida de sua mãe, e, deste modo, a mãe de Davi começa a dar novos rumos para sua história de vida. É importante ainda olhar para a instituição religiosa e que atravessa a vida da mãe neste momento de processo de ressignificação do mundo da mesmice e abertura para outras possibilidades; isto irá aparecer na história de Davi, haja vista, como comentado, até sua personagem em sua narrativa carregue o nome de uma figura bíblica.

Do mesmo modo ainda, percebemos outro elemento semelhante à história do próprio Davi, quando nos relata sobre a relação que tem com seu padrinho afetivo, que o conheceu quando ainda morava no abrigo. É uma pessoa externa à família, mas predisposta a comprometer-se com sua história de vida, e, por meio de ajuda tanto financeira quanto de outras dimensões, possibilita que Davi possa ir dando novos rumos e novos sentidos à sua história de vida, bem como a de sua família.

Na sequência de sua narrativa, Davi nos conta que enquanto sua mãe encontrava novos sentidos para sua vida, quem estava no mundo antes vivido pela mãe era sua irmã:

E enquanto isso quem estava desandada, como o povo fala, era minha irmã.

Davi relata que sua irmã também viveu as mesmas situações que a mãe. Envolveu-se com o uso de drogas, situação de rua, situações de violência com pessoas desconhecidas e conhecidas, entre elas alguns parceiros com quem se envolveu:

Minha irmã, que é três anos mais velha que eu, teve filho com 16 anos. E hoje tem 26 anos, quase 27, e está com 4 filhos, faz uso excessivo de cocaína, cerveja. Saía de casa na sexta-feira e voltava na quarta e passava todo esse tempo fora. Vivia arrumando briga com pessoas na rua. Já chegou a vir careca pra casa duas vezes, porquemeninada pegou ela de coro e cortou o cabelo. Então, passou por tudo isso. Só que tinha um porém, porque ela chegava em casa e não tinha aquela coisa da minha avó corrigir, de chamá atenção, era o contrário, não tinha essa questão de querer educar, era só passar a mão na cabeça e ela melhorava, crescia o cabelo, e voltava pra rua.

Narra que a irmã é a garota que sai, faz o que quer e como quer, e que ninguém fala nada. Porém, como vimos anteriormente, destaca que com ele era diferente, que havia cobranças e que além de tudo precisava trabalhar, já menino, para ajudar a cuidar e sustentar a casa.

Podemos ver que Davi comenta acerca das situações as quais a irmã vivenciava e que marcam uma repetição da história vivenciada por sua família. A irmã que vai para rua, faz uso de drogas como a mãe, e que sofre violência constante de pessoas na rua e do próprio parceiro:

E como que a droga influência em muitas situações, porque minha irmã não largava dele (namorado) por conta disso, porque ele comprava droga pra ela. E um dia chamamos a polícia, e minha irmã disse ao policial que minha avó obrigava ela a se prostituir pra colocar dinheiro em casa, mas nunca teve isso. Era o contrário, eu que trabalhava pra manter a casa e minha avó usava o dinheiro da aposentadoria dela pra comprar as coisas pra minha irmã. E de alguma forma essas coisas abalaram um pouco o relacionamento entre as duas (irmã e avó) e minha irmã foi embora e não voltou mais.

Mesmo quando a família tenta intervir para que a irmã de Davi possa romper com o ciclo que se repete em sua história, para que ao menos não sofresse mais situações de violência como a mãe sofria e eles mesmos (Davi e irmã) quando ainda eram crianças, por parte do padrasto, a irmã de Davi cria um discurso contrário ao da família:

Ela (irmã) nunca assumiu pra gente que usava essas coisas, mas a gente sabia. Porque os contatos que eu tinha com o pessoal do bairro onde eu morava, eu tinha conhecimento se ela comprava droga ou não. E os moleque falava “ela vem aqui todo dia comprar droga”. E várias situações da gente dar cesta básica pra ela e ela vender pra poder comprar droga.

A família luta diariamente para garantir seu sustento, e busca ajudar a irmã de Davi a garantir sua sobrevivência e de seus filhos. Todavia, as situações continuam a reproduzir-se e sua irmã chega a perder a guarda dos filhos:

E nessa época era só cocaína e álcool, depois disso, quando ela teve o terceiro filho, ela começou a usar crack, e o outro cara com quem ela começou a se relacionar usava crack. Aí ela perdeu a guarda dos dois filhos mais novos que estavam com ela, e os dois mais velhos minha avó já estava com a guarda. Porque ela não cuidava, ela saía de final de semana e deixava os filhos lá. Aí minha avó entrou na justiça e pegou a guarda dos dois mais velhos e os dois mais novos foram para o abrigo. Aí o mais novo, recém-nascido na época, a cunhada dela conseguiu pegar.

A história da mãe se repete na história da filha: perde o direito de cuidar dos próprios filhos e são afastados de seu convívio, ficando eles sob a guarda inicialmente do abrigo e depois de outros familiares.

Vemos, assim, o mundo vivido por uma geração sendo reproduzido no mundo vivido por uma geração seguinte, o que, por sua vez, pode ser entendido como a reprodução de um ciclo de não garantia de direitos e até mesmo violação desses direitos, tanto da irmã de Davi como de seus filhos.

Na sequência vemos o Davi-de-hoje contar que a personagem Davi-cuidador-responsável-que-zela-pela-família se entristece por sentir-se responsável pela situação vivida pela irmã e ao deparar-se com a impossibilidade de desempenhar tal personagem na vida dela. As impossibilidades da representação desta personagem, devido aos processos jurídicos que envolvem o afastamento de uma criança de seu seio familiar, fazem com que Davi sintasse abalado e entristecido:

E essas situações foram assim chocantes pra gente, porque de alguma forma eu me sentia responsabilizado por minha família. Porque eu falava pra mim mesmo “eu sou o mais responsável da família toda, é obrigação minha zelar por isso”, e eu acabei ficando um pouco abalado por conta disso também porque eu não pude fazer nada.

E quando o Conselho Tutelar foi atrás das crianças foi tudo muito rápido, não teve nem como ir atrás, e eu não tinha condições pra isso por conta de ter que pagar advogado, por conta de que é uma burocracia muito grande, e eu tinha acabado de casar, estava com minha mulher e meu filho. E foi muito frustrante pra mim não poder fazer nada.

Davi tenta desempenhar a personagem de cuidador que é responsável pela família, mas a intervenção do Conselho Tutelar e a burocracia que vigora nos processos jurídicos impedem que a família realize algo para não permitir que as crianças fossem afastadas do contexto familiar.

Temos aqui dois importantes pontos para refletir: por um lado, a família extensa, que revela ter interesse em cuidar das crianças e deseja ficar responsável por elas, e, por outro

lado, conseqüentemente, o Estado, que realiza a intervenção na vida da irmã e sobrinhos de Davi e não resguarda todas as possibilidades de manutenção da convivência das crianças no contexto dos possíveis familiares.

Criou-se, no imaginário social, a ideia de que as famílias que possuem filhos em situação de abrigamento são famílias que menosprezaram, abandonaram ou descartaram seus filhos, sendo assim entendidas como incompetentes (NASCIMENTO, CUNHA e VICENTE, 2007), e desconsideraram-se os impactos da produção da sociedade sob a forma capitalista e dos interesses econômicos no cotidiano da realidade humana, bem como a ausência e insuficiência de políticas públicas dirigidas à família, que lhes garantam uma vida digna de ser vivida e lhes possibilitem cuidar de seus filhos.

Também é forte ainda a ideia de que as crianças que vivem em abrigos são órfãs, como discutimos. Ao contrário do que se imagina, como apontamos no primeiro capítulo, a grande maioria das crianças e adolescentes que vivem em abrigos possuem família. E parte considerável dessas famílias possui interesse em conviver com seus filhos, tendo-os sob suas guardas e seus cuidados. O que vale enfatizar é que as políticas sociais (por exemplo ECA, 1990, CONANDA, 2006 e CNAS, 2009) expandem o conceito de família para além do modelo nuclear e de pessoas com laços consanguíneos. Pensa-se nas possibilidades de família extensa, incluindo tanto parentes como pessoas da comunidade, etc..

Já discutindo nosso segundo ponto, o que vemos acontecer com a irmã de Davi é que não houve nenhum trabalho e nem busca para saber se havia algum familiar interessado em ficar com os cuidados das crianças, enquanto a mãe (ou os pais) fosse acompanhada pela política social, juntamente com a família, com vistas a colaborar para que ela pudesse ressignificar as situações que levaram ao afastamento das crianças. Entretanto, não podemos desconsiderar que, com o conhecimento da família das situações vividas pela irmã de Davi, essa família já deveria estar acompanhando estas crianças antes da intervenção.

Todavia, cabe aos agentes sociais do Estado fazer a busca pela família, a fim de conhecer se há possibilidade de essas crianças ficarem com outras pessoas que lhes possam garantir cuidado. Conforme demarca o “Plano Nacional” (CONANDA, 2006), devem ser realizados todos os esforços na tentativa de garantir que a criança não necessite ser afastada do contexto da convivência familiar, seja na família de origem ou na família extensa. No caso, vemos, na narrativa de Davi, que havia pessoas que poderiam cuidar dos filhos de sua irmã. E não apenas ele e a avó, mas outros familiares, inclusive por parte do pai das crianças, como nos contou.

O que acontece é que o Estado, representado principalmente pelo poder judiciário, julga que em certas situações seja necessária uma intervenção no contexto da vida de determinadas famílias, para que seus filhos sejam afastados de seu convívio, sob a justificativa de que tais famílias não possuem condições para cuidar de seus filhos, os quais ficam, assim, em situação de risco pessoal e/ou social.

Como consequência, ainda vemos Davi apontar outra problemática: a intervenção do Estado para afastar a família de modo muito rápido e que não garante a busca de possíveis familiares ou pessoas com vínculo com as crianças que poderiam ficar como seus responsáveis; bem como, ao serem afastadas da convivência familiar, coloca-se outra dificuldade de retorno à família de origem ou extensa, por conta, principalmente, da enorme burocracia e morosidade que vigoram nos processos jurídicos.

4.11 Quando a personagem cuidador-responsável exige que Davi desempenhe a função de protetor para garantir a sobrevivência da família, e vemos um processo de modulação da personagem

Ao lembrar-se de situações de violência sofridas pela mãe, Davi nos conta de quando, ainda adolescente, viu a mãe sendo violentada pelo padrasto (o qual vivia com eles quando foram afastados para irem para o abrigo) e envolveu-se na situação para protegê-la:

E esse meu padrasto, teve uma situação quando ela morava num outro bairro antes desse (bairro) que ele está morando hoje, ele chegou bêbado e minha mãe estava em casa fazendo comida, quando a gente morava na minha avó e ia de final de semana posar lá, meus irmãos moravam com ela. Aí uma vez bêbado ele trancou o portão e começou a bater nela (mãe) lá dentro, eu estava com 14 anos, eu arranquei aquele portão no pé e fui pra cima dele, e nessa vez eu bati muito nele. Eu não sou de partir pra agressão, mas têm duas coisas que me tiram do sério que é agredir minha mãe ou falar mal dela. {fica emocionado ao começar a falar da mãe e começa a chorar}. Por mais que a gente tenha passado por todas essas situações, como ter ido para o orfanato e ter sido um tanto esquecido, eu amo minha mãe. Então, defendo ela a todo custo. Se for preciso até dou minha vida pra que ninguém faça mal a ela.

O Davi-filho-da-mãe-biológica, que também é filho-do-padrinho-afetivo, ao falar sobre ela fica emocionado e não contém as lágrimas. E vemos aqui aparecer uma função da personagem cuidador-responsável-que-zela-pela-família, a de protegê-la. Davi já aparece em diversas cenas da história que temos acompanhado como o cuidador-responsável-que-zela-pela-família, e neste momento o vemos claramente desempenhando uma de suas funcionalidades, aquele que a protege, inclusive de situações de violência.

Podemos ver, por meio de sua fala, o quanto uma pessoa que, mesmo tendo sido afastada do convívio de sua família e por muito tempo não ter tido contato algum com ela, ainda assim possui zelo por esse grupo, a ponto de dizer que oferecia a própria vida para que seus entes possam bem viver. Vemos assim como a personagem cuidador-responsável-que-zela-pela-família é forte em sua história.

Examinemos outras situações em que Davi vê a mãe sendo violentada por seus parceiros e acaba precisando recorrer à contenção física para protegê-la:

Teve três situações de eu agredir uma pessoa por conta dela. Teve essa vez, com esse pai dos meus irmãos. E teve um outro cara que ela conheceu depois. Esse eu cheguei a dar facada nele. Foi a mesma situação que a anterior, mas esse cara ameaçou ela com faca. E aí a gente chegou de surpresa na casa dela, e foi quando ela começou a tentar a sair do álcool, e ela morava com esse cara numa rua atrás de casa, aí cheguei lá e ele estava discutindo com ela com a faca na mão, eu passei uma rasteira nele, peguei a faca e foi inevitável, comecei a dar facadas. Mas aí minha irmã e minha avó separaram e não aconteceu nada grave. Isso eu estava com 16 anos.

Mas são situações que acabam me fazendo perder a cabeça. Eu costumo falar que minha mãe é um deus pra mim. Independente de tudo o que aconteceu com a gente. Mas é a única coisa que me faz perder a cabeça pra chegar a defender.

O menino que vivenciava situações de agressão por parte do padrasto e que o via violentar também a mãe, agora se torna o responsável por protegê-la desse tipo de violência. É como se o menino que era violentado dissesse não a reprodução da violência dos homens que viveram com a mãe e que era reproduzida a todos os membros da família, mãe e filhos. Precisa recorrer também à contenção física, mas é a forma que encontra de fazer subversão à mesmice que impera no contexto da vida de sua família, a qual perpetua as violências vividas no seio familiar.

Vejamos ainda quando Davi-irmão e que também desempenha a personagem cuidador-responsável, narra episódios em que vê sua irmã vivenciando as situações vividas pela mãe:

Teve uma época que o vizinho nosso que ela (irmã) tava namorando e que acabou engravidando dele, ele fazia uso excessivo de maconha e cocaína e acabava perdendo o foco, batia nela, espancava ela, e a gente escutava tudo do outro lado do muro, e minha avó não tinha coragem de intervir, de ir lá pegar pelo braço e falar que ela não iria mais lá, vai ficar em casa. Aí teve um certo dia que eu saí da escola e tinha um pagode perto de casa, e eu saía de sexta-feira e ficava direto lá, e nesse dia, umas duas horas da manhã, vi minha avó vindo no frio atrás da minha irmã, porque esse namorado dela, nosso vizinho, estava atrás dela com um pedaço de ferro dizendo que ia matar ela de bater. Aí eu fui atrás, entrei na briga, acabei brigando com ele.

E várias vezes eu mesmo tive que entrar em briga de meninada querendo pegar ela de faca pra rua. Então são várias situações que eu acabei presenciando.

O Davi cuidador-responsável-que-zela-pela-família, que busca não seguir o mesmo caminho que perpassa por gerações a história de sua família, precisa envolver-se em situações problemáticas da mãe e da irmã para garantir sua proteção e sobrevivência, e que, embora não quisesse participar de questões que marcam o envolvimento da família com o álcool e drogas, em situações em que a mãe e a irmã estão em risco, precisa aparecer não apenas aquele que desempenha a função de cuidar, mas também a de proteger. É o mesmo Davi responsável pela família, que não apenas cuida, na labuta diária para conquistar o sustento para a casa, mas que, em situações nas quais seus familiares se encontram em risco, desempenha uma função importante para garantir a sobrevivência da família e que integra as funcionalidades do cuidador em sua dimensão ética, representado como aquele que também protege.

Nesse sentido, é possível vermos uma forma de modulação da personagem que não se constitui pela construção e superação de uma personagem pressuposta e reposta, mas pela emergência de uma nova função de uma personagem que já vinha sendo desempenhada. Dito de outro modo, há a atualização de uma personagem já desempenhada, no caso a atualização da personagem cuidador-responsável e que agora também desempenha a função daquele que busca dar proteção, e que aparece devido às circunstâncias dadas que exigem a sua emergência para garantir a sobrevivência e proteção da família.

Assim, isso constitui uma nova forma de representação e expressão da personagem, que nos possibilita ver um dos movimentos do processo de metamorfose da identidade, na construção de uma personagem (re)atualizada e que a conserva, a renova e a transforma em uma nova forma de ser.

A (re)atualização da personagem cuidador-responsável em Davi, por sua vez, explicita a metamorfose em sua dimensão processual, na medida em que vemos um processo de transformação da personagem que emerge devido às circunstâncias exigirem uma nova função e que cabe àquele que cuida. Assim, faz sentido ainda olharmos o modo como são articuladas as condições objetivas e subjetivas na vida de Davi. As condições objetivas (no caso aqui as situações vivenciadas pela mãe e a irmã) sendo determinantes para o surgimento da função de protetor da personagem Davi-cuidador-responsável, na medida em que subjetivamente há a implicação em cuidar e zelar pela vida da mãe e da família.

Por meio do desempenho de uma nova função, devido à exigência das circunstâncias, a personagem possibilita ao sujeito representar a si mesmo como um outro que é ele e também

é a mesma personagem, mas que ao mesmo tempo não é, na medida em que representa uma personagem atualizada, porém não há o abandono da personagem antiga e suas funções, e, assim, pode representá-la na mesma medida em outros contextos, do mesmo modo que pode representar esta personagem desempenhando sua atualização, do cuidador-responsável que também protege.

Desse modo, podemos pensar que este movimento da metamorfose na identidade de Davi aparece como uma forma de modulação da personagem, e iremos recorrer aqui às contribuições da teoria musical, que podem nos ajudar a entender a ideia de modulação.

Muitas músicas possuem diferentes tonalidades. O termo modulação, na teoria musical, significa, em última instância, mudança na tonalidade da música. A modulação consiste em mudar a tonalidade da música para uma outra e marca as diferenças entre os trechos de uma mesma música. Ao modular muda-se o centro tonal da música, ou seja, os acordes – conjuntos de notas que dão a base sonora da música - passam a ter novas funções e, às vezes, são alterados quanto ao modo. As modulações geralmente são curtas e duram pouco tempo, e retornam à tonalidade original, ou seja, resguardam a originalidade do tom.

Do mesmo modo, podemos usar o conceito de modulação para fazer uma leitura acerca deste movimento de mesmidade na identidade de Davi.

Já ficou claro que ele, assim como todos os seres humanos, comporta diferentes personagens, e estas podem sofrer processos de transformação em diferentes tonalidades e intensidades; no caso de Davi, vemos a personagem cuidador-responsável desempenhar uma nova função e isso lhe dá uma nova tonalidade, intensidade, funcionalidade e sentido; é a esse fato que estamos chamando aqui de modulação da personagem.

Este fenômeno que estamos chamando de modulação da personagem está pressuposto na ideia de (re)atualização de personagens em Ciampa, e aparece explicitamente neste processo de constituição da nova função do cuidador-responsável que ocorre no caso de Davi.

Trata-se, assim, do processo de emergência e construção de novas funções, tonalidades e sentidos de uma personagem, ou seja, da mudança da tonalidade de uma personagem, mas que (re)atualiza uma personagem que já vinha sendo desempenhada anteriormente. Como na modulação musical, transforma-se a personagem, mudam-se suas funções, às quais se acrescentam outras e novas; é uma personagem (re)atualizada que constitui-se por novas funções, tons e sentidos incorporados a uma personagem já desempenhada.

Isto ainda não exclui a possibilidade de o sujeito desempenhar a mesma personagem por meio de funcionalidades e sentidos de outrora; a representação da personagem vai

desempenhar suas funções e expressar a si mesma de acordo com o interesse de cada sujeito e as exigências de cada contexto.

Como afirma Ciampa (2009),

(...) as personagens são vividas pelos atores que as encarnam e que se transformam à medida que vivem suas personagens. Enquanto atores, estamos sempre em busca de novas personagens; quando novas não são possíveis, repetimos as mesmas; quando se tornam impossíveis tanto novas como velhas personagens, o ator caminha para a morte simbólica ou biológica (CIAMPA, 2009, p. 163).

Do mesmo modo que há o processo de construção e (re)atualização de personagens, também ocorre o seu contrário, o processo em que determinadas personagens deixam de ser desempenhadas. Os motivos pelos quais um sujeito deixa de desempenhar uma determinada personagem só podem ser entendidos em uma análise esmiuçada de sua narrativa de história de vida. Mas, sem determinar nenhum a priori, podemos pensar que estes motivos podem ocorrer livremente, por escolhas pessoais, ou ser influenciados ou determinados pelas relações instituídas com os outros ao longo da vida que, por meio das formas de reconhecimento e políticas identitárias, podem ir impedindo a expressão de uma ou certas personagens.

Conforme assinala Gonçalves Neto (2015), os processos de superação e reposição de personagens podem ser entendidos apenas a partir da análise das narrativas de história de vida dos sujeitos, em que cada personagem revela aquilo que constitui a singularidade da identidade, como uma identificação diferenciadora. E tais processos podem ser determinados por diversos fatores. Dentre eles destaca: “as condições concretas de vida a que o indivíduo está submetido e o reconhecimento social dado pelos outros àquela determinada forma de apresentar-se no ‘palco social’” (p. 75).

4.12 Quando a escola constitui o que não encontra na família, e começam a emergir novas personagens

E eu encontrei um certo estímulo na escola que creio que foi fundamental também nessa época de transição da minha mãe parar de beber ou não parar de beber, voltar pra casa ou não voltar. Porque eu tive duas professoras que foram muito boas pra mim, a minha professora de português, a Maria, que me estimulou a escrever poesias, e foi daí que eu comecei a ter mais contato com o hip hop, porque eu comecei a escrever letras de rap e comecei a dançar, e na escola eu era conhecido porque eu organizava praticamente uma festa na hora do recreio, porque eu ensinava o pessoal a dançar e todo mundo dançava junto, e aí eu acabei me tornando referência. E aí a diretora me chamou pra começar a organizar um grêmio na escola e foi aí que eu comecei a me envolver mais com as questões políticas, de militância e de buscar outras coisas.

Davi, o menino que sai do abrigo e volta para a vida em família e precisa trabalhar ainda na infância e na adolescência para contribuir com seu sustento, ganha espaço dentro do contexto escolar. Envolve-se com questões políticas e com o grêmio estudantil, mobilizando os demais estudantes a envolverem-se na cultura do hip hop por meio da música e da dança, e começa a escrever letras de rap. Vemos, assim, a emergência de outras personagens que Davi irá preservar em seu futuro como veremos adiante. Dentre as mais significativas estarão, como veremos, o Davi-escritor-de-letra-rap, o Davi-que-promove-a-cultura-hip-hop (embora ambas as personagens estejam relacionadas ao mesmo universo cultural) e o Davi-que-se-envolve-com-política.

Davi ainda nos conta da falta de sua família em acompanhá-lo na vida escolar, e diz que isso o fez encontrar parte de sua família também na escola, pois os (as) atores (as) escolares, entre eles (as) os (as) professores (as) com quem tinha contato mais direto - inclusive uma das professoras foi quem o acompanhou em sua formatura -, bem como a atitude da diretora em incentivá-lo a participar do grêmio, e podemos pensar que tantos outros atores, dentre eles os próprios colegas alunos, estiveram próximos na formação de Davi durante o período em que esteve na escola:

E minha avó e minha mãe nunca foram pra escola pra saber como eu estava lá, pra saber minhas notas, ou pra saber se eu estava aprontando ou matando aula ou fazendo bagunça, nunca teve isso. Tanto que em minha formatura de oitava séria quem entrou comigo foi minha professora de português, a Maria. E isso foi um estímulo pra mim, porque de alguma forma eu encontrei uma parte da minha família dentro da escola, que eu não encontrei em casa.

Entretanto, Davi nos traz uma outra figura em sua vida, e que podemos entender como significativa em sua história, o tio:

E meu tio também que foi uma pessoa que me incentivou bastante, que da minha família foi a única pessoa que me apoiou, que não fez pré-julgamento comigo, não falou que estava certo e nem que eu estava errado. Simplesmente dizia “Se você acha que é certo faça. Se acha que vai fazer bem pra você faça. Não ligue pra aquilo que os outros vão dizer”. Então, eu tive esse estímulo por parte dele nesse sentido.

Dentro do grupo familiar, o tio foi a única pessoa que, segundo Davi nos conta, o incentivou de alguma forma e o estimulou a lutar por aquilo que julgava bom e desejava viver, dando apoio para que ele pudesse buscar e tentar alcançar seus projetos.

4.13 Que acaba sendo preso e se vê na impossibilidade de seguir com a vida e se inserir

no mercado de trabalho, mas encontra pessoas que lhe possibilitam construir novos projetos

Neste episódio vemos Davi relatar que as situações que vivia dentro de casa o levam a querer sair de lá para tentar viver em outro lugar, e o meio que encontra para fazer isso é cometendo um roubo:

E assim, minha irmã, acho que por ser a mulher da família, aos olhos da minha avó era a pessoa perfeita. E assim, eu nunca deixei de estudar, nunca deixei de trabalhar, e minha irmã não, minha irmã sempre aprontou e sempre a pessoa errada em casa era eu. Mas eu faço uma avaliação hoje, eu olho pra trás e penso “eu não era a pessoa errada”, e eu fui a única pessoa que ficou com minha avó por um bom tempo. Minha irmã mesmo saiu de casa com 17 anos, então a pessoa que ficava lá mesmo e sofria com todas essas situações de humilhação, de cobrança, de achar que eu tinha que assumir a responsabilidade de tudo, era sempre eu, mas nada disso me fez afastar da minha família. Mas chega um momento na vida que essa pressão acaba abalando o psicológico, e chegou um certo momento da minha vida que eu cheguei a roubar, aí roubei e fui preso, por conta de toda essa pressão, de eu ser sempre humilhado em casa, de ela me mandar embora de casa várias vezes por várias situações. E eu acabei roubando. E assim, eu não me arrependo dessa atitude que tive, porque foi o único meio que tinha pra poder sair de casa. Eu saí de casa com 19 anos, e fui morar sozinho depois que saí do presídio.

Embora Davi tivesse uma poupança desde menino na qual guardava o dinheiro que ganhava com seu trabalho e a ajuda do padrinho afetivo, acaba por cometer um roubo para tentar fugir das situações que julgava que lhe eram humilhantes dentro de casa, e termina sendo preso por isso.

Vale aqui retomarmos nossa discussão sobre identidade quando falamos da atividade que predica o ser, e o coloca como uma pressuposição dada permanentemente e não uma atividade desempenhada.

O ato de cometer um furto tende a deixar uma marca no sujeito, entendida pela sociedade como um traço que define seu ser, conformando-o no lugar da personagem criminoso. É como se a identidade pressuposta de uma possível representação ou reposição de uma personagem fosse dada permanentemente e não como se dando, configurando uma atividade que predica o ser, mesmo que o sujeito deixe de desempenhar tal atividade, como vimos com o Severino-lavrador que já não lava. Dito de outro modo, a personagem criminoso, no cenário social, é uma personagem fetichizada.

Esses indivíduos são entendidos pela sociedade como aqueles que não se adéquam a seu convívio e vistos como ameaças sociais, que devem ser afastadas ou eliminadas.

Como destaca Lima (2010), a criminalidade, assim, é ligada à ideia de mente primitiva, e isso acaba por ausentar as influências das condições sociais na construção da

personagem criminoso, na mesma medida que a sociedade se coloca apenas como vítima deste indivíduo.

Não vemos Davi identificar-se com a personagem criminoso, como veremos, mas o desempenho de uma atividade que se liga a essa personagem poderia marcar sua identidade de modo depreciativo e fetichizado. Vejamos o que Davi nos conta:

E depois de um tempo eu acabei sendo preso. Fiquei seis meses no presídio. E eu vi que aquilo ali é horrível, algo que eu não desejo nem pro pior inimigo. E eu fiquei lá esse tempo e eu não via a hora de poder ir embora de lá. É o pior lugar do mundo. Lá dentro a gente sente falta das pessoas, sente falta da rua. E o cara que estava lá também, que havia agredido a mulher dele, foi o cara que me ajudou muito lá dentro. Porque no primeiro dia eu já fiquei muito mal. É horrível ficar trancado e não poder fazer nada. Na época eu namorava uma menina que jogava basquete no time da cidade, playboyzinha, que tinha dinheiro, e aí você pode imaginar, o pai já não aceitava nem antes o namoro, e foi nessa vez que a minha avó teve contato direto com ela. Ela ficou o tempo todo na porta da delegacia chorando desesperada pra entrar me ver e os policiais não deixaram. E depois de seis meses eu fui liberto por falta de prova. Fui condenado a réu inocente.

Já depois de completar seus 18 anos Davi acaba sendo preso. Deste modo, uma nova personagem o marca, mesmo não a escolhendo, o presidiário. Tal personagem carrega forte estigma na sociedade, como uma marca depreciativa que denota um sujeito delinquente e criminoso, que não merece respeito e dignidade humana. Inclusive, com a mudança da personagem presidiário para o ex-presidiário, a mesma marca continua a impregnar o sujeito, como se o ser fosse predicado além da atividade, e a identidade fosse pressuposta como dada, como um traço que define o ser, como um fetiche. Este estigma do ex-presidiário gera preocupação a Davi, como veremos.

Davi ainda narra que a experiência que teve de ficar no presídio foi de fato horrível e seu maior desejo era poder sair deste lugar. Surge então uma preocupação que assola a vida de todos aqueles que passam por essa instituição: como fazer para inserir-se no mercado de trabalho, se isto irá acompanhar sua ficha criminal?:

Quando eu fui preso. Foi uma experiência que... O que seria hoje da minha vida? Você ficou manchado, você é um residente, você vai chegar num emprego os caras vão falar que você é um cadeiairo, o policial vai parar você na rua e chamar você de criminoso, de bandido. Mas que tem outra coisa também, que trouxe uma certa reflexão, por exemplo, eu vi como que é ruim lá dentro, não vou fazer mais, não vou fazer mais! Ou, às vezes, mesmo o pessoal que estava lá dentro, você vê a angústia dos caras que aprontaram e de alguma forma se arrependeu e não consegue sair. E aí eu fui trabalhar de entregar folheto, e até meu patrão falou se eu queria ser registrado depois de um tempo. E daí tinha essa questão também “como conseguir um trabalho registrado se eu estava com a ficha suja?”. Aí eu assinei carteirinha por dois anos, e esse meu patrão me disse “eu vou registrar você, porque eu sei que você é empenhado, vem sempre, não falta”, e aí ele acabou me registrando, e com essa iniciativa dele eu falei pra ele “eu vou ficar uns seis meses aqui, mas depois

vou procurar algo melhor”, e ele me disse “Sim, você está certo. Estou te dando essa oportunidade por conta disso mesmo. Eu sei o quanto é difícil um ex-presidiário buscar um emprego formal sem ser discriminado”.

Uma preocupação: como encontrar emprego se a ficha criminal está suja? Em outras palavras, a indagação de Davi pode ser traduzida pela seguinte: como encontrar um emprego se minha identidade poderá ficar marcada com isso para sempre? Ou seja, o estigma do ex-presidiário poderia marcar sua história por toda vida, caso as formas de reconhecimento se pautassem apenas pela ficha que relata um período no presídio, mesmo sendo um período curto e tendo sido liberto por falta de provas. Estamos falando, portanto, do modo como as formas de reconhecimento perverso vão sendo disseminadas em diferentes esferas e podem aprisionar os sujeitos em determinados estigmas, impedindo-os de buscar emancipação, até mesmo uma vida digna.

O que vemos, todavia, é um padrão que não se relaciona com Davi a partir do estigma do ex-presidiário, que fortemente marca a vida daqueles que passaram por essa instituição, que não se relaciona a partir de um reconhecimento perverso o qual aprisionaria Davi no estigma de ex-presidiário. Mas vemos um padrão que dá a Davi um voto de confiança, em que não fixa seu reconhecimento naquilo que passou por certo tempo de sua vida, e que conforma uma forma de um reconhecimento identitário não convencional e que reconhece no outro as suas diferentes formas de ser, as suas diferentes metamorfoses, e, assim, oferece a Davi a possibilidade de emprego com carteira assinada. Do mesmo modo, configura este reconhecimento no âmbito do direito, como uma forma de respeito pela pessoa de Davi como sujeito de direitos e por sua cidadania:

Aí trabalhei durante seis meses, depois comecei a entregar currículo em mercado, e consegui entrar num mercado. Fiquei três meses nesse mercado e depois fui trabalhar num mercado ainda maior. E assim eu comecei a construir a minha vida de acordo com as situações que foram decorrendo.

A colaboração do patrão de fato contribuiu com o projeto pessoal de Davi. Mesmo correndo o risco de, em sua sinceridade em não ter planos futuros de ficar na empresa, não ser registrado e não ter o emprego, Davi assim o faz, e o patrão o contrata do mesmo jeito. E não restam dúvidas de que esse primeiro registro na carteira de trabalho, após ter saído do presídio, teve repercussão importante nos empregos futuros que depois conseguiu conquistar:

E essa pessoa que me buscava de final de semana no orfanato (padrinho) me deu uma ajuda muito grande, me ajudou a financiar uma casa. De alguma forma ele reconheceu que eu não aprontei porque eu queria, mas ele viu que as situações que

se passavam em casa eram complicadas, e ele acabou me ajudando por conta disso. E aí com 21 anos eu já estava com uma casa, tinha comprado uma casa.

Assim como o primeiro patrão, o padrinho de Davi lhe dirigiu uma forma de reconhecimento identitário que não limita àquilo que Davi é a algo que tenha feito ou não, mas reconhece a particularidade de sua história e aquilo que passou e viveu.

Deste modo, seu padrinho lhe ajuda a financiar sua casa, utilizando inclusive a poupança que o padrinho lhe havia feito desde quando ainda era menino, e como Davi nos contou anteriormente, ele ainda não havia usado e integrou o financiamento da casa.

Davi, o menino que é afastado de sua família e fica anos longe de casa, da casa da família, agora possui a própria casa.

Podemos entender que o reconhecimento que o padrinho de Davi lhe dá se inscreve nas relações de reconhecimento recíproco da estima social, pois reconhece a particularidade da história de Davi e suas diferenças pessoais, contribuindo para que desenvolva seus projetos de autorrealização.

Vemos, na história de Davi e seu padrinho, a importância de se resguardar as possibilidades de as crianças e adolescentes que estão no abrigo manterem contato e conviverem com as pessoas da comunidade, como enfatizado na Constituição Federal do Brasil de 1988, no ECA desde 1990 e reforçado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária em 2006. Os cuidados que o padrinho de Davi lhe resguarda desde a infância nos mostram que as relações das crianças do abrigo com pessoas externas podem propiciar vínculos que se desdobram por toda a vida, para além do tempo de vida no abrigo. Isso pode contribuir para que as crianças e adolescentes, tanto durante como depois de saírem da instituição, possam ter uma rede de relações na qual disponham de pessoas com quem contar. Isto também marca a importância das relações afetivas entre os seres humanos.

O padrinho de Davi sempre manteve contato com ele e foi próximo, ajudando-o ao longo de toda sua vida, tanto financeira como afetivamente, permitindo ainda-lhe reconhecer-se como integrante de sua família, e acima de tudo esforçando-se durante todos esses anos para garantir os cuidados de Davi, para que pudesse conquistar uma vida digna de ser vivida.

Davi ainda conta que a experiência de ter passado um tempo no presídio permitiu que olhasse para as ausências de projetos internos nos presídios, para que possam ser trabalhados os talentos e habilidades dos que ali estão, a fim de que isso possibilite e facilite sua reinserção na sociedade, bem como faz uma crítica à falta de projetos socioculturais e de lazer

para as pessoas que convivem em sociedade, e demarca que isso influencia na formação dos sujeitos:

Daí você vê pessoas (...) com talento lá dentro do presídio, que cantam, que fazem rima e não são valorizados. Acho que essas experiências lá dentro deram ao menos pra ver isso.

E também serviu pra pensar mais nas questões políticas. Olha só, o cara canta, por que eu não tenho um centro de cultura lá para atender esse rapaz? Ou por que eu não tenho um centro esportivo para atender esse outro que pratica esporte? Acho que a sociedade influencia muito, nessas questões que se tratam em formar o caráter.

4.14 Quando surge o desejo de tornar-se educador social e grafiteiro

Voltando um pouco na história de Davi, ele nos conta que, no tempo em que fazia malabares no semáforo, um Projeto Social que trabalha com pessoas que estão em situação de rua chamado Reinício tem acesso a ele, e ao conhecer o projeto e um educador social deste projeto, surge o desejo de tornar-se também educador social e fazer grafite:

E foi nesse tempo que ficava no semáforo na rua que o Reinício fez contato comigo. Hoje em dia eu sou Educador Social. E eu tive vontade de me tornar educador social por conta do Projeto Reinício, mas eles não têm mais essa política de ter educador social, hoje eles chamam de educador de abordagem de rua, que não é bem a linha que eu queria trabalhar, eu queria ter contato direto mesmo com os meninos na rua. E foi por influência. Tinha o Ramon, que era educador social do Reinício, foi ele que me influenciou e ensinou a procurar essa profissão, porque ele, por exemplo, abriu mão de muitas coisas pra poder estar no Reinício, e aí a gente vê a importância da vontade da pessoa de querer mudar o mundo. E ele era skatista, e só fazia grafite no projeto, e foi assim que eu tive contato com o grafite, e ele só fazia grafite no projeto, não fazia na rua, ele aprendeu a fazer grafite pra ensinar a molecada. E ele era skatista e havia uma marca mundialmente conhecida por fabricar roupa, tênis e peça de skate, que estava atrás dele por cerca de dois anos pra dar um patrocínio pra ele, pra ele representar a marca nos campeonatos, e ele não quis, ele abriu mão disso pra ficar de educador lá. Hoje ele saiu do projeto, por conta da mudança da administração que cortaram um monte de recurso do projeto, e aí ele foi embora pra Buenos Aires agora. E ele foi a pessoa que me influenciou a ser educador, porque eu via os problemas que haviam na minha comunidade, as vivências que eu tive, e eu acreditava que a maneira de mudar isso seria sendo educador social.

Um projeto social e o exemplo de um dos educadores chama atenção: um jovem que deixou de lado uma carreira almejada por todos os skatistas para poder contribuir com um mundo mais justo e igualitário, com um mundo melhor. Vê-se, assim, uma identificação e um novo projeto surge na vida de Davi, e não surge apenas como interesse particular, mas como interesse pelo bem coletivo, com vistas a ter um compromisso com a realidade de sua comunidade: seguir os mesmos passos, tornar-se educador social e aprender a fazer grafite:

E aí eu fui me envolvendo com os projetos. E hoje estou aqui na Centro de Hip Hop com trabalho de grafite como voluntário, e sou educador social na ONG Vida. E é engraçado essas coisas, o modo como a gente vai se tornando referência para as pessoas, porque a primeira vez que o Ramon (educador social) fez grafite na rua foi comigo. A gente que levou ele pra rua, ele saiu do projeto e foi com a gente. E quando ele foi, foi quando eu comecei a organizar os encontros de grafite, de convidar a molecada pra participar, e começamos a fazer uma produção mais elaborada. E deu certo na época. A gente até criou aquele grupo ArteCrio, que fizemos a gravação de um documentário. E hoje todo meu trabalho com grafite é voluntário, e por enquanto é só aqui no Centro, mas estamos pensando em expandir um pouco e levar pra algumas escolas.

Envolve-se tanto com o grafite que produz o movimento contrário, o educador social que o ensinou, o influenciou e foi seu ideal, agora vai explorar novos espaços com o aprendiz. Davi tem um desejo: tornar-se educador social, e consegue um trabalho que lhe possibilita concretizá-lo; um compromisso: contribuir com a transformação social da realidade. Deste modo, Davi insere-se não apenas em um trabalho que lhe possibilite remuneração para garantir sua sobrevivência e de sua família, bem como se envolve com trabalhos voluntários na comunidade e no Centro de Hip Hop, onde ensina as crianças e adolescentes a fazerem grafite:

E essa construção dos meus valores foi se dando por conta disso. Eu sou evangélico também. Mas algumas questões da religião eu não trago pro meu trabalho ou pro pessoal. Porque a instituição que trabalho aqui como educador social é uma instituição que trabalha em defesa dos direitos LGBT, então se fosse levar em consideração a minha religião não era nem pra eu estar nesse emprego por conta de eu defender os gays, lésbicas, travestis e trans-sexuais. Então eu não levo isso pro lado profissional, porque quando eu tive contato com alguns projetos sociais, tais como o Reinício, que é um projeto que trabalha com crianças que estão ou passam por situação de rua, situações de trabalho infantil, como foi meu caso, eu tive contato com o Reinício, com o Ramon que apresentou o grafite, e foi por conta dele que tive contato com o grafite, isso eu tinha 14 anos de idade, e essa vivência que eu tive com o Projeto Reinício, me estimulou a se tornar um Educador Social, porque de alguma forma as vivências que tive na vida, me dão subsídios para trabalhar com adolescentes, com jovens, e a instituição onde eu trabalho tentar trazer essas questões LGBT com os adolescentes, pra tentar diminuir os preconceitos e trazer um pouco de dignidade pra todo mundo.

O Davi educador-social que faz grafite e busca contribuir com um mundo mais digno e que também é evangélico, trabalha em uma ONG (Organização Não Governamental) que atende a uma demanda de pessoas que não comungam dos valores do universo evangélico, porém, não leva os valores da igreja para o trabalho de educador social e para o pessoal, buscando uma forma de colaborar com os adolescentes na construção do respeito aos Direitos LGBT, com vistas à tentativa de contribuir para que estas pessoas tenham mais dignidade no mundo. É a personagem Davi-educador-social que busca por concretizar-se em um trabalho

em que é necessário ajustar-se e coexistir com a personagem Davi-evangélico, na medida em que os valores de ambas as instituições divergem, podendo expressar contradições nos cenários que as convocam, mas ao mesmo tempo coexistindo.

De modo enfático diz:

E isso sempre foi minha vontade. E pra mim é um sonho ter me tornado um Educador Social. E minha profissão na qual sou formado (Publicidade e Propaganda) eu nunca exerci, exceto no período de estágio.

A personagem que se constrói pela formação acadêmica fica em sua história e no currículo, mas reconhece-se a partir do compromisso social e como profissão a personagem educador-social. A formação da personagem educador-social se dá no contato com um projeto dirigido às crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil, em que conhece um educador social que marca o destino de sua vida apresentando o grafite como forma de expressão artística, bem como a profissão de educador social como compromisso com as questões da esfera social.

Embora formado em Publicidade, ser educador social não apenas afirma-se como profissão que visa o ganho de um salário para sustentar a própria vida e a vida da família, mas sim marca-se, podemos dizer que de modo especial, pela relação intrínseca com sua história de vida e aquilo que vivenciou na adolescência, quando trabalhava e estava em situação de rua. A personagem educador social resguarda uma dimensão política e histórica de sua vida, na medida em que esta personagem possibilita a responsabilidade e o compromisso com os problemas sociais que vivenciamos em nossa sociedade, e mais, também o cuidado e compromisso com sua própria história e a de sua família.

4.15 Que narra sobre um projeto desenvolvido na escola e que possibilitou ter uma formação universitária

Voltemos no tempo novamente, na história de Davi, e observemo-lo contar como se inseriu em um projeto na escola e isto lhe possibilitou cursar uma graduação em Publicidade, tendo bolsa de estudos:

Se aproximei do Escola da Família com 14 anos. Foi quando eu entrei em contato com o grafite. Quanto comecei com o grafite, eu comecei também no Programa. Eu participava antes um pouco como usuário, usava o serviço. Aí comecei a dar aula de grafite no Programa.

É importante contar também que havia um projeto no bairro de teatro que meu tio fazia parte junto com uma diretora de uma creche do bairro, chamava Caminhando com a Rima, e eles faziam interpretações de Castro Alves, faziam peças com a questão do preconceito, sobre a inserção do negro na sociedade. Faziam dança também, rap. E eu comecei a acompanhar meu tio com 12 anos nesse projeto, e em vários lugares a gente ia fazer apresentação, e com 13 anos eu comecei a dançar. E foi um espaço muito importante de troca de experiência, e era um espaço voluntário, todo mundo voluntário. E essa diretora também me influenciou muito, porque quando eu comecei a escrever rap era pra ela a pessoa pra quem eu levava as letras.

Observemos dois pontos importantes: Davi se insere em um projeto cultural de sua comunidade, juntamente com seu tio, e, por meio da expressão artística do teatro, da dança e da música, buscam trabalhar com questões sociais, e isso também o estimula na escrita de letras de rap, e também inicia um projeto na escola no Programa Escola da Família, que ocorre aos finais de semana, e isto possibilita ensinar a arte do grafite, que começa a fazer parte de sua vida não apenas como hobby, mas sim como projeto artístico que integra um programa do governo de incentivo à educação. Isto nos revela, por sua vez, que o interesse pelas questões sociais desde muito cedo esteve presente na história de Davi:

E aí eu comecei a fazer faculdade, por conta do Programa Escola da Família, porque como dou aula de grafite há bastante tempo, e eu tenho um projeto, e com este projeto eu sempre tive parceria com o Programa Escola da Família, e o coordenador do Programa sempre falava pra mim “Davi, vai atrás da faculdade. Se você entrar pelo Programa você não vai pagar. Vá atrás da faculdade”. E minha mulher também de alguma maneira me incentivou muito. Quando a gente estava namorando ela falou “vai atrás, se você consegue de graça, vá atrás!”, e eu estava há 8 anos no Programa, quase que iniciei junto com o Programa que agora faz 14 anos. E eu fui atrás. Passei no vestibular e como já estava inscrito no Programa, consegui ganhar a bolsa, e fiz os quatros anos do curso sem pagar nada. Isso foi muito bom pra mim. Aí me formei.

Por conta do projeto que desenvolvia voluntariamente na escola, resultante de seu compromisso social, Davi consegue uma bolsa de estudos e consegue formar-se no ensino superior. De jovem-que-desenvolvia-projeto-de-grafite-na-escola, torna-se também estudante-universitário e posteriormente graduado em Publicidade:

Daí a pessoa fala “ah, eu sou tal coisa”, assim como eu, eu sou publicitário, mas de alguma forma eu não sou publicitário, apesar de ser minha formação, eu sou educador social. E em todo espaço que eu vou, se alguma pessoa pergunta “você é formado em quê?”, eu digo “eu sou educador social!”. Sou formado em publicidade, mas meu trabalho é de educador social. Eu não sou publicitário, eu não trabalho nisso.

Davi é formado em Publicidade, portanto, reconhece-se como publicitário de formação, mas prefere apresentar-se e reconhecer-se como educador social; isto pode revelar

o significado que sua história de vida tem para ele, na medida em que, ao desempenhar a personagem educador-social, esta personagem não é representada apenas no trabalho, mas na vida, fazendo memória àquilo que viveu:

A própria igreja católica também me ajudou muito, porque foi por meio dela que eu construí esse repertório de subir num palco e poder fazer rima ou ler uma palavra. Porque foi aí que eu comecei esse protagonismo, dentro do catecismo, em que ia lá na frente e lia palavra ou fazia abertura e essas coisas. Então eu comecei a criar esse perfil de pessoas que pensam em mudar a comunidade em cima disso. A gente tinha dois professores de catequese, o Glade e o Patrick, e eles nos ensinavam as coisas, e o Patrick ensinava dança também. E as coisas são interessantes, porque hoje é o contrário, hoje é o Patrick que me busca pra pedir opinião a respeito de projeto. E é bacana a gente ver isso, de ver como de alguma forma a gente se torna referência na comunidade.

E lá na comunidade é eu chegar que os meninos vêm “ei Davi, você não vai fazer grafite hoje”, “você não vai ficar com a gente?”.

Reconhece a importância que a passagem pela instituição católica proporcionou, no momento da catequese, em que desenvolveu o repertório para falar publicamente e que hoje lhe facilita em suas atividades com o rap e o Centro de Hip Hop onde desenvolve seu projeto de grafite atualmente. Davi diz ainda que, assim como o educador que lhe apresentou o grafite, os formadores da catequese o procuram nos dias de hoje para pensar em projetos para desenvolverem, tornando-se, assim, uma referência em sua comunidade, em que inclusive os meninos que ali também vivem demonstram interesse ao vê-lo, para produzir os desenhos de grafite ou tê-lo em companhia. Assim, vemos aparecer uma nova personagem, o Davi-que-é-referência-comunidade:

E tive contato com o Centro de Hip Hop um pouco antes (se refere à faculdade), com 18 anos. Mas demorou um tempo ainda pra eu conseguir conciliar alguns projetos meus junto com o Centro. Mas sempre estava motivado a organizar e mobilizar o pessoal do grafite, que acho que sou pioneiro com essa questão do grafite aqui no Centro, que o cara que era responsável acabou deixando, porque ele fazia mais por prazer mesmo e não como mobilização, e eu acabei assumindo essa responsabilidade.

E justamente hoje, estou fazendo 10 anos de grafite, e a primeira vez que tive contato com grafite foi com 14 anos.

Mais adiante, Davi nos conta que seu envolvimento com o Centro de Hip Hop é tão grande que é quase sua segunda casa. Davi desenvolve, nos dias de hoje, seu projeto de grafite no Centro de Hip Hop, mas como ele mesmo já nos contou, pretende expandi-lo. A personagem Davi-grafiteiro anda juntamente com o educador-social, na medida em que vemos, em sua história, que o grafite não significa apenas uma forma de fazer gravuras e pinturas como expressão artística que permite o lazer, mas expressão artística que possibilita

uma mobilização social, ou seja, o grafite é entendido e expresso por Davi como uma manifestação cultural e mobilização social que promove a transformação da realidade social. É o personagem grafiteiro que não busca o grafite apenas por prazer ou lazer, mas que expressa seu compromisso com o social, como vemos em toda sua história. E isso ainda fica mais explícito se considerarmos que foi justamente o grafite que possibilitou a Davi conseguir uma bolsa de estudos e conquistar uma formação superior (o que por sua vez não reduz e nem diminui o sentido que comporta o grafite como manifestação cultural-artística e mobilização social):

E a cultura do bairro me levou pra esse caminho, porque ali a gente vê muitas pessoas morrerem, eu vi muitas pessoas morrerem. Pessoas matarem e pessoas morrerem. Então é assim, a gente faz um julgamento do que aconteceu antes pra pensar o que veio depois.

E tinha um outro menino lá do bairro que me acompanhava no semáforo, o Paulinho, que começou a fazer grafite junto comigo também, mas que acabou encontrando a droga no meio do caminho e acabou escolhendo isso. A mãe dele faleceu de Aids. A irmã sumiu. E ele era o caçula. Então, têm várias coisas pelas quais passei que se fossem usadas de modo negativo seriam um ponto pé pra eu tomar determinado rumo. E com ele foi assim, ele preferiu ficar usando e vendendo a droga dele.

Davi destaca que foi o fato de ver o que acontecia em sua comunidade que o fez avaliar o que julgava valer a pena ser vivido e seguir pelo caminho que seguiu e fazer as escolhas que fez. Conta-nos do caso de um amigo que viveu junto com ele e o acompanhou em vários momentos, inclusive no semáforo pedindo dinheiro e também no grafite, e muito provavelmente o que Davi quer nos dizer é que seu caminho poderia ter sido o mesmo. Vendo o cenário que pairava sobre a vida de sua comunidade, procura seguir outros caminhos.

Vemos aqui novamente a relação que se estabelece entre as condições subjetivas e as condições objetivas. De um lado está o desejo de Davi de seguir outros rumos que não os que pairavam sobre os destinos dos moradores da comunidade. De outro, as oportunidades concretas oferecidas para que não seguisse os rumos que não almeja e buscasse outras possibilidades. Podemos considerar que Davi luta para não seguir tais destinos, e que busca encontrar as saídas e as possibilidades concretas para alcançar aquilo que almejava, o que geralmente é negado às comunidades em que vivem as classes mais subalternas, em que seus moradores não encontram muitas alternativas frente às poucas chances que têm para garantir a sobrevivência:

É isso, a gente poder usar um pouco essas avaliações e tentar minimizar um pouco o julgamento de valores. Os julgamentos dos valores que estou dizendo, significa pensar mais no que levou uma pessoa a se tornar aquilo que ela se tornou, acho que

precisa pensar um pouco mais nisso. Não é só olhar para o moleque e falar “nossa, o moleque é bandido!”, “nossa, o cara ali é bandido!”, mas será que não teve outras situações que levaram ele a se formar, a tomar esse rumo da vida? Entendeu?

Acho que falta isso, e eu acho que é essencial a gente fazer essa analogia e começar a pensar um pouco mais sobre como a gente está se formando. As pessoas falam assim “sou formado em psicologia”, “sou formado em não sei o que”, mas, e seus valores, onde estão? Você pode ser formado em psicologia, mas não pode usar religião pra fazer julgamento com as pessoas. É quase que uma divisão, se você é um psicólogo, não tem como você querer julgar as pessoas por valores religiosos, pois você é um psicólogo, sua função é tal, sentar ali e conversar com a pessoa, entender a pessoa, e não julgar, acho que é bem isso.

E isso me faz parar pra pensar que tem gente com 13 anos, 12 anos que estão brincando de carrinho, e eu estava com uma carriola nas mãos com 100 quilos de ferro, 75 quilos de ferro dentro da carriola, e eu estava lá puxando. Você vê a molecada soltando pipa, e você não poder ir lá e comprar uma linha e ir brincar junto. Então eu uso essa experiência que passei pra ajudar as pessoas pra que elas não passem por isso, pra que elas possam usar pra outras pessoas também.

Com o relato de Davi já podemos ver as diferenças entre as oportunidades e condições de vida que tão drasticamente delimitam as desigualdades e injustiças sociais que imperam em nosso país, no seio da produção de nossa sociedade capitalista. De um lado se vê uma criança que pode gozar do lazer, pode brincar, tem uma escolarização de qualidade, alimentação de qualidade e condições de vida que lhe permitem dedicar-se apenas a isso. De outro lado a realidade que assola tantas outras crianças como foi o caso de Davi, de precisarem trabalhar já na infância para poder ter o que comer dentro de casa, de precisar carregar sucata pesada, precisar fazer malabares no semáforo e ficar em situação de rua, e ainda verem seus pais como empregados dos pais das primeiras crianças, ganhando como soldo uma miséria para isso.

Davi reconhece que, independente daquilo que vivenciou com sua família e o que passou com ela, eles são sua família e também contribuíram para sua formação e para que conquistasse tudo aquilo que conquistou e se tornasse quem se tornou hoje:

E as pessoas falam “nossa, as pessoas foram ruins com você, sua mãe foi ruim com você, abandonou você...”. Mas assim, não é porque eles foram assim que eu vou virar as costas, porque, de alguma forma, se não fosse eles nem aqui eu estaria. Acho que a gente deve reconhecer isso, porque querendo ou não, as pessoas sendo ruins ou sendo boas, de alguma forma elas contribuem para nossa formação.

4.16 Que conta como conheceu sua esposa e tornou-se marido e pai

A gente morava no Jardim Vilha. E também uma coisa que foi positiva foi a questão de relacionamento mesmo. Com 13 anos foi quando eu gostei de uma pessoa pela primeira vez. E que creio que se eu ainda estivesse no abrigo eu não

teria essa oportunidade, porque quem está lá é como irmão, a gente não tem um olhar diferente pra quem está ali. Então, até a sexualidade da gente acaba acontecendo mais rápido quando a gente está em espaços em que é da própria cultura da comunidade. Então isso foi um ponto positivo de ter saído.

Davi relata acerca das primeiras experiências sobre seus relacionamentos afetivos/amorosos e demarca um fator importante que tem sido causa constante de preocupação na direção e organização dos abrigos: o início dos adolescentes na descoberta de suas sexualidades e as paqueras que podem ocorrer, tanto internamente no abrigo como com pessoas externas.

Para Davi, o fato de não estar mais no abrigo em sua adolescência permitiu que se iniciasse nos relacionamentos afetivos/amorosos, e acredita que se estivesse no abrigo teria sido diferente, talvez demorasse mais, pois destaca que aqueles que moram no abrigo possuem um sentimento recíproco de irmãos:

Então, essa liberdade que eu queria eu consegui. Tanto que com cerca de 12 anos eu sabia ir pro Centro (bairro da cidade) sozinho e andar pela cidade sozinho. O dinheiro que eu pegava eu mesmo ia comprar material pra escola, comprava meu sapato, minha roupa. Então teve essa evolução na questão da autonomia. Mas essa questão do choque de estrutura foi crucial, e eu pude ver que as coisas em casa não eram tão fáceis como no abrigo, porque lá no abrigo a gente tinha tudo.

Particularmente, Davi acredita que na família conseguiu mais liberdade e construir sua autonomia, mas enfatiza novamente o choque de realidade entre diferença da vida que tinha no abrigo e a vida que teve na casa com a família:

E meu caso com minha mulher, por exemplo, foi bem engraçado. Eu treinei atletismo por um bom tempo. Fiz bastante coisa, você está percebendo né? {risos}. Já joguei tênis de mesa, fui federado em tênis de mesa pelo Clube Atlético, joguei basquete pelo amador do XV, fiz muita coisa. Na minha adolescência eu aproveitei muito.

Aqui vemos aparecer uma nova personagem, o Davi-atleta, que possibilitou que conhecesse sua esposa, que, por sua vez, contribuiu como coautora para a construção de personagens que coexistem juntamente: o Davi-marido e pai.

Davi nos conta que, apesar de toda luta e labuta durante sua infância e adolescência, ainda conseguiu aproveitar muito este tempo, e podemos perceber isso em sua fala.

Continua narrando sobre a história com sua esposa:

E minha mulher eu conheci por conta do atletismo. A gente se encontrou em algumas competições, e na primeira vez que eu a vi, eu acho que já foi amor à

primeira vista, não tenho como negar isso. E a nossa história ainda demorou um tempo pra se concretizar, porque a gente era de equipes diferentes, e a gente não conversava, porque na época ela namorava com o pai do filho mais velho dela. Aí certo dia, eu trabalhava no supermercado ainda, a gente se encontrou no ônibus, inclusive eu estava atrasado pra trabalhar, e eu comecei a pegar o ônibus atrasado todo dia, só pra poder ver ela. {risos}.

O jovem que luta para ganhar a vida agora se vê diante de um amor. Para chamar a atenção da moça que se tornaria sua futura esposa, atrasa no serviço para pegar o ônibus no mesmo horário que ela e poder vê-la diariamente:

E tinha um amigo com quem eu dividia aluguel na época, porque minha mãe foi morar na casa onde eu estava, e esse meu amigo falava “nossa, você fica até bobo quando você ver ela!”, e de fato, eu via ela e ficava com o sorriso aqui em cima. {risos}. E deu certo. Passou uma semana eu chegando no serviço atrasado pra poder ver ela, mas deu certo. Aí um certo dia eu guardei lugar pra ela no ônibus, aí ela sentou do meu lado e a gente conversou. E quando eu encontrei a Simone, minha mulher, foi um choque. E a primeira vez que eu vi ela foi na rua. E no ônibus a primeira vez que a gente se beijou, se beijou não, eu que roubei um beijo dela no ônibus. {risos}.

A artimanha que utiliza, mesmo atrasando-se no serviço e podendo correr o risco de perdê-lo por conta disso, acaba funcionando: consegue fazer com que a moça se sente ao seu lado e lhe dê sua atenção. É como se o Davi-que-aprontava-molecagem voltasse à cena e se utilizasse de artimanhas para atrair a pessoa que acredita ser seu amor, de quem até rouba um beijo:

E aí tinha um rapaz que trabalhava comigo que sabia onde ela morava e me contou o ponto de ônibus onde ela descia e a rua que ela pegava depois pra ir embora. Porque depois desse beijo eu nem perguntei onde ela morava, eu só peguei o número do telefone, e isso foi numa quinta-feira e na sexta foi feriado e a gente não se viu, e eu estava angustiado porque não ia ver ela no final de semana, aí pensei “ah, eu vou atrás na casa dela”. Aí fui na casa desse meu amigo que disse onde ela descia no ponto de ônibus e perguntei onde ela morava, e ele disse mais ou menos onde era a rua e eu saí de porta em porta batendo até eu achar a casa dela. {risos}. Foi uma coisa bem doida!

Davi se encanta pela moça e, angustiado por não poder vê-la, sai em sua busca. Sem saber onde ela morava, pede informação a seu amigo, e sai pela rua batendo de porta em porta para poder encontrá-la, e enfatiza: “Foi uma coisa bem doida!”. Continuemos com sua história:

Aí eu fui era umas 4 da tarde e aí a irmã dela disse que ela não estava lá porque ela fazia bico de final de semana num restaurante, porque ela é chefe de cozinha, e só voltava por volta de 11 horas da noite.

Depois de tanto esforço, ao encontrar a casa da moça, recebe a notícia de que ela não está, pois, assim como Davi, também batalha para ganhar a vida e precisa fazer bicos em um restaurante nos finais de semana. Mas nesse dia algo inusitado acontece:

E nesse dia ela chegou mais cedo na casa dela, por volta das 10 horas da noite e me ligou, e disse “viu, minha irmã disse que você veio aqui”, eu disse “é sim, eu fui”, ela “é que eu trabalho, mas se você quiser vir aqui agora a gente pode jantar junto”, aí eu fui.

Davi poderia ter ficado entristecido por ter feito tanto esforço para encontrar a casa da moça e ela não estar, mas algo inesperado acontece: ela sai mais cedo do trabalho e, por si mesma, liga para convidá-lo para ficar com ela e jantarem juntos. Vejamos o que Davi nos conta sobre o acontecido:

E o engraçado que ela acabou fazendo macarrão com salsicha, que era mais rápido e prático, só que eu não como macarrão, {risos}, e aí eu tive que comer. Mas foi bem legal, a gente jantou junto, a gente assistiu filme, e na hora de ir embora ela falou “não, não vai embora, pode dormir aqui mesmo, está muito tarde pra você ir embora”, e aí foi indo assim, e com o tempo eu fui ficando, fui ficando, até que um dia ela falou “pegue suas coisas e venha morar comigo”, e nisso já são 4 anos. São 4 anos juntos. E tem sido muito bom. E agora a gente um filho, que é meu. E tem o filho dela mais velho de 8 anos e que me chama de pai também, e que o pai também não se faz muito presente.

Davi, obviamente, aceita o convite de ir encontrar-se com a moça, mas se depara com uma situação que o surpreende: o jantar terá algo que ele não come. Mesmo assim o faz, para que possa agradá-la e fica com ela em sua casa na primeira noite, e como enfatiza: “e aí foi indo assim, e com o tempo eu fui ficando, fui ficando, até que um dia ela falou ‘pegue suas coisas e venha morar comigo’, e nisso já são 4 anos”.

Assim, Davi torna-se marido e pai. Pai de um filho biológico e outro que também é considerado filho, mas filho-não-biológico, pois o filho de sua esposa também o reconhece como pai. No jogo do reconhecimento identitário, nossas personagens vão se constituindo pelo reconhecimento do outro, no caso, o menino que se reconhece como filho dele e o reconhece como seu pai:

Mas foi uma experiência nova. O filho dela me chama de pai. E se se pergunta pra ele de quem ele gosta mais ele diz que é de mim. Porque de alguma forma a gente tenta dar tudo pra ele. Porque o pai dele até paga pensão que é de 100 reais. E o que é 100 reais pra cuidar de uma criança hoje? 100 reais é só o que a gente gasta com danone e pão de queijo com ele no café da manhã, que é o que ele come no café. Agora brincar, levar passear, é tudo a gente que faz, levar pra escolher brinquedo, levar pro shopping, é tudo a gente.

Davi é reconhecido como pai, é pai. Pai-de-filho-biológico e pai-de-filho-não-biológico, isto é, pai de um filho da esposa com outro parceiro, mas que o reconhece e o considera como pai.

Resgatando o conceito de reconhecimento na esfera do amor, conforme discutimos a partir de Honneth (2003), podemos ver que o que Davi nos narra trata de um reconhecimento que se constitui de relações amorosas no contexto de sua família, com a esposa e os filhos, que lhe permitem e são coautores das personagens Davi-marido e Davi-pai; personagens que coexistem e ora atuam juntamente, ora atuam de modo separado.

Esse reconhecimento amoroso que se dá na família de Davi, com sua esposa e seus filhos, por sua vez, permite ainda a representação e reposição de uma personagem que temos visto Davi representar desde a infância, o Davi-cuidador-responsável-que-zela-pela-família. Porém, podemos pensar que esta representação se dá de modo atualizado, haja vista Davi não mais estar encenando esta personagem para cuidar da família sob cuja responsabilidade estava, mas o contrário:

E de alguma forma ela (esposa) trouxe um pouco o carinho que eu não tive por parte da minha família, e ela supriu, porque ela me ouvia, ela também se sensibilizou com minha história, quando contei pra ela as situações que eu passava em casa, e as outras situações que já aconteceram na minha vida. E eu sempre tive esta vontade, de ter uma família, de assumir a responsabilidade de cuidar de alguém. E ela, como a gente sempre fala, que Deus faz as coisas a partir do impossível, porque eu atravessei a cidade que morava do outro lado pra vir morar pra cá e de alguma forma acabar encontrando ela e ter tido esse namoro, e que deu certo.

Davi demarca que a esposa possibilitou um carinho que gostaria de ter tido em sua família; bem como vemos aparecer a personagem Davi-cuidador-que-zela-pela-família e que busca construir a própria família para desempenhar tal personagem. Assim, constrói a própria família para ter a responsabilidade de garantir seus cuidados.

Do abrigo como o lar de sua infância, e o novo lar na casa da avó em que luta para garantir a sobrevivência de sua família, agora ganha um outro novo lar, casa-se e torna-se marido e pai de família.

4.17 Que recorre à vivência no abrigo e à sua história de vida para a militância nos direitos das crianças e adolescentes

E hoje eu faço militância nessas questões dos direitos das crianças e adolescentes, participando no Fórum dos Direitos das Crianças e Adolescentes. E quando eu

inicieei essa militância, eu defendia essa questão do abrigo por conta da vivência que eu tive lá (abrigo).

Vemos aqui aparecer uma nova personagem, o Davi-militante-político, que luta pelos direitos de crianças e adolescentes. O militante-político reconhece sua própria história, isto é, reconhece a si mesmo e isto implica um compromisso ético; uma ética que não se limita à particularidade de um individualismo ensimesmado, mas que reconhece o outro, a história desse outro, na possível semelhança ou não de sua própria história, principalmente de sua infância.

Isto aponta, por sua vez, um compromisso com a condição humano-genérica da humanidade, conforme discutido por Heller (2008), em que revela não apenas preocupação com os interesses de sua particularidade, mas com a genericidade. De acordo com Heller (2008), a particularidade se refere ao nível de preocupação de interesses que garantam o próprio viver, enquanto que na genericidade, a preocupação se refere aos interesses do viver de todos os homens, isto é, com o bem comum. Isto nos leva a entender que tal significação de sua história, tal movimento de sua identidade, comporta um sentido emancipatório. Vale aqui demarcar que não entendemos que existem sujeitos emancipados, isto apenas seria possível em uma sociedade que também o fosse; o que entendemos é que é possível observar, na história dos sujeitos, momentos emancipatórios a nível individual, ou coletivo, no caso de grupos:

E todas essas experiências (se refere ao que viveu no passado na infância) eu uso na militância. Até mesmo pra trabalhar nas oficinas. Eu tento sempre trazer isso, porque a gente tem a possibilidade de escolher nosso rumo. Não é porque a gente vive numa comunidade em que a vulnerabilidade que a gente tem que ser igual, que porque nosso irmão de comunidade trafica que a gente tem que ser igual, é a gente poder dar outra opção também, dar possibilidades, porque de alguma forma eu também contribuo pra formar as pessoas, não estou só me formando, mas também estou transformando. Acho que essa é a frase que sigo.

Davi recorre à suas experiências na vida para fazer militância e defender os direitos de crianças e adolescentes, o que, em última instância, podemos entender que significa uma militância por aqueles a quem podem ser negados os direitos, assim como foi em sua história.

Podemos pensar ainda que a luta de Davi pelos direitos das crianças e adolescentes se inscreve nas relações de reconhecimento no âmbito do direito, como vimos com Honneth (2003), na medida em que reconhecer-se como sujeito de direito requer o dever com o direito do outro.

Davi nos destaca um lema: “de alguma forma eu também contribuo pra formar as

peessoas, não estou só me formando, mas também estou transformando”. Demarca novamente que sua luta é pela busca de outras opções, não apenas seguir aquilo que lhe é imposto ou dado condicionalmente:

Hoje estou envolvido com o Fórum DCA, junto com a Prof^{ma} Tânia, fazendo militância na área dos direitos de crianças e adolescentes. São esses os movimentos que estou envolvido hoje. E algumas coisas na comunidade. Hoje moro no Monte Leste, que é um lugar marcado pela vulnerabilidade, mas é um lugar bacana, porque as pessoas se ajudam muito lá. E o Centro do Hip Hop que é quase minha segunda casa, minha mulher até fala que vai trazer minhas coisas pra cá {risos}. Acho que é isso.

E tem uma frase que uso também no meu projeto que diz “É muito além da arte, é um sentimento”. A partir do momento que a gente se coloca no lugar das outras pessoas e usa de nossas experiências pra ajudar o outro, a gente deixa de ser uma arte e passa a ser um sentimento, que é o desejo que a gente tem de transmitir essa mensagem pra outras pessoas.

Davi torna a demarcar seu envolvimento com os movimentos nos quais está inserido e destaca um elemento interessante: “Hoje moro no Monte Leste, que é um lugar marcado pela vulnerabilidade”, mas faz um adendo a este lugar vulnerável “é um lugar bacana, porque as pessoas se ajudam muito lá”. Podemos pensar que Davi delimite seu bairro como um lugar vulnerável talvez pelos discursos que são dirigidos a certas comunidades, que hoje estão cada vez mais hegemônicos, que as colocam nesta categorização. Ao mesmo tempo, podemos considerar que, apesar dessa vulnerabilidade destacada por Davi, o “lugar bacana, porque as pessoas se ajudam” possa indicar que este bairro ainda preserve os valores comunitários hoje tão esgarçados pelo capitalismo e a forte ideologia do individualismo.

Indagado se gostaria de dizer mais alguma coisa sobre si mesmo ao finalizar sua narrativa, Davi deseja deixar apenas uma última mensagem:

Só quero que este depoimento possa ajudar que as pessoas pensem naquilo que estamos fazendo da vida e olhem pra essas coisas que a gente acha que é ruim de uma forma mais positiva, que eu acho que é essencial. Aquilo que acontece na vida da gente de alguma forma a gente precisa mastigar, pra que aquilo venha fazer bem de algum modo.

4.18 Que abre um espaço para falar da articulação das condições subjetivas e objetivas de Davi e dos outros significativos

Antes de cairmos na armadilha de comungar da ideologia do *self-made man* ou da

meritocracia, que hoje se faz hegemônica nos discursos que vigoram no imaginário social e, de um modo peculiar, nos veículos de informação midiáticos, afirmando que o indivíduo se faz sozinho se tiver força de vontade, vale aqui retomarmos uma ideia anunciada no início de nossa discussão teórica, conforme proposta por Ciampa (2009), quando afirma que a identidade é a articulação das condições subjetivas e das condições objetivas de vida.

Conforme vimos, para o autor, a identidade é como um processo de articulação entre a objetividade e a subjetividade, pois “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (CIAMPA, 2009, p. 151).

Isto implica compreender que, sem as condições objetivas concretas que possibilitam que um sujeito alcance aquilo que deseja, a concretização de seu desejo subjetivo é abstrata. Assim, é importante assinalar que são essas mesmas condições objetivas que possibilitam a concretização do desejo, que produzem o desejo que se almeja concretizar; o desejo subjetivo e as condições objetivas estão assim entrelaçados como um ponto nodal, isto é, um determina e produz o outro. Não há separação entre eles, o subjetivo é objetivo e o objetivo é subjetivo, ambos se atravessam, é dialético.

Cabe aqui a analogia que já fizemos anteriormente acerca da textura, que constitui um tecido, que se entrelaça entre a trama e o urdume, em que, à primeira vista, podemos cair no equívoco de não acompanhar os contornos nos quais os fios se sobrepõem, se entrecem, se perseguem, se conectam, se enlaçam, se entrelaçam e se desdobram, podendo aparentar uma possível tela na qual não se percebem os tantos laços e construções teciduais que permitem a um conjunto emaranhado de fios formar um tecido.

Do mesmo modo, aquilo que é desejo particular de um sujeito só é concretizável na medida em que as condições objetivas estruturais possibilitam tal concretização. Sem a devida atenção a isso, podemos cair na armadilha de considerar apenas que um sujeito que consegue alcançar e concretizar aquilo que é projeto pessoal tenha criado suas oportunidades e possibilidade pura e simplesmente porque teve uma vontade particular.

Assim, as finalidades dos desejos subjetivos caminham juntamente com as condições objetivas de vida, que podem possibilitar ou não sua concretização. É possível concretização quando o indivíduo exterioriza-se na realidade, ou seja, o subjetivo torna-se objetivo, bem como o objetivo torna-se subjetivo.

Isto, conseqüentemente, atravessa a vida de Davi e vimos os modos como suas dimensões subjetivas, bem como as objetivas foram sendo atreladas e ajustadas o tempo todo, na medida em que exigiam e permitiam a construção de certas personagens que expressam

sua identidade, ao mesmo tempo em que as condições objetivas: os programas que atenderam Davi, a escola, o projeto que trabalha com pessoas em situação de rua, as ONGs, o Escola da Família, a graduação etc., foram possibilitando a concretização de seus projetos pessoais, por exemplo, alguns já que emergem na adolescência, como ser educador social, pai e responsável por uma família etc.. Do mesmo modo, e com mesma intensidade, vimos Davi representar personagens as quais foram exigidas pelas condições objetivas, mesmo revelando não desejar representar tais personagens, mas que foram necessárias para garantir a própria sobrevivência e a da família.

Do mesmo modo vimos como algumas figuras que se constituíram como outros significativos na vida de Davi foram importantes para a construção de suas personagens e a concretização de seus projetos pessoais, dentre eles: os educadores, a mãe, a avó, a irmã, o padrinho afetivo, o educador social, as professoras, a esposa, os filhos, os sobrinhos, etc..

Assim, vemos como há um entrelaçamento entre as condições objetivas de vida macro e microsociais e as relações interpessoais e grupais com as condições subjetivas na história de Davi, em que não é possível afirmar a concretização de uma ou outra sem considerar a articulação entre ambas, que foram se construindo ao longo de sua vida e continuam se construindo e se articulando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Davi de hoje se reconhece no Davi de ontem, se reconhece na própria história de vida e faz uso dessa história para valorizar, cuidar e proteger a família e seus entes queridos, bem como recorre à sua história para fazer sua militância na luta pelos direitos de crianças e de adolescentes, que, em última análise, podemos considerar que se trata de uma luta pelo direito à sua própria história e às histórias de tantos outros meninos e meninas que podem ter que viver aquilo que outrora ele viveu.

De menino-que-não-conhecia-a-própria-família à construção e reposição do Davi-protetor-cuidador-que-zela-pela-família e hoje marido-e-pai-de-família, podemos entender este movimento de mesmice de si mesmo como a concretização de um desejo pessoal, na medida em que, como ele mesmo afirma, sempre quis ter uma família e responsabilizar-se por ela.

Sua história é marcada pela realidade de uma pessoa que luta e labuta para garantir a própria vida e daqueles a quem lhe cabe o cuidado, proteção e responsabilidade, em um movimento constante em busca de uma vida que julgue valer a pena ser vivida.

Vimos Davi aparecer como diferentes personagens na história. O Davi-de-hoje, que contou sobre o Davi-de-ontem, atribuindo novos sentidos àquilo que viveu outrora a partir dos valores do Davi-de-hoje. Vimos o Davi-menino-que-não-conhecia-a-família retornar à família e precisar ser o Davi-cuidador-responsável-que-zela-pela-família, tendo que desempenhar o Davi-menino-trabalhador-catador-de-sucata e o Davi-menino-que-faz-malabares-no-semáforo e que ficou em situação de rua em alguns momentos de sua vida. Em sua trajetória desempenhou as personagens Davi-que-escritor-de-letra-rap, Davi-que-dança-hip-hop, Davi-que-se-envolve-com-questões-políticas, Davi-atleta. Influenciado por um projeto e um educador social, tornou-se o Davi-grafiteiro, personagem que lhe permitiu envolver-se em um programa na escola, que financiou sua graduação para tornar-se o Davi-publicitário, mas que se apresenta por meio de outra personagem cujo desejo de concretização emerge na adolescência e torna-se Davi-educador-social, que trabalha em uma ONG envolvida com os direitos da população LGBT, bem como esta personagem permite ainda ser desempenhada em um projeto com adolescentes no Centro de Hip Hop, onde desenvolve um trabalho com grafite. Na mesma medida desenvolvia trabalhos na comunidade onde vive, aparecendo assim a personagem Davi-pessoa-referência-da-comunidade. Como reconhecimento e implicação com a própria história, emerge o Davi-militante-dos-direitos-de-crianças-e-adolescentes, que

faz militância em um Fórum de direitos desta população. Ao conhecer uma garota que lhe interessa, aparece o Davi-que-faz-molecagens para conquistar a moça e começar a namorar, com quem posteriormente se casa, tornando-se Davi-marido-e-pai de família, pai de um filho biológico e outro da esposa e que também o reconhece como pai. De Davi-menino-que-não-conhecia-a-família, por ter sido afastado da casa dos pais, hoje é marido-e-pai-de-família, o que permite que ainda desempenhe uma personagem, a qual ele demarca que lhe é um desejo particular, o cuidador-responsável-que-zela-pela-família, tendo ainda a própria casa, onde vive com sua família.

Vimos durante toda a narrativa o modo como foram sendo articuladas as condições subjetivas e objetivas na vida de Davi. Em que as condições objetivas exigiam a emergência de certas personagens e que Davi desempenhasse certas funções e papéis, sendo alguns deles não desejados por ele, e da mesma forma algumas condições objetivas foram possibilitando que Davi pudesse ir concretizando aquilo que lhe era projeto pessoal. Assim, podemos considerar que Davi buscou, ao longo de sua história, transformar as determinações exteriores em autodeterminações, e que as condições objetivas e subjetivas foram se construindo a ponto de possibilitar um colamento, em certas circunstâncias, da objetividade e da subjetividade. O que aponta, por sua vez, a busca de Davi na construção de sua autonomia e de sua identidade política, rompendo com os ditames das políticas identitárias de seus grupos e das condições que poderiam lhe negar alcançar aquilo que almejava, atribuindo à sua história momentos que, podemos dizer, têm características emancipatórias.

Vimos ainda que tiveram papel significativo em sua história os “outros significativos” com os quais Davi se relacionou ao longo da vida: os educadores do abrigo, que, podemos ver, tinham proximidade e afeto com Davi; sua mãe, que afirma que ama e daria a vida por ela; a avó, que demarca que sua exigência o fez tomar os rumos da vida que tomou; a irmã, que também foi para o abrigo e de quem Davi sempre esteve próximo; o padrinho afetivo, que tornou-se também pai pela relação de afeto e contribuiu significativamente com sua história; as professoras da escola, que Davi afirma que também eram sua família; o educador social, que iniciou Davi na arte do grafite e despertou o desejo de ser também educador social; a esposa e os filhos, com quem hoje Davi vive sua vida familiar.

Vimos ainda como os programas, instituições e projetos sociais alcançaram Davi, cada um em sua dimensão e influência: desde o abrigo, a escola, o projeto com pessoas em situação de rua, o Programa Escola da Família e o financiamento da graduação, os projetos em que se envolveu na comunidade, seu primeiro emprego registrado após o presídio, a ONG em que

trabalha com direitos LGBT, o Centro de Hip Hop, a igreja e a própria instituição familiar.

Podemos considerar que o Davi-de-hoje ainda se reconhece na história do Davi-de-ontem, que outrora lutava para garantir a própria sobrevivência e de sua família, vendo as diferenças de oportunidades que vigoram nas distintas classes sociais, e que hoje faz uso de sua história para desenvolver seus projetos, fazer militância nos direitos de crianças e adolescentes e ser marido-pai e cuidador-responsável pela família.

Assim, Davi nos contou de sua história, que resguarda sua singularidade, mas que também resguarda potencial para expressar outras histórias de pessoas que viveram em situação de abrigo, as quais vão se construindo ao longo da vida de cada história, expressando as singularidades do humano que sempre pode encontrar portas que possibilitam muitas saídas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Nudez**. São Paulo: Autêntica, 2014.

ALGRANTI, L. M. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a concessão de dotes (1808-1822). **Cadernus Pagu**, Campinas, v. 1, p. 45-66, 1993.

ALMEIDA, J. A. M. **Sobre a Anamorfose**: identidade e emancipação na velhice. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na PUC-SP, 2005.

ALTOÉ, S. **Infâncias perdidas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

ANTUNES, M. S. X. A compreensão do sintagma identidade-metamorfose-emancipação por intermédio das narrativas de história de vida: uma discussão sobre o método. In: LIMA, A. F. **Psicologia Social Crítica**: paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BENJAMIN, W. “Sobre o Conceito de História”. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo. Brasiliense, 1987. Texto originalmente publicado em 1965.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília-DF: CNAS, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Encontro e Desencontros da Adoção no Brasil**: uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça. Brasília-DF: CNJ, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Um Olhar Atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País**. Brasília: CNMP, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 13 jul. 1990. Última versão de 2012.

BOESMANS, E. F. **O Acolhimento Institucional**: o paradoxo entre o interesse da criança e a aplicação da lei à luz da psicanálise. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, 2005.

BOUCINHA, I. A. **Narrativas de Jovens que Experimentaram a Proteção em Abrigos na Década de 90**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, 2010.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995. Original publicado em 1952.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CIAMPA, A. C. (1977). **A identidade social e suas relações com a ideologia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da PUC-SP, 1977.

CIAMPA, A. C. **A estória de Severino e a história de Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2009. Originalmente publicada em 1987.

CIAMPA, A. C. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: C. I. L. DUNKER, C. I. L.; PASSOS, M. C. (orgs.). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002.

CIAMPA, A. C. Apresentação. Sobre o caminho do guerreiro e o ofício do poeta. In: LIMA, A. F. **Metamorfose, Anamorfose e Reconhecimento Perverso: identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica**. São Paulo: FAPESP/ EDUC, 2010.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1983.

COSTA, N. R. A.; ROSSETI-FERREIRA, M. C. Acolhimento Familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 111-118, 2009.

DECOME POKER, T. C. **O que eu fiz com o que as instituições fizeram de mim? A história de Molly, e a sua luta por emancipação frente as políticas de identidade no acolhimento institucional**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, 2014.

FURLAN, V.; SOUZA, T. R. P. Inclusão/Exclusão Social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude. **Diálogo**, Canoas, n. 23, p. 35-48, 2013.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. Originalmente publicado em 1961.

GONÇALVES NETO, J. U.; LIMA, A. F. A história de Maria, uma jovem que se tornou uma cuidadora-que-fala-confronta-e-esclarece: uma análise do processo de metamorfose na perspectiva da Psicologia Social. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, Montevideu, v. 3, p. 30-51, 2011.

GONÇALVES NETO, J. U. **As Identidades da “Identidade”**: sobre os diferentes usos e significados do conceito “identidade” na psicologia social. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, 2015.

HEGEL, G. W. F. **Princípios de Filosofia do Direito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Originalmente publicado entre 1817-1820.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONORATO, A. A. S. **O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao complementarem a maioridade civil**: e agora?. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, 2011.

IPEA. CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2003.

KOLYNIK, H. M. R.; CIAMPA, A. C. Corporeidade e dramaturgia do cotidiano. **Discorpo (PUCSP)**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 9-26, 2002.

LANE, S. T. M. Prefácio. In: CIAMPA, A. C. **A estória de Severino e a história de Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2009. Originalmente publicada em 1987.

LIMA, A. F. **Metamorfose, Anamorfose e Reconhecimento Perverso**: a identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica. São Paulo: FAPESP/ EDUC, 2010.

LIMA, A. F. (2014). História Oral e Narrativas de Histórias de Vida: a vida dos Outros como material de pesquisa. In: Lima, A. F.; Lara Jr, N. (Orgs.). **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da psicologia social crítica. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica**: paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LIMA, A. F.; LIMA, M. S. A Teoria Crítica de Axel Honneth: uma (breve) discussão sobre a Teoria do Reconhecimento e seus desdobramentos. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica**: paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LIMA, A. F.; LARA JR. N. Sobre a(s) metodologia(s) de pesquisa em Psicologia Social Crítica. In: Lima, A. F.; Lara Jr, N. (Orgs.). **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MAGALHÃES, C. M. C.; COSTA, L. N.; CAVALCANTE, L. I. C. Percepção de Educadores de Abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. **Rev. Bras. de Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 818-831, 2011.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950. IN: FREITAS, M. C. (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINEZ, A. L. **Adolescentes no momento de saída do abrigo**: um olhar para os sentidos construídos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP – Ribeirão Preto, 2006.

MARX, K. **O Capital**: Livro I – O processo de produção do capital. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984. Originalmente escrito em 1890.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010. Originalmente publicado em 1843.

MELO NETO, J. C. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

NASCIMENTO, M. L.; CUNHA, F. L.; VICENTE, L. M. D. A Desqualificação da Família Pobre como Prática de Criminalização da Pobreza. **Psicologia Política**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, 2007.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, Pobreza e Negligência: percursos de judicialização. **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 24, num. esp., p. 39-44, 2012.

OLIVEIRA, E. Força-Tarefa tira 7 mil crianças de abrigos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, cad. 2, p.4, 2011.

PAULO NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, p. 202-222, 2012.

PINHEIRO, A. **Criança e Adolescente no Brasil**: porque o abismo entre a lei a realidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

PRADA, C. G.; WILLIAMS, L. C. A.; WEBER, L. N. D. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 14-25, 2007.

REBOREDO, L. A. **A transformação de um bairro operário em uma comunidade**: um estudo na psicologia social do cotidiano. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da PUC-SP, 1983.

REBOREDO, L. A. Psicologia social: curso e percurso. In: **Anais do VII Encontro Regional da ABRAPSO-SP**: neoliberalismo e os desafios para a psicologia social. Bauru, ABRAPSO, 1998.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa III**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

RIZZINI, I. Instituição versus família na história da assistência à infância no Brasil. **Juizado da Infância e Juventude CONSIJ-Porto de Alegre**. p. 31-40, 2008.

RIZZINI, I. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANIGA, N. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 15, 1999.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola, UNICEF, CIESP, 2004.

ROSSETI-FERREIRA, M.C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. do A.; GUIMARÃES, L. A.; MARIANO, F. N.; TEIXEIRA, S. C. P.; SERRANO, S. A. Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012.

SAAVEDRA, G. A. A Teoria Crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, J.; MATOS, P. (orgs.). **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, M. F.; BASTOS, A. C. S. Padrões de Interação entre Adolescentes e Educadores num Espaço Institucional: ressignificando trajetórias de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 45-52, 2002.

SANTOS, S. D. M.; BOUSINHA, I. A. A Experiência de Morar em Abrigos. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 36-49, 2011.

SOUZA, R. F. As Políticas Públicas e a administração identitária de seus usuários: uma análise na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia Social Crítica**: paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ZIZEK, S. **O Ano Em Que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.